A Ditadura de Segurança Nacional

NO RIO GRANDE DO SUL

1964 História e Memória 1985

A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1964-1985): HISTÓRIA E MEMÓRIA

O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização

Volume 4

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Mesa 2010

Presidente: Dep. Giovani Cherini (PDT)
1º Vice-presidente: Dep. Marquinho Lang (DEM)
2º Vice-presidente: Dep. Nelson Härter (PMDB)
1º Secretário: Dep. Pedro Westphalen (PP)
2º Secretário: Dep. Luis Augusto Lara (PTB)
3º Secretário: Dep. Paulo Brum (PSDB)
4º Secretário: Dep. Adão Villaverde (PT)

1º Suplente de Secretário: Deputado Raul Carrion (PCdoB)
2º Suplente de Secretário: Deputado Heitor Schuch (PSB)
3º Suplente de Secretário: Deputado Luciano Azevedo (PPS)
4º Suplente de Secretário: Deputado Ciro Simoni (PDT)

Mesa 2009

Presidente: Deputado Ivar Pavan (PT)
1º Vice-presidente: Deputado Luciano Azevedo (PPS)
2º Vice-presidente: Deputado Francisco Appio (PP)
1º Secretário: Deputado Giovani Cherini (PDT)
2º Secretário: Deputado Nélson Härter (PMDB)
3º Secretário: Deputado Paulo Brum (PSDB)
4º Secretário: Deputado Cassiá Carpes (PTB)

1º Suplente de Secretário: Deputado Miki Breier (PSB)
2º Suplente de Secretário: Deputado Raul Carrion (PCdoB)
3º Suplente de Secretário: Deputado Marquinho Lang (DEM)
4º Suplente de Secretário: Deputado Adão Villaverde (PT)

Escola do Legislativo

Presidente: Dep. Adão Villaverde
Direção: Cármen Lúcia da Silveira Nunes
Coordenação da Divisão de Publicações: Vanessa Albertinence Lopez

A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1964-1985): HISTÓRIA E MEMÓRIA

O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização

Volume 4

Organizadores

Enrique Serra Padrós

Vânia M. Barbosa

Vanessa Albertinence Lopez

Ananda Simões Fernandes

2ª ed. rev. e ampl.

Corag

Porto Alegre

2010

Copyright
Arte da capa - André Rousselet Sardá, Dado Nascimento, Bernardo Berton
Foto da capa: Manifestações pelas Diretas Já. Acervo da Assembleia Legislativa RS
Projeto gráfico - André Rousselet Sardá, Dado Nascimento, Bernardo Berton
Diagramação - André Rousselet Sardá

Equipe técnica de apoio
Alessandra Gasparotto
Claci Maria Gasparotto
Graciene de Ávila
Marcos Machry
Mariana Ferreira e Silva
Marla Barbosa Assumpção

Revisão de Língua Portuguesa
Departamento de Taquigrafia da Assembleia Legislativa RS
Gabinete de Consultoria Legislativa da Assembleia Legislativa RS
Escola do Legislativo

Supervisão Técnica
Sônia Domingues Santos Brambilla - CRB 10/1679
Débora Dornsbach Soares - CRB 10/1700
Divisão de Biblioteca da Assembleia Legislativa RS

Endereço para correspondência
Escola do Legislativo Deputado Romildo Bolzan
Praça Marechal Deodoro, nº 101 – Solar dos Câmara
CEP – 90010-900 Porto Alegre/RS - Brasil
Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte e mantido o texto original.
Distribuição gratuita. Venda proibida

Dados Internacionais de catalogação na fonte (CIP – Brasil)

D615 Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985) : história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – 2. ed., rev. e ampl. – Porto Alegre : Corag, 2010. – v. 4 ; 262 p. : il.

ISBN ??????????????????

Conteúdo: v. 1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964 – v. 2. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo" – v. 3. A Conexão Repressiva e a Operação Condor – v. 4. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

1. Ditadura – Rio Grande do Sul - História. 2. Processo de Redemocratização. 3. Anistia política – Rio Grande do Sul. 4. Movimento Estudantil - Ditadura. 5. Direito à Memória. 6. Movimento Feminino – Ditadura. 7. Novo Sindicalismo. 8. Documentário Jango / Silvio Tendler. I. Padrós, Enrique Serra (org.). II. Barbosa, Vânia M. (org.). III. Lopez, Vanessa Albertinence (org.). IV. Fernandes, Ananda Simões (org.). V. Título: Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. VI. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo". VII. A Conexão Repressiva e a Operação Condor. VIII. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

CDU 981.65"1964-1985"(093)

CDU: edição média em língua portuguesa
Responsabilidade: Biblioteca Borges de Medeiros – Bib. Débora Dornsbach Soares – CRB-10/1700

Dedicamos esta obra aos que ontem
lutaram contra a ditadura
e, também, aos que hoje lutam
por Verdade e Justiça.

Quero dizer teu nome, Liberdade,
quero aprender teu nome novamente
para que sejas sempre em meu amor
e te confundas ao meu próprio nome.
Deixa eu dizer teu nome, Liberdade,
irmã do povo, noiva dos rebeldes,
companheira dos homens, Liberdade,
teu nome em minha pátria é uma palavra
que amanhece de luto nas paredes.
Deixa eu cantar teu nome, Liberdade,
que estou cantando em nome do meu povo.

Thiago de Mello
1966

Quando perdemos a capacidade de nos
indignarmos com as atrocidades praticadas
contra outros, perdemos também o direito de
nos considerarmos seres humanos civilizados.

Vladimir Herzog

O exílio é um sofrimento que, em princípio, pode conter
algo de romântico, idealista, mas que depois vai se
tornando de uma amargura tão grande, tão dolorosa.
Você não é turista, não é estudante, é um apátrida.

Leonel Brizola

SUMÁRIO

Apresentação da Assembleia Legislativa
do Estado do Rio Grande do Sul à 2ª edição 16
Giovani Cherini

Apresentação da Assembleia Legislativa
do Estado do Rio Grande do Sul à 1ª edição 17
Ivar Pavan

Apresentação da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul 19
Temístocles Américo Corrêa Cezar

Prefácio 21
Luis Fernando Verissimo

Prefácio 23
Enrique Serra Padrós
Vânia M. Barbosa
Vanessa Albertinence Lopez
Ananda Simões Fernandes

Introdução
Gente de menos – nos caminhos e descaminhos
da abertura no Brasil (1974-1985). 35
Enrique Serra Padrós
Alessandra Gasparotto

Dever de memória e a construção da história viva:
a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização
do Direito à Memória e à Verdade 47
José Carlos Moreira da Silva Filho

O documentário *Jango*, de Silvio Tendler,
e a crença no poder do povo na rua 93
Carla Simone Rodeghero

Movimento Feminino pela Anistia
no Rio Grande do Sul 101
Lícia Peres

Depoimento sobre o tortuoso processo
de abertura política 141
João Gilberto Lucas Coelho

Resgate histórico e afirmação
do movimento estudantil 171
Adão Villaverde

A tribo da resistência 181
Paulo Flores

A paranoia do emissário 195
Rafael Guimaraens

O renascimento sindical:
a greve dos bancários de Porto Alegre 209
Olívio Dutra

Cronologia
O Rio Grande do Sul e o processo de abertura 225
Graciene de Ávila
Marcos Machry
Mariana Ferreira e Silva
Marla Barbosa Assumpção

Lista de abreviaturas e siglas 245

Anexo I
Estatutos do Movimento Feminino Pela Anistia. 253

Anexo II
Lei N° 6.683, de 28 de agosto de 1979 257

O Bêbado e A Equilibrista

João Bosco e Aldir Blanc, 1979

Caía a tarde feito um viaduto
E um bêbado trajando luto
Me lembrou Carlitos...

A lua
Tal qual a dona do bordel
Pedia a cada estrela fria
Um brilho de aluguel

E nuvens!
Lá no mata-borrão do céu
Chupavam manchas torturadas
Que sufoco!
Louco!
O bêbado com chapéu-coco
Fazia irreverências mil
Prá noite do Brasil.
Meu Brasil!...

Que sonha com a volta
Do irmão do Henfil.
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete

Chora!
A nossa Pátria
Mãe gentil
Choram Marias
E Clarisses
No solo do Brasil...

Mas sei, que uma dor
Assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança...

Dança na corda bamba
De sombrinha
E em cada passo
Dessa linha
Pode se machucar...

Asas!
A esperança equilibrista
Sabe que o show
De todo artista
Tem que continuar...

APRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL À SEGUNDA EDIÇÃO

*Giovani Cherini**

As novas gerações precisam tomar conhecimento do que aconteceu neste país nos Anos de Chumbo, entre 1964 e 1985. Daí a oportuna iniciativa da Escola do Legislativo de reeditar a série de quatro volumes *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul.*

A repressão que imperou no Brasil durante a ditadura militar é retratada nos relatos apresentados por ex-deputados, líderes políticos, jornalistas, intelectuais, lideranças sindicais, professores, agitadores sociais. É um caleidoscópio do que ocorreu em nosso País naqueles anos de obscurantismo e perda das liberdades democráticas.

O primeiro volume aborda o período *Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964*, com depoimentos de personagens que participaram dos episódios ocorridos que acabaram no golpe militar de 31 de março de 1964. O segundo volume trata do tema *Repressão e Resistência nos Anos de Chumbo*, com relatos do que se passou nos porões da ditadura e dos horrores cometidos como episódios de tortura e, mesmo, de extermínio. O terceiro volume, a *Conexão Repressiva e Operação Condor,* traz candentes depoimentos que retratam o cruel sistema de colaboração regional entre os países do Cone Sul. Encerra a publicação o relato sobre *O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização*, que mostra como o povo brasileiro recuperou as liberdades democráticas, graças ao movimento pela anistia.

O nosso desejo é que a reedição desta publicação, promovida pela Assembleia Legislativa, seja mais uma importante contribuição deste Parlamento para a democracia e que sirva de lição: ditadura, nunca mais!

---

* Presidente da Assembleia Legislativa-RS no ano de 2010.

APRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL À PRIMEIRA EDIÇÃO

*Ivar Pavan**

Democracia e valorização do Parlamento constituem um dos eixos de atuação da Assembleia Legislativa durante esta gestão em 2009. Destacar importantes datas como a dos 30 anos da Anistia, dos 20 anos da Constituição Estadual e dos 45 anos do golpe de 64 são diretrizes das ações do Poder Legislativo gaúcho.

Esta obra é resultado de um importante esforço de sistematização de pesquisa, testemunhos e reflexões sobre as condições, consequências e perspectivas instauradas no Brasil desde o golpe de 1964 até o período reconhecido como de transição democrática.

A riqueza da abordagem é devida tanto à diversidade de enfoques – produzidos por competentes e comprometidos estudiosos e ativistas de direitos humanos – como à organização em temas que destacam e detalham: o golpe em si; a repressão e a resistência; a Operação Condor; a anistia e a abertura políticas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul apresenta, com esta coletânea, mais uma expressão de seu compromisso com a construção da democracia.

* Presidente da Assembleia Legislativa - RS no ano de 2009.

APRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

*Temístocles Américo Corrêa Cezar**

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sente-se honrado em apresentar ao público o resultado da primeira ação da parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A participação de professores e alunos dos cursos de graduação, mestrado e doutorado deste Instituto, na coletânea de livros intitulada *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, confirma o crescente envolvimento dos cursos do IFCH com a história recente do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, a UFRGS tem contribuído significativamente na produção de conhecimento específico sobre a temática relacionada com o período da ditadura. De forma concreta, isso pode ser aferido pelas inúmeras pesquisas transformadas em dissertações de mestrado e teses de doutorado e publicações individuais ou coletivas. Por outro lado, essa produção vem acompanhando tanto as atividades de ensino quanto as de extensão, através de eventos regulares oferecidos para a comunidade gaúcha em geral.

* Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS.

Temas como "A Abertura dos Arquivos Repressivos", "o Golpe de 64", "Os Expurgos da UFRGS", "O 68", "O Sequestro dos Uruguaios", "O AI-5", "A luta pela Abertura Política e pela Anistia" e "A Operação Condor", entre outros, têm sido contemplados nas atividades desenvolvidas pela nossa comunidade. Especialistas como Carlos Fico, Marcelo Ridenti, Maria Aparecida Aquino, Jessie Jane V. de Souza, Selva López e Álvaro Rico ministraram cursos e conferências. E a casa acolheu, ainda, sistematicamente, depoimentos de Suzana Lisbôa, Cláudio Gutiérrez, João Carlos Bona Garcia, Jair Krischke, Guillermo Rallo, Aurélio Gonzalez, Ignez Serpa, Luiz Cláudio Cunha, Aveline Capitani e Universindo Rodríguez Díaz, entre tantos outros.

Neste sentido, trata-se de obra coletiva que articula o resgate de memórias, através da voz e do texto dos próprios protagonistas, à análise de especialistas, oferecendo um panorama diverso, rico em lembranças, sensibilidades e experiências, escritas sob rigor científico. Cumpre, ainda, uma função vital que é um compromisso do IFCH: a divulgação social do conhecimento produzido dentro do âmbito acadêmico.

Assim, o IFCH, cujo nome lhe foi atribuído em 1970 pelo decreto da ditadura militar que fragmentou a universidade em diversas unidades, cumpre, como herdeiro que é da antiga Faculdade de Filosofia da UFRGS, seu papel de protagonista na resistência política e intelectual a todas as formas autoritárias de governo e de sociedade.

PREFÁCIO

*Luis Fernando Verissimo**

A História, segundo um surrado e cínico adágio, é sempre a versão dos vencedores. Uma mentira oficial se instala e se institucionaliza e com o tempo vira verdade. Mas o tempo nem sempre colabora. Com o tempo vem a resignação e a opção por não turvar águas passadas ou reabrir velhas feridas - mas também vem a distância necessária para reexaminar mentiras estabelecidas. O tempo perdoa ou condena, confirma ou desmente. O tempo traz o esquecimento - ou aguça a memória. E nada ameaça mais a versão dos vencedores do que memórias aguçadas.

Depois do fim do regime militar instaurado em 1964 vivemos, no Brasil, num curioso estado de faz-de-conta, exemplificado pela anistia geral dada a vencidos e vencedores. Buscava-se um "desarmamento dos espíritos" (frase muito usada na época, mas inadequada: não foram exatamente espíritos armados que nos dominaram durante 20 anos), mas o verdadeiro objetivo era fingir que nada tinha acontecido. Assim os militares voltaram para as casernas sem remorso ou desculpas, os civis que os apoiaram continuaram suas carreiras políticas sem atos de contrição, as vítimas sobreviventes do regime refizeram suas vidas e - a ideia era esta -

*Jornalista e escritor.

não se falava mais nisso. Mas havia as memórias. Durante estes últimos anos o país conviveu com duas histórias, a oficial, a do deixa pra lá, e a da memória das pessoas. Com o tempo este desencontro se agravou. A memória aguçada - assim como a cobrança dos que reivindicam a verdade apenas para saber onde alguém foi enterrado - exige o fim do faz-de-conta.

E afinal, mesmo aceitando-se a realidade que são os vencedores que contam a história, a exigência não muda. O fim do regime militar foi uma vitória de uma democracia imperfeita e até agora não consolidada, mas democracia. O que se quer é a versão democrática da história do Brasil.

PREFÁCIO

Enrique Serra Padrós
Vânia M. Barbosa
Vanessa Albertinence Lopez
Ananda Simões Fernandes

I.

Este projeto foi, para nós, um percurso singular iniciado no dia 31 de março de 2009, quando relembramos, por meio da exibição do filme *Jango*, de Silvio Tendler, e do Seminário *45 Anos do Golpe de 64 – A Noite que Durou 21 Anos*, a data de 1º de abril de 1964, começo de um período que manchou de sangue e vergonha a democracia brasileira. O evento se completou com uma mesa temática que debateu o Golpe e suas implicações.

Participaram do evento os historiadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Carla Simone Rodeghero, Caroline Silveira Bauer, Claudia Wasserman e Enrique Serra Padrós, além da historiadora da Universidade de São Paulo (USP), Maria Aparecida de Aquino.

A boa acolhida por parte do público presente, bem como a avaliação do registro ainda incipiente sobre a história recente do Rio Grande do Sul, foram fatos fundamentais para amadurecer a possibilidade de um novo desafio: a publicação das intervenções dos professores convidados com a complementação de alguns depoimentos que marcaram presença naquele evento original. Após inúmeras reuniões e avaliações

sobre o material à disposição, surgiu a ideia de uma coletânea de textos que pudesse apresentar ao público, em geral, uma visão panorâmica de uma diversidade de manifestações do que foi o embate político no Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1985.

Surgiu, assim, o projeto *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, constituído de quatro volumes: 1) Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964; 2) Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo"; 3) A Conexão Repressiva e a Operação Condor; 4) O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

Esta coletânea de livros torna-se uma espécie de certidão, na medida em que possibilita a compreensão sobre a vida dos gaúchos, cujo destino foi alterado por um "suposto acaso histórico", um "desvio inesperado" que, por uma combinação de forças de poder, tornou-nos estranhos no próprio país.

A obra reúne artigos científicos escritos por especialistas no tema, textos testemunhais redigidos pelos próprios protagonistas e depoimentos orais obtidos por meio de entrevistas, transformando-os em fontes preciosas. É claro que há evidentes lacunas e faltam muitos protagonistas essenciais. Desde já agradecemos, humildemente, toda colaboração que nos ajude a sanar possíveis imprecisões e até algum equívoco; é do ofício, sobretudo quando se parte de uma base de conhecimento ainda não sistematizada, pouco conhecida e restrita à especificidade da pesquisa acadêmica ou à memória individual. Mas é um primeiro esforço no sentido de começar a pensar coletivamente, respeitando a singularidade das trajetórias e as perspectivas das análises, a experiência traumática do período discricionário sobre a população do Rio Grande do Sul, suas instituições e seu cotidiano.

Assim, da construção da coletânea, participaram mulheres e homens generosos ao aceitar o desafio de, com desprendimento e coragem, contribuir para desvendar e lembrar um período da nossa história que não pode se repetir jamais. E, é claro, para o enriquecimento do nosso projeto tivemos a sorte de contar, também, com a colaboração de pessoas e instituições que nos permitiram acesso a arquivos privados ou disponibilizaram fotos e documentos.

II.

Em relação ao período da ditadura civil-militar, o Rio Grande do Sul apresenta peculiaridades em termos das grandes análises de conjunto construídas desde o centro do país. Em primeiro lugar, pelo fato de ter uma forte tradição trabalhista, o que ajudou a configurar um grande apoio às Reformas de Base do governo de João Goulart. Em segundo, a marca deixada no imediato pré-golpe, pela Campanha da Legalidade, fundamental para reverter o quadro golpista deflagrado em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros.

Além disso, naquele contexto, a condição de ser um estado fronteiriço da Argentina e do Uruguai foi uma particularidade que gerou cinco tipos de dinâmicas, não necessariamente simultâneas em termos cronológicos:

– *primeiro*, referente ao fato de constituir uma espécie de base de projeção da influência brasileira sobre o espaço platino (lembrando, por exemplo, a preparação da "Operação Trinta Horas" e a construção de uma infraestrutura rodoviária ligando estrategicamente o centro do país com o extremo sul do estado);

– *segundo*, vinculada à percepção geopolítica de fronteiras nacionais ameaçadas tanto pela mútua rivalidade e desconfiança da Argentina, quanto pela presença de "ameaçadoras" forças subversivas, nacionais ou estrangeiras (com a consequente militarização da região e a conformação dela como área de segurança nacional);

– *terceiro*, pela configuração do território estadual como corredor para o trânsito da resistência ("pombos-correio" de Brizola, esquemas para retirar ou reintroduzir perseguidos políticos) e da repressão;

– *quarto*, o reconhecimento de que o Uruguai, país vizinho, virou santuário preferencial do exílio brasileiro entre 1964-1968, enquanto que o Rio Grande do Sul tornou-se uma área acessada por organizações perseguidas naquele país e na Argentina desde o final dos anos 1960 e durante a década de 1970 – o que deu especial conotação ao estado dentro da lógica da Segurança Nacional;

– *finalmente*, o Rio Grande do Sul foi alvo especial da ação da Operação Condor contra cidadãos uruguaios e argentinos.

III.

A memória, na medida em que se relaciona com o passado, constitui um elo indiscutível entre o presente e esse passado (que pode ter, inclusive, uma temporalidade difícil de precisar). Trata-se de uma espécie de ponte que conecta, articula e relaciona elementos temporais, espaciais, identitários e, também, históricos. Deve-se salientar ainda que, assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória. As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade.

Além disso, a memória não é sinônimo de história ou de realidade histórica passada. Entretanto, a importância da memória para a história não é pequena, pois ela constitui significativa fonte para o trabalho dos historiadores; as lembranças e reminiscências da memória coletiva auxiliam ao historiador que, com o rigor da sua metodologia de trabalho, as transforma em valiosas fontes para a produção do conhecimento científico. Ou seja, a história identifica, contextualiza e analisa as memórias como fonte; entretanto, elas também podem ser o seu objeto de estudo.

É importante destacar que, assim como a história, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto na realidade social. Jacques Le Goff é esclarecedor quando afirma que: "Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva".[1]

A análise da temática da memória implica reconhecer que há, como contrapartida, o esquecimento, os silêncios e os não ditos. O esquecimento pode ser uma opção de restringir ao essencial certos fatos ou informações a respeito deles. Mas também pode ser o resultado de uma ação deliberada de ocultamento. Diante dessa dupla possibilidade, pode ser útil a proposta de Peter Burke de "examinar a organização social do esquecer, as regras da exclusão, supressão ou repressão e a questão de quem quer que quem esqueça o quê e por quê".[2] Essa é a fórmula, para ele, da amnésia social, dos atos de esquecimento. Na disputa pelo que lembrar, é possível pensar em memórias subterrâneas, que surgem e se mantêm nos interstícios dos espaços

[1] LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1996.
[2] BURKE, Peter. *Variedades de história cultural.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

compreendidos entre o esquecimento e a memória social. Elas expressam as memórias dos excluídos, dos esquecidos da memória oficial.

Sendo a memória coletiva uma construção social e um fator de identidade de uma comunidade, então, como viver com esquecimentos impostos? Como lembrar ou esquecer o que não se permite conhecer? Como conviver diante do apagamento (desmemória)? Para uma dada coletividade, quais os prejuízos implícitos nesse acesso ao (des)conhecido passado bloqueado? Os responsáveis pelos anos de chumbo latino-americanos sabem que o desconhecimento impede o posicionamento consciente; sabem, também, do potencial de inércia que possui o esquecimento coletivo. *"A impunidade é filha da má memória. Sabiam disso todas as ditaduras militares de nossas terras"*, bem disse Eduardo Galeano.

Na América Latina do pós-ditaduras, as instituições do Estado, boa parte dos setores políticos e empresariais, as Forças Armadas e importantes segmentos da economia internacional e da política externa norte-americana têm conspirado fortemente contra o lembrar. Se não fosse a resistência pelo resgate da memória e da história, por parte de determinados setores político-sociais, a tendência vitoriosa teria sido a da imposição de um esquecimento total.

O processo de anistia no Brasil, bem como no Chile, Uruguai e Argentina, não só poupou os vencedores da ditadura de Segurança Nacional como os recompensou. E a "redemocratização" fragilizou-se diante da manutenção do entulho autoritário que ainda hoje permanece fortemente arraigado ao poder. A institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foram fundamentais para desresponsabilizar os culpados e impor o anestesiamento e a amnésia do silêncio final. Diante de tamanha manipulação, pode-se coincidir com Yosef Yerushalmi, quando afirma que,

em determinadas situações, a antítese da palavra esquecimento – e da palavra silêncio – talvez não seja memória, senão, justiça.[3]

O conhecimento sobre os acontecimentos das últimas décadas no Cone Sul latino-americano exige o trabalho de resgate das memórias individuais e de elaboração de uma memória coletiva, mas também de recuperação da própria história. Tanto a recuperação da elaboração da memória contra o apagamento/esquecimento induzido/desmemória, quanto a procura da verdade do que foi dito que nunca ocorreu, são compromissos da história e responsabilidade dos historiadores. Isto implica, também, em apurar, cada vez mais, a importância do papel da memória na dinâmica temporal onde o passado é sempre objeto e motivo de reflexão para o presente e até para o futuro. Da mesma forma, isso também se configura para a afirmação do papel que a memória desempenha como matéria-prima sobre a qual o historiador pode produzir, com seus métodos de trabalho, o conhecimento histórico.

IV.

Nessa incursão foi preciso levantar, incansavelmente, o véu do esquecimento que paira sobre a vida dos brasileiros ao longo da história. Mas esse trabalho de investigação nos serviu de estímulo para enfrentar os limites e desafios que, como era de se esperar, o longo trajeto nos impôs.

Eis aqui nossa coletânea aberta e intensa – porém ainda incompleta, porque faltam muitos registros. Outras obras muito revelaram e com certeza outras virão, muito aprimoradas, com a inclusão de novos fatos, críticas e contribuições. E para elas estaremos de braços

[3] YERUSHALMI, Yosef H. et al. *Usos del olvido.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

abertos, firmes no nosso propósito de apoiar todo projeto voltado à promoção dos direitos humanos.

Deixamos aqui a nossa humilde contribuição; um pequeno grão de areia diante de tudo o que falta por fazer. Uma obra que foi tomando corpo durante a caminhada que se tornou muito especial. Caminhada marcada pela generosidade dos que socializaram suas experiências de luta e resistência vividas e da solidariedade de todos os que se engajaram em este trabalho coletivo. Caminhada... como aquela cantada em outra língua pelo poeta de outro tempo e de outro lugar; caminhada fraterna dos caminhantes que lutaram e lutam pela igualdade social e por um mundo realmente melhor:

Caminante,
son tus huellas el camino,
y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.[4]

V.

As discussões propostas pelos pesquisadores e historiadores que contribuíram com esse livro nos ajudam a situar esses depoimentos e aprofundar a reflexão sobre o contexto histórico abordado. José Carlos Moreira da Silva Filho, professor do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, trata da constituição de políticas de memória e de esquecimento em torno do período de ditadura no Brasil. Seu artigo discute o papel da Comissão de Anistia e busca problematizar o próprio conceito de anistia, mostrando

[4] Antonio Machado (Sevilla, 1875 – Collioure, 1939). *Proverbios y Cantares*. Campos de Castilla (1912).

algumas peculiaridades de tal discussão no campo do Direito. Além disso, apresenta reflexões acerca de iniciativas atuais de promoção de políticas de memória, tal como as Caravanas da Anistia, organizadas pelo Ministério da Justiça, e situa a experiência brasileira dentro do contexto mais amplo do Cone Sul, estabelecendo relações com a forma como outros países que passaram por experiências similares tratam a questão do direito à memória e à verdade.

Carla Simone Rodeghero, professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta algumas discussões acerca do documentário *Jango*, exibido e debatido durante as atividades sobre os 45 anos do Golpe de 1964, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Produzido pelo diretor Silvio Tendler, o documentário busca reconstituir a trajetória do ex-presidente João Goulart e o contexto que culminou com o Golpe. Lançado em 1984, ano marcado pelas mobilizações em torno das "Diretas Já", o filme foi visto por mais de um milhão de pessoas. Em seu texto, a autora analisa o contexto de lançamento da obra, mostrando as relações entre o momento do Golpe e o ano de 1984. Rodeghero também busca mapear os trabalhos acadêmicos produzidos sobre a figura do ex-presidente, mostrando como as leituras acerca de Jango e de seu governo se modificaram ao longo do tempo.

Lícia Peres nos apresenta os diferentes personagens e cenários da luta pela Anistia no Rio Grande do Sul e no Brasil. Ex-presidente do Movimento Feminino pela Anistia/RS, a autora conta sobre o processo de formação dos comitês pela Anistia e as dificuldades de atuação de tais movimentos. A autora relembra as atividades e campanhas desenvolvidas naquele contexto, e também os laços de solidariedade que se formaram, a força e a coragem dos protagonistas dessa luta. Além disso, seu

depoimento também chama a atenção para o drama dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e para a necessidade da abertura dos arquivos da ditadura.

Deputado federal pelo MDB/PMDB por três legislaturas (1975–1987) e vice-governador entre 1991 e 1994, João Gilberto Lucas Coelho expõe algumas reflexões sobre o que ele chama de "tortuoso processo de abertura" e relembra acontecimentos marcantes do período, tal como a luta pela Constituinte e pela Anistia, a campanha em torno das Diretas, a sucessão presidencial via Colégio Eleitoral e a eleição e morte de Tancredo Neves. Seu depoimento traz inúmeros elementos para pensar a experiência do MDB que, segundo ele, acabou se tornando um dos principais veículos de manifestações contra o regime.

O deputado estadual Adão Villaverde nos fala sobre a trajetória do movimento estudantil e da União Nacional dos Estudantes. Seu texto busca reconstituir a trajetória da entidade, desde sua fundação até o momento atual, centrando-se na atuação da UNE durante a ditadura, especialmente no período de maior repressão. O autor também resgata algumas histórias e memórias da resistência dos estudantes no Rio Grande do Sul e da atuação do movimento estudantil local nas lutas pela redemocratização do país.

A entrevista de Paulo Flores abarca inúmeros elementos da cena política e cultural gaúcha do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Ao tratar de suas experiências na universidade, no movimento estudantil e no campo teatral, o autor nos mostra um pouco do que significava ser jovem naquele momento. E do quanto a arte poderia ser subversiva, aos olhos do regime. O diretor teatral discorre sobre uma série de iniciativas no meio artístico, que buscavam uma arte transformadora, e conta sobre a censura e a repressão sofrida por inúmeros artistas no Rio Grande do Sul.

Flores também relembra como se deu a aproximação de um grupo de atores que tinha a preocupação de "fundir arte e política" e que culminou com a criação do *Oi Nóis Aqui Traveiz*, um dos mais importantes grupos de teatro gaúcho.

Rafael Guimaraens narra sua experiência como integrante do *Coojornal*, situando a trajetória da cooperativa e de seu periódico no contexto da época. Em seu texto, o jornalista relembra algumas reportagens marcantes (como a edição que exibiu o número de brasileiros punidos por atos institucionais, publicada em agosto de 1977) e episódios que mostram as dificuldades e as tentativas de controle que a imprensa alternativa vivia naqueles anos de ditadura.

O depoimento do ex-governador Olívio Dutra aponta para alguns fragmentos de sua trajetória pessoal e política, centrando-se em sua inserção e atuação no Sindicato dos Bancários. Na entrevista, o ex-governador expõe as dificuldades da ação sindical sob o governo ditatorial e as formas de luta encontradas para driblar o controle e a vigilância. Seu depoimento, além de nos proporcionar uma bela leitura sobre a luta dos trabalhadores no Rio Grande do Sul, ajuda a compreender o complexo processo de ressurgimento do movimento sindical no final da década de 1970, num momento ainda marcado pela repressão e pela incerteza.

Assim, o livro que agora lhes apresentamos tenta reconstituir o complexo mosaico que marca os anos finais da ditadura e a redemocratização no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul.

Para que não se esqueça
Para que nunca mais aconteça!

Os organizadores

INTRODUÇÃO

GENTE DE MENOS – NOS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ABERTURA NO BRASIL (1974 – 1985)

*Enrique Serra Padrós**
*Alessandra Gasparotto***

Lugar de brasileiro é no Brasil
Lugar de trabalhador é ao lado de seu companheiro
Lugar de gente é com sua gente
Tem gente de menos nesse nosso 1º de maio.[1]

Para além de simples lembranças de outros tempos ou espaços para comemorações e releituras sobre a História, as efemérides são momentos propícios para a reflexão sobre o que se passou. O ano de 2009 marca os 30 anos da promulgação da Lei de Anistia. Tal lei, que representa um marco na trajetória política do país, não está, no entanto, relegada ao "baú" do passado: seu significado, suas lacunas e suas consequências permanecem presentes nas disputas políticas do presente e na história que nós, enquanto sujeitos, traçamos a cada dia.

Da instauração da ditadura, com o golpe civil-militar de 1964, até o último dos governos militares, passaram-se 21 anos. 25 até que pudéssemos voltar a eleger o presidente da República. 45 anos depois, e há tanto ainda para se conhecer e compreender sobre essa história.

---

* Professor do Departamento de História e do PPG-História/UFRGS.
** Professora do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça/UFPEL. Mestre em História/UFRGS. Autora da dissertação *O terror renegado – uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*, defendida em 2008.

[1] Panfleto elaborado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, distribuído em função das comemorações pelo 1º de maio – 1979.

A Lei de Anistia estava inserida no complexo processo de transição no Brasil. Como compreender tal abertura política? Quais os fatores que levaram ao fim da ditadura? Quem foram os personagens desta história?

Para compreender esta transição, precisamos nos remeter a uma série de transformações em curso no período. Uma delas se refere à conjuntura econômica. Em seu livro *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*, Sônia Mendonça discute as mudanças econômicas que se processaram no Brasil (e no regime) após a crise mundial de 1973, também chamada de "Crise do petróleo"[2]. Segundo a autora, o modelo econômico brasileiro foi afetado, o que levou ao desgaste do chamado "milagre" nos anos seguintes. Foi a partir desta crise do milagre que muitos setores que antes deram sustentação ao regime (especialmente as classes médias) começaram a esboçar descontentamentos. A situação de crise atingiu também diferentes frações da burguesia, que passaram a disputar espaços de poder e avançaram no sentido de fortalecer suas instituições de classe e de exigir maior participação nas decisões políticas.

Esses descontentamentos ficaram evidentes na significativa votação dos candidatos do MDB – Movimento Democrático Brasileiro – nas eleições de 1974. No Rio Grande do Sul, o partido elegeu Paulo Brossard como senador e fez a maioria das cadeiras na Assembleia Legislativa.

Tal pressão levou a ditadura a apresentar um projeto de distensão "lenta, gradual e segura", que culminaria, segundo seus criadores, em uma

[2] A "Crise do petróleo" foi deflagrada quando países árabes membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) suspenderam as exportações em resposta ao apoio dado pelas potências Ocidentais a Israel, durante a Guerra do Oriente Médio. Tais países eram responsáveis pela maior parte da produção de petróleo, e a medida levou a um aumento elevado nos preços do produto, prejudicando países dependentes da importação, como o Brasil.

"democratização" do regime. Comandado pelo presidente Ernesto Geisel, esse processo de abertura se deu, portanto, "dentro da ordem"; foi, como defendem alguns autores, uma transição tutelada pelos militares. Vale ressaltar que entre estes, tampouco havia consenso sobre como ou quanto se poderia "abrir"; havia ainda aqueles que resistiam à mudança. Assim, os caminhos e descaminhos da abertura foram marcados por avanços e recuos por parte do governo e do partido/organizações que lhe davam sustentação. Apesar dos discursos em torno de uma suposta democratização, houve a manutenção do aparato repressivo e de mecanismos para barrar qualquer oposição mais sistemática ao regime, como a Lei Falcão e o Pacote de Abril. No que tange à repressão, esse período foi marcado por um grande número de assassinatos e desaparecimentos – calcula-se que em torno de 108 militantes da resistência foram mortos entre 1974 e 1979. Ainda segundo a Anistia Internacional, entre meados de 1975 e 1976, mais de duas mil pessoas foram detidas em todo o território nacional. Parte das atenções do aparato repressivo voltou-se para a perseguição de militantes dos tradicionais partidos de esquerda: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Neste cenário, passaram a ganhar força uma série de movimentos populares, muitos deles sem ligação entre si, como associações de moradores de bairros, de mulheres, e o Movimento do Custo de Vida. Ressurgia também o movimento estudantil, marcado pela reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) a partir de 1976. Além disso, inúmeras entidades e instituições se envolveram nas mobilizações que exigiam o retorno das liberdades democráticas, como a Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e setores progressistas ligados à Igreja Católica.[3]

Neste contexto, novos jornais e revistas alternativos, tais como *Movimento* e *Cadernos do Terceiro Mundo*, somaram-se aos anteriores, *O Pasquim* e *Opinião*, intensificando a ação ou intervenção da chamada "imprensa nanica". Esta se caracterizou pela denúncia contra a ditadura e pela busca de um espaço de criação e difusão de informações que fugia aos padrões da grande imprensa. No Rio Grande do Sul, destacou-se a experiência da Coojornal, uma cooperativa de jornalistas que editava um jornal mensal e funcionava como uma agência de notícias, no período entre 1974 e 1983. O periódico, de mesmo nome, se caracterizava pela publicação de matérias jornalísticas com forte conteúdo político e histórico. Buscando brechas no mercado jornalístico estadual, o *Coojornal* foi abrindo espaço e assumindo um caráter contestatório, recuperando protagonistas da realidade gaúcha e brasileira que estavam excluídos dos espaços midiáticos tradicionais. Simultaneamente à recuperação de fatos históricos do Rio Grande do Sul que expressavam momentos de disputa e avanço político, lutas sociais e conquistas de direitos, o jornal incorporava importante identidade latino-americana, particularmente platina. Em inúmeras matérias, a história e a realidade política do Estado foram contextualizadas em um complexo emaranhado de relações que ganhavam sentido explicativo quando devidamente imbricadas com a dinâmica dos processos nacionais ou regionais (o cenário platino, ou o maior, o do Cone Sul).

As mobilizações dos setores e entidades acima citados ganharam ainda mais força quando, em outubro de 1975, foi

---

[3] Sobre o ressurgimento das mobilizações neste período e informações sobre a luta pelas liberdades democráticas, tomamos por base as seguintes autoras: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984; MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia. *História do Brasil recente – 1964-1992*. São Paulo: Ática, 1994.

assassinado o jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. A morte de Herzog, apresentada pela repressão como suicídio, causou intensa indignação. Sua viúva, Clarice Herzog, contestou a versão de suicídio e entrou com uma ação contra o governo, contando com o apoio de advogados da OAB e da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, criada meses antes pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, em São Paulo. A ABI recolheu cerca de mil assinaturas de destacados jornalistas, reivindicando a investigação das atividades do DOI-CODI. Meses depois, em janeiro de 1976, o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho foi morto sob tortura, também nas dependências do DOI-CODI paulista.

As demonstrações da tortura e dos crimes cometidos pelos agentes governamentais fizeram aumentar as mobilizações sociais. Inserida nas pautas de reivindicações, estava também a anistia aos presos políticos, aos cassados desde 1964 e aos banidos e exilados. Afinal, havia gente de menos naqueles duros anos de 1970.

A luta em torno da Anistia desenvolveu-se inicialmente a partir do surgimento do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em 1975, formado por mães e familiares de presos políticos, exilados e desaparecidos. Neste mesmo ano, foi fundada uma "seção" no Rio Grande do Sul, liderada pela socióloga Lícia Peres, então militante do MDB. O grupo, que contava com aproximadamente 50 mulheres, buscou apoio para sua causa em diversas entidades, como a Igreja e a OAB. Peres conta que "*o MFPA foi um movimento que uniu as oposições inteiras. Foi um movimento que teve esse poder articulador, de reunir todo mundo em torno da luta pelo*

direito do retorno das suas lideranças, e do direito dos brasileiros voltarem, pois lugar de brasileiro é no Brasil. Então esse movimento foi unificador de toda a oposição brasileira".[4]

Criaram-se em seguida os Comitês Brasileiros pela Anistia em várias cidades do país, exigindo uma anistia "ampla geral e irrestrita". O primeiro deles foi fundado no Rio de Janeiro, em 1978; neste mesmo ano foi fundado o Comitê Unitário pela Anistia no Rio Grande do Sul. Tais comitês passaram a investigar o assassinato de presos políticos e a divulgar os nomes dos desaparecidos, editavam jornais e panfletos, organizavam manifestações e denunciavam a tortura e a violência da ditadura. Em pouco tempo, sua luta começou a ganhar voz na sociedade, sendo apoiada pelos mais variados movimentos e instituições, inclusive por entidades internacionais de defesa dos direitos humanos. Uma das iniciativas mais destacadas da época foi a chamada "Campanha dos Três Flávios", que buscava mobilizar o país em torno da libertação de Flavio Koutzii, Flávia Schilling e Flávio Tavares, todos eles cidadãos brasileiros exilados e transformados em presos políticos na Argentina (o primeiro) e no Uruguai (os outros dois).

Da mesma forma, a ação da Operação Condor em Porto Alegre, a partir do sequestro dos militantes uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, em 1978, forneceu mais uma bandeira ao movimento pela Anistia. Tal fato implicou a simultânea exigência de libertação dos detidos nos cárceres uruguaios após terem sido sequestrados em território brasileiro, e a denúncia da colaboração da estrutura repressiva brasileira (e, particularmente, gaúcha) com a ditadura uruguaia. Vale ressaltar o corajoso protagonismo de instituições

---

[4] VARGAS, Mariluce Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul: trajetória e memória. *Fazendo Gênero*, Florianópolis, n. 8, ago. 2008.

como a OAB e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) na denúncia do sequestro e na luta pela libertação dos envolvidos.

A partir dessas mobilizações, o governo foi forçado a tomar medidas liberalizantes, como a suspensão da censura prévia e o "fim parcial" do Ato Institucional número 5, em 1978. No ano seguinte, o presidente Figueiredo enviou ao Congresso um projeto de Anistia. Segundo Moreira Alves, *"a medida possibilitaria um desafogo de opinião política, ao mesmo tempo desarticulando um amplo movimento social que se mobilizara em torno da questão [...]. O movimento cresceu de tal modo que já em 1978 o Estado de Segurança Nacional não podia mais ignorá-lo"*. [5]

Tal projeto, após uma série de modificações e de negociações com setores da oposição, foi aprovado por 206 votos contra 201 em 28 de agosto de 1979. Nesta mesma data, durante a votação do projeto no Congresso Nacional, foi feita a denúncia da localização do corpo de Luiz Eurico Tejera Lisbôa, o primeiro desaparecido político a ser encontrado no Brasil. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Luiz Eurico foi assassinado em 1972, e enterrado sob o nome de Nelson Bueno. Após sete anos de buscas, sua esposa, Suzana Lisbôa, localizou os restos mortais numa vala clandestina do Cemitério de Perus, em São Paulo. Tal aparição tornou-se um marco no movimento de mortos e desaparecidos políticos, e expôs ainda mais as evidências em torno da existência de práticas de desaparecimento de opositores políticos e da responsabilidade do governo na promoção de tais ações.

Quanto à Lei de Anistia, apesar de representar um avanço político efetivo, beneficiando cerca de cinco mil brasileiros, entre presos políticos, banidos, exilados e pessoas atingidas por Atos Institucionais,

---

[5] ALVES, op. cit., p. 268.

era restrita e parcial: não atingia condenados por atentados e sequestros, não concedia liberdade imediata aos presos condenados pela Lei de Segurança Nacional e não permitia que ex-integrantes das Forças Armadas, expurgados por crimes políticos, reassumissem suas funções. Além disso, a lei criava um dispositivo que beneficiava os integrantes do aparato repressivo, eliminando as chances de denúncia, investigação e punição dos militares envolvidos em crimes de tortura. Nesse sentido, a Lei de Anistia não atendeu às reivindicações de muitos daqueles que militavam em sua defesa. As discussões em torno do conteúdo e das interpretações que se fizeram sobre a referida lei, e das lacunas que ela deixava, prosseguem até os dias de hoje. Destacam-se, neste debate, as reivindicações em torno da abertura total dos arquivos repressivos, da localização dos corpos de mais de uma centena de desaparecidos políticos e da responsabilização dos culpados.

Com a Anistia, inúmeros exilados regressaram ao país, como Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes e Gregório Bezerra. Muitos destes militantes retomaram sua participação política e começaram a se reorganizar, fundando grupos e organizações com diferentes perspectivas de luta e compreensão sobre a conjuntura nacional. Com a extinção do bipartidarismo, ainda em 1979, foram criados vários partidos políticos (muitos deles a partir de dissidências do antigo MDB): o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores), além da reorganização do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PCB. A ARENA deu então origem ao PDS (Partido Democrático Social).

Ao mesmo tempo, irrompia no país uma série de greves operárias. Os trabalhadores vinham sendo vitimados por um intenso arrocho salarial; em 1974 o salário mínimo chegou ao seu nível mais baixo, e foi mantido ao

longo de toda a década em níveis ínfimos. Os baixos salários, aliado as condições de trabalho precárias, fizeram crescer as insatisfações que culminaram com o renascimento do movimento sindical. Os trabalhadores passaram a se organizar nos próprios locais de trabalho, superando alguns entraves da burocracia sindical e buscando romper com a tutela do Estado. Forjaram-se novas práticas sociais de luta e de solidariedade. Como afirma Eder Sader, *"o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais e que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de trabalhadores (...)".*[6]

O movimento grevista se espalhou pelo país entre 1978–1979, tendo como ponto de partida os trabalhadores do centro industrial mais importante do país – o ABC paulista. Destacou-se, naquele momento, a atuação dos metalúrgicos do ABC, entre os quais se projetou a figura do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva.

No Rio Grande do Sul, ressalta-se a mobilização dos professores estaduais, dos bancários e dos trabalhadores das indústrias do vestuário e da construção civil. Os professores decretaram greve a partir de abril de 1979, exigindo 70% de aumento e piso de três salários mínimos. Suas reivindicações contaram com a solidariedade de inúmeras entidades representativas de trabalhadores e estudantes. No caso dos bancários, estes iniciaram uma paralisação em março de 1979. Em agosto surgiram novas mobilizações, que acabaram levando o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, a intervir no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Nesta ocasião, foram presos o então presidente do Sindicato dos Bancários, Olívio Dutra e Felipe da Costa Nogueira, membro do Comando de Greve.

---

[6] SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 36.

Começam a surgir novas lideranças trabalhistas no cenário nacional, que passaram a questionar o direcionamento do movimento sindical. Em 1981, realizou-se a 1ª Conferência das Classes Trabalhistas, em São Paulo. Nessa ocasião passou a ser esboçada a organização de um organismo sindical nacional; dois anos depois surgia a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O ano de 1982 anunciava eleições diretas para governadores; saíram vitoriosos inúmeros candidatos da oposição, entre eles Leonel Brizola, no Rio de Janeiro e Franco Montoro, em São Paulo. O Rio Grande do Sul permaneceu nas mãos da antiga ARENA, então PDS; Jair Soares foi eleito governador por curta margem de votos, derrotando o candidato do PMDB, Pedro Simon, com uma diferença de 0,6% dos votos. Simon chegaria ao Piratini quatro anos depois, com a vitória nas urnas em 1986.

Dois anos depois, a Campanha das Diretas tomou as ruas, reunindo no palanque políticos e militantes de diferentes partidos e tendências. Exibindo o slogan "eu quero votar pra Presidente" milhares de pessoas tomaram as ruas, nos inúmeros comícios realizados em diferentes pontos do país. Em Porto Alegre, calcula-se que aproximadamente duzentas mil pessoas tenham participado dos comícios pró-diretas. Em janeiro de 1984 foi realizada uma "Caminhada Democrática" em direção ao centro da capital, na qual estavam presentes lideranças como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Pedro Simon. Alguns artistas também acompanharam o trajeto, como os cantores Martinho da Vila, Kleiton e Kledir e os atores Raul Cortez e Ruth Escobar.

O desejo de votar para presidente esbarrou, no entanto, no Congresso Nacional – a Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições

diretas para a Presidência da República, foi derrubada, apesar de ter recebido a maioria dos votos a favor. A votação – 298 votos a favor e 65 contra – não atingiu o quórum de dois terços necessários para efetivar uma alteração constitucional. Logo após a derrota da emenda no Congresso, foi realizado em Porto Alegre um "enterro simbólico" dos deputados gaúchos que haviam votado contra a emenda, organizado por um grupo jovem ligado ao PMDB e outras forças de oposição.

O novo presidente seria eleito pelo Colégio Eleitoral. Apoiado pelas forças da oposição, Tancredo Neves, do PMDB, derrubou o candidato governista Paulo Maluf. Um dia antes de tomar posse, Tancredo foi internado por conta de uma infecção generalizada, vindo a falecer dias depois. Assumiu a presidência da República seu vice, José Sarney, ex-ARENA e um dos civis que deu sustentação aos militares. Saía do poder o último general-presidente; iniciava-se assim o período que ficou conhecido como "Nova República". Uma "Nova República" marcada mais por continuidades do que por rupturas.

Hoje, ao olharmos para esse processo, são muitas as questões, as controvérsias, as disputas, as feridas que ainda permanecem. As diferentes falas e reflexões que compõem os textos presentes nesse livro nos ajudam a mergulhar nesse período tão complexo e rico, no qual tantas lutas políticas foram travadas e tantos sonhos ficaram pelo caminho. Muitos dos seus autores estavam presentes nestas lutas, nas ruas, nos plenários, nas portas das fábricas, nos palcos... Suas histórias e memórias nos ajudam a tecer o fio que costura esse passado e a compreendê-lo. Vamos a elas!

DEVER DE MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA VIVA: A ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE ANISTIA DO BRASIL NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE*

*José Carlos Moreira da Silva Filho***

Introdução

O Direito à Memória e à Verdade é um direito ainda pendente de concretização no Brasil. Muitas indagações e obscuridades cercam os episódios traumáticos e violentos que se alojam na história do país, uma história cerceada por silêncios impostos e por narrativas fechadas e lineares. A constatação torna-se palpável em relação à ditadura militar brasileira, instaurada e desenvolvida entre os anos de 1964 e 1985.

Isto explica porque, no Brasil, o próprio conceito, especialmente no plano jurídico-científico, ainda não foi objeto de maiores estudos e pesquisas. O impulso que sustenta a reivindicação desse direito, e a consequente necessidade do seu desenvolvimento teórico, vem da redemocratização brasileira, lastreada pelo texto constitucional de 1988.

Este artigo pretende contribuir para a colmatação dessa lacuna conceitual, procurando ir além da mera reflexão teórica ao analisar, mais especificamente, o papel da Comissão de Anistia do Brasil no contexto da transição democrática ainda em curso no país. A chave de análise reside no olhar para a história e a verdade a partir da memória, o que

* Este artigo é fruto de projeto de pesquisa do Grupo de Pesquisa Direito à Memória e à Verdade e Justiça de Transição, com sede no PPG-Direito da UNISINOS-RS, e de auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
** Professor do Departamento e do PPG-Direito/UNISINOS; Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

possibilitará um enfoque peculiar sobre o significado e as peculiaridades do Direito à Memória e à Verdade, desvelando a ideia de uma *história viva*.

O itinerário proposto, ademais, levará a uma ressignificação da própria palavra "Anistia", propugnando-se um entendimento que supere a ideia de um exercício de esquecimento e abra espaço para a premência no cumprimento de um *dever de memória*. Essa nova concepção de anistia, que já se encontra em uma tradição recente, inaugurada paradigmaticamente com as Comissões de Verdade e Reconciliação da África do Sul, espelha-se plenamente, como se verá, nas práticas institucionais conduzidas pela Comissão de Anistia do Brasil.

A crise da memória

O século XX é o século da memória. As guerras, os totalitarismos, os genocídios, as ditaduras, os crimes contra a humanidade e os campos de concentração impuseram uma reflexão sobre a importância da memória, emblematicamente contida no famoso adágio adorniano de um novo imperativo categórico: o de lembrar para não repetir jamais. Ao longo do século passado, e especialmente em sua segunda metade, houve uma verdadeira profusão de obras, monumentos e espaços de memória.

Paradoxalmente, porém, o apelo à memória parece, nesse fim/começo de século, ser engolfado por uma perspectiva *amnésica*. É desde o iluminismo e sua grande fé na razão que o apagamento dos rastros, ou a pouca importância dada a eles, vem indicando um caminho no qual as capacidades e habilidades racionais suplantam as amarras

tecidas pelo fio da memória e pelos laços comunitários. No lugar do passado comum, ainda pulsante na memória, as fórmulas democráticas modernas preferiram instaurar um marco zero, capaz de purificar todas as feridas, as dores e as injustiças cometidas no passado ao substituí-las pela igualdade. Rousseau, em *A origem da desigualdade*, afirma que a desigualdade não é algo natural, que ela é fruto da ação humana, muitas vezes tida como racional. Aqui há, portanto, um dado muito importante: o reconhecimento da existência da desigualdade e a lembrança da responsabilidade por ela. No *Contrato Social*, contudo, o que é recomendado? Que se parta de uma espécie de marco zero. Que se refunde a sociedade substituindo a premissa real da desigualdade pela premissa ideal da igualdade entre todos os homens. E este tem sido o modelo de muitas teorias da justiça modernas e contemporâneas.[1]

O sujeito racional moderno configura um ser desancorado, enaltece as habilidades do cálculo e do autocontrole e pretende instaurar um ponto de observação neutro e universal. Essa, porém, não é a única direção apontada na modernidade. O romantismo, que surge como reação à ilustração, volta-se ao passado, abre espaço para o expressionismo do *self*, lembra dos laços comunitários e permite a fundação da ciência histórica. Nem por isto, porém, a tradição romântica consegue evitar a colonização do tema da memória pelo racionalismo cientificista. As armadilhas racionalistas vão desde o viés cientificista da historiografia até o diligente engendrar das nações, dos seus mitos e das suas liturgias.

O historicismo prestou-se a reforçar uma concepção acumulativa, evolutiva e continuísta do tempo, reservando um papel

[1] Quem chama atenção para essa troca da injustiça pela igualdade presente nas teorias modernas da justiça são Reyes Mate e Tzvetan Todorov. Ver: MATE, Reyes. Fundamentos de una filosofía de la memória. In: RUIZ, Castor Bartolomé (org.). *Justiça e memória: para uma crítica ética da violência*. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2009. p.17-50; TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000. p. 20.

normativo para a memória[2], confundida em muitos momentos com a repetição fria e hipnótica de rituais de civismo e do culto a símbolos forjados para representar um conceito de unidade que, mais do que o reflexo de laços tradicionais e fruto de um escavar da memória, atendia aos interesses e às conveniências da formação do ideal nacionalista.

O século XX apresentou as consequências funestas da troca da memória pelo marco zero da igualdade aliada à produção cada vez mais industrial do ideal de nação: as guerras mundiais, os totalitarismos, os genocídios, os crimes contra a humanidade, as ditaduras e o alastramento da exclusão social e política.

No vácuo instaurado pelo segundo pós-guerra, espraiado pelo cenário da Guerra Fria, firmou-se o contemporâneo, chamado por muitos de *pós-moderno*. Para efeitos de um rápido, sucinto e didático contorno faço uso aqui dos três tipos de *pós-modernismo* apresentados por Ricardo Timm de Souza[3]: o *pós-modernismo hegemônico*, *o desesperado* e o *desviante*.

Passado o otimismo da multiplicação artística e da proliferação de infinitas possibilidades, compreende-se que o alardeado "fim da história" chancelou uma nova ordem econômica, e que por detrás do discurso da liberdade de todos e do respeito à diversidade encontra-se, na verdade, uma grande padronização no valor quantitativo e monetário e uma espécie de pouca importância dada às opções qualitativas ou concepções de bem que os membros e grupos da sociedade tenham ou façam. Como disse Bauman, hoje se pode ter todas as opções, menos a opção de não se ir às compras.[4] A diversidade se encontra nas prateleiras e *outdoors*.

---

[2] CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 32.

[3] SOUZA, Ricardo Timm de. Alteridade & pós-modernidade – sobre os difíceis termos de uma questão fundamental. In: SOUZA, Ricardo Timm de. *Sentido e alteridade – dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: PUCRS, 2000. p. 147-187.

[4] BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.87.

Por trás da fragmentação e da complexidade apresenta-se uma lógica perfeitamente coerente e que vai encontrar suas raízes nas profundezas do sistema socioeconômico. A isto pode chamar-se de *pós-modernismo hegemônico*. A padronização dos valores e a transformação da diferença no seu contrário traz como consequência inexorável a sensação de perda de valor. O *homem massa* apresentado por Hannah Arendt[5], e assim caracterizado pela ausência de laços políticos e coletivos mais expressivos, se metamorfoseia no homem ágil, autocentrado e niilista dos tempos pós-modernos. Com isto mergulha-se em um *vale-tudo*, no qual, como explica Ricardo Timm de Souza, a "lógica é simples: 'já que não tenho nenhum valor -> tudo deve ser experimentado -> já que nada tem valor -> já que não tenho valor".[6]

Nesse *pós-modernismo desesperado* os instantes são separados uns dos outros e se tornam autossuficientes. O tempo se apresenta como a justaposição de instantes independentes, nos quais reedita-se monocordicamente a possibilidade do gozo total, a insistência na negação da falta constitutiva dos sujeitos e de suas identidades. No cenário de um *vale tudo* como esse, a imagem do tempo linear, científico e asséptico atinge o seu ápice. O passado se apresenta apenas como "o que já passou", sem que sobreviva sequer o interesse pelas histórias e estórias guardadas nos arquivos e nos museus, pois domina a sensação de que não há tempo a perder na presentificação do gozo, o que, paradoxalmente, traz uma crescente sensação de falta de tempo.

Nesse palco, a ação humana é sem memória, ela se inscreve no mesmo registro da sociedade de consumo, mimetizando a criança que mal desembrulha o presente novo e já sonha com o próximo, relegando os

---

[5] ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
[6] SOUZA, op. cit., p. 159-160.

brinquedos abertos às pilhas de caixas mal acomodadas no armário. Na sociedade de consumo, os bens são descartáveis e o prazer que podem proporcionar tende a se esgotar tão logo sejam adquiridos, cedendo lugar à compulsão de buscar mais itens a serem consumidos. O tempo acaba se preenchendo totalmente com essa corrida ao prêmio que sempre desloca o ponto de chegada para o futuro imediato.

Na sociedade amnésica, a memória adquire importância quando tida como *memorização*, ou seja, quando associada à capacidade de armazenar informações e reivindicá-las sempre que isto for conveniente. Os programas de televisão e os semanários em suas reportagens especiais sobre a memória enaltecem as últimas descobertas científicas sobre a capacidade do cérebro humano em armazenar e manipular informações. Como afirma Ricoeur, a *memorização* representa a imaginação liberta do passado[7]. Ela destaca a plenitude dominadora e controladora da ação, a precisão e o desenvolvimento da técnica, a frieza e a pressa da manipulação da realidade ao sabor dos objetivos do momento, ajudando a criar verdadeiros *atletas da memória*[8], sempre em exibição nos espetáculos e programas de perguntas e respostas e nos bancos escolares. Nesses casos, trata-se, portanto, de evocar saberes aprendidos e não de evocar o passado.

A solidão profunda do homem *pós-moderno* mergulha em uma perda de referências, já que o passado se espalha como pó ao vento. A consequência inelutável disto é o enfraquecimento da ideia de futuro. Hannah Arendt já havia constatado, ainda no meio do século XX, que o sinal mais expressivo da privatização do público é a perda do interesse pela imortalidade[9]. O espaço público é aquele lugar que já estava aqui

---

[7] RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: UNICAMP, 2007. p. 77.
[8] A expressão é de Paul Ricoeur. Ibid., p. 75.
[9] ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 64-65.

antes do nascimento e continuará a existir após a morte. Pensar nele como o palco das ações humanas significa projetar essas ações em um futuro capaz de ultrapassar a própria morte. É sintomático que na sociedade contemporânea a falta de interesse em se propor, pensar e discutir projetos de futuro para o país e para o mundo seja acompanhada pela irrelevância da memória. Daí a sensação concreta de inutilidade da política e do enterro dos projetos emancipatórios, ou da indisposição para *cerrar fileiras*.[10]

A *sociedade amnésica* não é, porém, a única possibilidade contemporânea. A perda de referências é também o sinal de que, como disse Melman, "o céu está vazio, tanto de Deus quando de ideologias, de promessas, de referências, de prescrições, e que os indivíduos têm que se determinar por eles mesmos, singular e coletivamente".[11] Com o afrouxamento das amarras metafísicas, não desponta apenas o indivíduo narcísico e "desesperado", abre-se espaço também para o reconhecimento da alteridade, de uma dimensão não colonizada pela tautologia do sujeito. Na abertura desse espaço confronta-se a alteridade do passado, sua reconstrução a partir dos lugares e das memórias das pessoas. Diferentes narrativas emergem e concorrem para a formação das subjetividades, que são, de fato, desde o início demarcadas pelos limites do Outro.[12]

Diante da dura e massacrante homogeneização do tempo e padronização dos valores, abre-se a possibilidade do imprevisível, o inusitado da ruptura, a recuperação da memória sufocada pela repetição

---

[10] Expressão elucidativa do diagnóstico de Bauman sobre o individualismo e o enfraquecimento do público que caracterizam o contemporâneo. Ver: BAUMAN, op.cit. p. 41-45. O mesmo aspecto também é referido por CATROGA, op.cit., p. 33.

[11] MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade – gozar a qualquer preço.* Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. p. 16.

[12] CATROGA, op.cit., p. 17-18.

do presente vazio. Aqui estaria o *pós-modernismo desviante*, aberto para o que não pode ser totalmente controlado e inventado, mas sim reconhecido, pois "o propriamente humano não se inscreve nos conceitos que descobre ou cria, mas na anterioridade que lhe permite justamente *pensar* e – criar conceitos. É na *vida*, e não em si mesma, que a filosofia tem de se referir em última instância".[13]

Para aclarar a possibilidade desse *desvio* das versões hegemônicas e desesperadas do contemporâneo e melhor contextualizar o solo das políticas de memória que hoje são deflagradas no Brasil é preciso, antes, identificar em que medida apresenta-se a perspectiva de uma sociedade amnésica no contexto brasileiro e em que medida a anistia política ocorrida em 1979, ainda em plena ditadura militar, operou um verdadeiro *exercício de esquecimento*.

A anistia de 1979: uma política de esquecimento

O Brasil é um país jovem, já se convencionou dizer. Mais jovem ainda é a sua democracia. É possível dizer que somente após a Constituição de 1988 é que o país pôde de fato experimentar uma mudança decisiva rumo à democratização das relações políticas e institucionais. Entre os anos de 1946 e 1988, o país constituiu-se, assim como seus vizinhos latino-americanos, em campo de manobras dos interesses estadunidenses durante a Guerra Fria e a divisão do mundo em dois blocos. O breve período de 1946 a 1964, que trouxe o alento das causas humanitárias reacendidas no segundo pós-guerra, esteve mais

[13] SOUZA, op.cit., p. 178.

para uma *democradura* do que para uma *democracia*: o Partido Comunista foi novamente tornado ilegal, pessoas a ele filiadas ou que simpatizam com sua visão política eram presas e perseguidas e a tensão institucional a favor de uma ditadura ia se tornando cada vez maior. As instituições democráticas eram demasiado frágeis.

Com a instauração do regime autoritário militar no Brasil, toda uma geração de pensadores, políticos e jovens envolvidos fortemente na política teve seus projetos e possibilidades de atuação pública abortadas. O Decreto 477/69, também conhecido como o AI-5 dos estudantes, proclamou o fim do livre pensamento nas universidades e bancos escolares. A organização e mobilização política dos movimentos sociais foram também interrompidas brutalmente, tanto com relação aos movimentos sindicais como com relação aos movimentos no campo, em especial as Ligas Camponesas de Francisco Julião. A censura ideológica operada pelos governos militares foi atroz e eficiente. Felizmente, não impediu que a participação política de setores antes alijados da cena pública pudesse ser retomada, o que se viu em especial no Novo Sindicalismo do final da década de 70 e durante a década de 80, e na ampla mobilização popular que ocorreu na Constituinte instalada em 1987. Contudo, os 21 anos de ditadura militar conseguiram estabelecer um claro hiato na história do país. Há uma zona cinzenta ainda mal resolvida e revolvida sobre as violências e as injustiças acontecidas, e que foi estimulada em sua opacidade por uma verdadeira *política de esquecimento* colocada em prática: a anistia de 1979.

No plano institucional da política e do Direito, a anistia tradicionalmente indica o perdão concedido pelo Estado a quem tenha cometido crimes, e, em especial, crimes políticos. Geralmente, inclusive no Brasil, a anistia vem sendo utilizada como um instrumento de

pacificação social no período imediatamente posterior a conflitos armados, guerras, sedições, rebeliões, revoluções e mudanças de regime político.[14] Nesse uso tradicional da anistia parte-se do pressuposto que a melhor maneira de pacificar a sociedade é jogar uma pedra sobre os conflitos anteriores, esquecendo não só os crimes políticos cometidos, como também as razões que os motivaram.

Não foi diferente com a anistia que veio com a Lei 6683/79. É bem verdade que ela marcou o início da redemocratização do país, permitindo o retorno de intelectuais, artistas, militantes políticos e demais pessoas perseguidas politicamente que se encontravam no exílio. É verdade também que ela surgiu a partir de uma intensa e ampla mobilização nacional, como há muito tempo não se via no Brasil. Contudo, não se pode ignorar que esta anistia veio ainda na vigência da ditadura militar brasileira e que, em decorrência disto, além de deixar de fora uma boa parte dos que eram perseguidos políticos, como aqueles que se envolveram na resistência armada, foi recebida e interpretada como um apelo ao esquecimento, inclusive das torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados realizados pelo governo ditatorial.

O instituto da anistia, nesses casos e a partir desse enfoque, reproduz aquele vício de origem que está na própria concepção da democracia moderna: o de substituir injustiça por igualdade, reforçando o apelo para uma *sociedade amnésica*. A concepção da anistia que a vê como um *exercício de esquecimento*, infelizmente, ainda é preponderante nas experiências de transição vivenciadas pelos Estados ao longo dos anos. É possível, porém, como se verá, firmar uma outra tradição para o instituto da anistia política, uma tradição que esteja voltada para um

---

[14] MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro.* São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006. p. 12-13.

exercício de memória, tido como condição indispensável para a *reconciliação* da sociedade. Nessa acepção o que deve ser esquecido é o interdito das narrativas sufocadas e dos crimes acobertados. O esquecimento das dores e violências só pode acontecer como o resultado de um exercício terapêutico de luto e de memória.

A sociedade brasileira encontra-se, portanto, ainda sob fortes efeitos das políticas de esquecimento que vieram com a ditadura e com a anistia. Parte expressiva da opinião pública, incluindo principalmente os mais jovens, sabe pouco sobre esse período repressivo. As Forças Armadas brasileiras ainda ostentam em seu seio o entendimento de que o golpe não só foi necessário como constituiu um ato de heroísmo patriótico. Muitos até chegam a duvidar que a tortura tenha de fato ocorrido em larga escala durante o regime. Muito recentemente é que um grande volume de informações contidas nos arquivos dos órgãos de informação do período foi disponibilizado ao público, restando ainda muitas outras sob sigilo e sob peremptória recusa seja da sua divulgação, seja até mesmo da sua existência.

Como afirma Mezarobba, "os militares permanecem unidos e não expressam arrependimento".[15] Nenhum militar brasileiro adotou um gesto semelhante ao comandante do Exército argentino que em 1995 pediu desculpas à nação pelos erros cometidos pela ditadura militar daquele país.

Como se verá depois, uma das consequências mais funestas da amnésia autoritária é a repetição da violência, a continuação do uso da tortura como procedimento de investigação das forças de (in)segurança pública e a sua aceitação pela opinião pública. Ademais, a eliminação

[15] MEZAROBBA, op. cit., p. 162.

brutal das mobilizações políticas durante 21 anos representaram mais um fator decisivo para um forte apelo à apatia política. Soma-se a isto o claro reflexo do que foi chamado acima de *pós-modernismo hegemônico* e *desesperado* gerando um cenário global de desinteresse pela política. Além da ideia disseminada de que, diante da globalização econômica, o Estado perde o poder e vê reduzidas suas capacidades de empreender políticas públicas de inclusão social (ainda que sua capacidade de intervenção penal tenha sido aumentada), está também a ideia, muito forte no Brasil, de que todo político é corrupto e de que da política não pode vir boa coisa.

É bem verdade que as denúncias de corrupção e malversação do dinheiro público têm sido constantes, e, em especial, no âmbito do Congresso Nacional. Contudo, não se deve perder de vista que a presença de políticos corruptos e patrimonialistas no Parlamento brasileiro é antes sintoma do que causa, e revela o resultado de décadas de regimes nada democráticos. O que não se pode fazer é desistir de democratizar o Estado e suas instituições, caso contrário estar-se-á simplesmente delegando o poder a forças autoritárias que continuarão a ampliar ainda mais a chaga patrimonialista que consome o espaço público brasileiro.

As marcas da memória

Em seu importante estudo sobre a memória, Paul Ricoeur identifica nos fenômenos *mnemônicos* a sobreposição de duas dimensões: a *cognitiva* e a *pragmática*. O aspecto *cognitivo* indica a peculiaridade da memória em se apresentar como uma reapresentação do ausente. É a recordação como busca do passado, como luta contra o esquecimento, como a contracorrente do rio *Lèthè*.

Na sua dimensão cognitiva fica claro, portanto, que a memória possui ambições veritativas, que a aproximam da historiografia e a distanciam da mera imaginação. Nesse sentido, por exemplo, a memória pretende se constituir em uma instância e em um critério crítico para avaliar a falsidade de um testemunho.[16] A recordação bem-sucedida indica que houve o *reconhecimento*. O *ausente* torna-se *presente* novamente. Trata-se de uma *presentificação* da alteridade do ocorrido, um fenômeno de percepção presente, que se reconhece como retorno do que é passado. O *reconhecimento* indica, portanto, a *verdade* sobre o passado pelo viés da memória, é a *fidelidade da memória*.[17]

O campo da *pragmática* da memória, por sua vez, evidencia basicamente dois aspectos. A memória pode brotar espontaneamente, como na obra de Marcel Proust (*No caminho de Swann*), quando o narrador, ao provar o chá com Madeleine (um pequeno biscoito francês), abre espaço para a erupção das lembranças da sua infância. A memória também pode ser o resultado de um esforço consciente para trazer à lembrança aquilo que ficou esquecido, em um visível *exercício de memória*. Há, pois, o espaço de uma *operação de recordação*, necessária em muitas situações, como se verá, nas quais se torna crucial travar a batalha contra o esquecimento. Para dar conta de ambas as dimensões, a *cognitiva* e a *pragmática*, Ricoeur utiliza a palavra *rememoração*.[18]

A *rememoração* indica um trabalho muito diferente da *memorização*. Como foi comentado acima, na memorização não há o compromisso veritativo em relação ao passado. Trata-se tão somente de recolocar em ação habilidades aprendidas. Essa *memória artificial* ignora a pressão dos rastros e só se volta para a ação. É uma ação sem memória,

---

[16] RICOEUR, op. cit., p. 40-46.
[17] Ibid., p. 55-56, 70.
[18] Ibid., p.71.

que não se pauta pela afecção do passado. Na rememoração, a despeito do esforço de recordação, sempre há um ingrediente de passividade, presente na dimensão cognitiva e evidenciado no critério de verdade invocado pela memória: o reconhecimento, a representificação do ausente. A memória é, pois, sempre o resultado de uma *afetação*, por isto ela é sempre *afetiva*, ela invoca não só uma faceta descritiva do ocorrido, mas também emotiva.

O trabalho de rememoração torna-se particularmente importante diante das lembranças traumáticas. Nessa altura do seu estudo, Ricoeur invoca as análises de Freud sobre o assunto.[19] No trabalho da psicanálise as lembranças traumáticas são um alvo importante para o processo de cura do analisando. Esse alvo, porém, pode ser interrompido por um forte obstáculo, chamado *compulsão de repetição*. Nesses casos, o paciente não reproduz o fato ocorrido na forma de uma lembrança, mas sim na forma de uma ação que se repete de modo compulsivo e obsessivo, sem que o paciente tenha consciência do que motiva a repetição desse ato e do que o compele a essa ação.

A compulsão de repetição acontece, pois o paciente tem dificuldades em reconhecer que o objeto da sua libido se perdeu irremediavelmente. A lembrança do fato traumático confrontaria o paciente com essa realidade mutilada, daí porque ele se refugia na ignorância do seu real problema. A perda gerada pelo fato traumático não é, assim, interiorizada. O paciente não se reconhece enfermo. Para superar o obstáculo da análise que esse fato não reconhecido representa, é necessária a colaboração e a persistência do paciente. É preciso que ele se concentre nos sintomas que cercam sua compulsão e consiga finalmente

[19] Ricoeur refere-se, especificamente, a dois textos de Freud: Rememoração, repetição, perlaboração. In: FREUD, Sigmund. *La technique psychanalytique*. Paris: PUF, 1992; Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Métapsychologie*. Paris: Gallimard, 1968.

resgatar a lembrança e fazer o *luto*. Para tanto, é crucial o *trabalho de rememoração*, e este trabalho exige tempo, como de fato o exige todo o exercício de luto.

O *luto* indica uma readequação psíquica à realidade, visto que sem ele o objeto perdido continua a existir, a sua perda não é processada. É o luto que torna possível a *reconciliação*, dando início a uma nova síntese subjetiva que, após passar por um processo de dor e desolação, desemboca na liberação de um fardo e na possibilidade de uma *memória feliz*.

Muito embora, em um primeiro momento, o trabalho de luto indicado por Freud para superar a compulsão de repetição se refira ao âmbito da psique individual e da relação entre analisado e analisando, Ricoeur argumenta que, em muitas passagens da sua obra, Freud transcende a cena psicanalítica e abre espaço para o outro da cena histórica e psicossocial. Ademais, há um aspecto crucial que autorizaria estender a análise freudiana do luto ao traumatismo da identidade coletiva, e que diz respeito à própria complexidade da memória e da identidade. A memória não é somente individual, ela também é coletiva.

O aspecto público, social e comum é constitutivo da identidade dos indivíduos. Não é apenas o encadeamento interno e subjetivo que conforma a memória. Ela também necessita de apoios externos e sociais. Este olhar mais objetivo e exterior da memória experimentou grande desenvolvimento no âmbito das ciências sociais ao longo do século passado, com destaque para a obra de Maurice Halbwachs.[20]

Como bem ressalta Ricoeur, porém, a tradição da filosofia ocidental moderna sempre esteve mais concentrada no aspecto da

[20] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

interioridade do sujeito,[21] e se ela comprova, por um lado, a condição individual de apropriação, de responsabilização e de realização de escolhas, ela falha ao deixar em segundo plano o quanto de alteridade participa na formação da subjetividade e no seu desenvolvimento.

Por mais individual que a lembrança possa parecer, ela se dá no plano da linguagem. A linguagem é sempre a dos outros que nos constituíram, que nos deram o nome. A consciência de si é fruto de um processo dialógico, a partir do qual o mundo aparece mediado pela significação.[22] Os significados sempre brotam e se transformam a partir de um espaço que transcende em larga escala as imprecisas dimensões interiores dos indivíduos. A memória recupera o fio da sua existência sempre a partir de indícios externos, tais como: lembranças compartilhadas com pessoas próximas, testemunhos e narrativas comunicadas e arquivadas, lugares que evocam experiências passadas, pessoas ou experiências de convívio que ajudam a retirar os obstáculos da rememoração (como o é, por exemplo, o psicanalista), ou ainda fatos de dimensões nacionais e/ou coletivas que marcam a ferro e fogo o senso de orientação individual e a identidade comunitária.[23] Separar a memória individual da memória coletiva é o mesmo que querer separar indivíduo

---

[21] Sobre a formação do *self* ocidental e o movimento crescente rumo à interioridade do sujeito, ver a obra fundamental de TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1997, que também é citada por Ricoeur em seu livro. A respeito dessa caracterização do sujeito moderno, presente em Taylor, ver outras publicações nossas nas quais se esmiúça e se desenvolve mais esse ponto: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A repersonalização do Direito Civil a partir do pensamento de Charles Taylor: algumas projeções para os direitos de personalidade. In: STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luiz Bolzan de (orgs.) *Constituição, sistemas sociais e hermenêutica*. Programa de Pós-graduação em Direito da UNISINOS: Mestrado e Doutorado: Anuário 2008. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 277-294; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Pessoa humana e boa-fé objetiva nas relações contratuais: a alteridade que emerge da ipseidade. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PEZZELLA, Maria Cristina Cereser (orgs.). *Mitos e rupturas no direito civil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 291-323.

[22] Esta ideia encontra guarida no conceito de mundo da filosofia heideggeriana. Ver os parágrafos 18 a 21 de Ser e tempo. Cf. HEIDEGGER, Martin. *El ser y el tiempo*. 2. ed. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1997. p. 97-117.

[23] RICOEUR, op. cit., p. 139.

de sociedade, ou então o privado do público, quando se sabe que uma dimensão é ininteligível sem a outra.

Sem dúvida, um dos aspectos que reforça a ampliação do foco de análise da memória para o aspecto coletivo é também o fato de que a memória é *espacializada*. A memória não diz respeito apenas ao tempo, mas também ao espaço. Separar o tempo do espaço é um procedimento próprio da concepção de tempo linear, que vê em cada instante apenas a si mesmo, separado, descolado, *deslocado*. Não há representação memorial sem *traços*. A palavra vem do latim *tractus* e indica, desde o século XII, a sequência de impressões e vestígios deixada por um animal, noção que se tornou mais ampla para abarcar os vestígios deixados, voluntária ou involuntariamente, pelo ser humano. [24]

Os rastros possuem necessariamente uma materialização espacial. São os *lugares de memória*. Sem eles a recordação se evapora em imaginação. A raiz indo-européia *men* está presente tanto na palavra *memória* quanto na palavra *monumentum*. A ligação entre monumento e memória, contudo, não é apenas etimológica. São os lugares de memória que convocam o sujeito a re-presentificar o seu passado.

Os monumentos, porém, adverte Catroga, só ressuscitarão memórias caso não permaneçam na dimensão fria e gnosiológica dos museus e sim sejam mediados pela afetividade, pelo envolvimento e pela partilha comunitária com os outros.[25] A memória sempre evoca o outro. É o traço do pertencimento a algo que vai além do próprio sujeito em seus limites interiores. A subjetividade só se constitui a partir do outro, que comunica ao indivíduo a sua própria existência e a ele revela a autoconsciência. O mundo e a humanidade só são significados a partir

[24] CATROGA, op. cit., p. 24.

[25] *Co-memorar* "é sair da autarcia do sujeito (manifestação potencialmente patológica) e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas". CATROGA, op. cit., p. 24-25.

desse pertencimento coletivo, do qual as marcas, os ritos e os lugares de memória provocam a lembrança e fortalecem a própria identidade. Nesse sentido, afirma Joel Candau que a identidade "é um produto social, de certa maneira sempre em devir, no quadro de uma relação dialógica e temporal entre o eu e o outro".[26]

Assim, o problema maior não é o tempo que se esvai ou o tempo que passou, como parece indicar o senso comum, cada vez mais engolfado por uma intensa sensação de pressa e de falta de tempo. O problema maior é a falta de espaço. O tempo falta porque ele não é re-presentificado, porque ele se perde no isolamento dos instantes fungíveis. Quando se abre o espaço de ressignificação, trazido pela rememoração crítica, o passado continua a ter futuro. O tempo se renova e adquire um novo viço, a velocidade diminui e as coisas podem então ser cuidadosamente iluminadas e reconhecidas. É preciso lembrar que o sujeito se forma e se mantém na tensão entre a memória e o esquecimento, e que, portanto, essa identidade nunca é algo pronto e acabado.

Conclui-se dessa reflexão sobre o caráter individual e coletivo da memória que o luto pode ser tanto privado como público,[27] assim como também a compulsão de repetição, e que existem perdas coletivas traumáticas a pesarem sobre a história de um povo ou nação. Esses fatos traumáticos estão nas guerras, nas ditaduras, nos confrontos civis, nas grandes tragédias naturais, nas revoluções, nas políticas discriminatórias e excludentes. A compulsão da repetição evidencia-se na grande dificuldade que se tem, logo após a ocorrência dessas tragédias coletivas, em se confrontar o passado violento e traumático. Essa dificuldade se

---

[26] Tradução nossa. No original: *"est une construction sociale, d'une certaine façon toujours em devenir dans le cadre d'une relation dialogique avec l'Autre"*. CANDAU, Joel. *Mémoire et identité.* Paris: Presses Universitaires de France, 1998. p. 1.

[27] RICOEUR, op. cit., p.92.

projeta tanto no instituto da anistia compreendido de maneira tradicional, como até mesmo na repetição acrítica de rituais e na veneração mecânica de monumentos históricos. Tem-se aqui o que Ricoeur chama de *memória-repetição*, e que está muito mais para a compulsão de repetição do que para o lento e laborioso esforço crítico do luto que reapresenta a lembrança.

Um último aspecto a ser considerado neste item diz respeito ao papel constitutivo da memória com relação às identidades. As filiações identitárias que sustentam a compreensão e a ação dos indivíduos estruturam-se em narrativas, através das quais a memória é incorporada à identidade.[28] Tais narrativas são sempre objetos de poder, já que tanto a narração como a memória mesma são seletivas. O que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido são alvos inerentes às dinâmicas de poder, especialmente quando analisados modernamente no contexto dos Estados nacionais. Assim, outro claro obstáculo que se apresenta ao trabalho de luto da rememoração é a possibilidade da manipulação ideológica dessas narrativas. A possibilidade de uma memória coletiva pode ser vista tanto como uma conquista, como também um objeto de poder e manipulação.[29] Daí o apelo de Le Goff para que o esforço científico (e acrescentaria também o político comprometido com a defesa da pluralidade democrática) seja no sentido de permitir a pluralidade de memórias, narrativas e interpretações, evitando a imposição de epopeias e descrições amarradas, assépticas e homogêneas.

---

[28] RICOEUR, op. cit.,p.98.

[29] LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: UNICAMP, 1990. p. 477. A respeito do alerta sobre os riscos de um "excesso de memória", entendido aqui como o sintoma de uma manipulação e do que Ricoeur chama de *memória-repetição*, ver: TODOROV, op. cit., 2000.

A insuficiência dos mecanismos transicionais no Brasil: os efeitos amnésicos da anistia e a repetição da violência na transição democrática

A transposição da memória para o plano coletivo mostra que é possível deflagrar-se no plano público tanto políticas de memória como políticas de esquecimento. Por tudo o que foi pontuado até aqui quanto ao processo da transição democrática brasileira, a anistia de 1979 revelou-se uma nítida política de esquecimento. À luz das reflexões feitas acima sobre o conceito de memória, fica claro que não se fez o luto diante de tanta violência institucional. Não se fez o luto, inclusive, propriamente dito das famílias que tiveram seus filhos, filhas e parentes como vítimas de desaparecimentos forçados, pois os seus cadáveres não foram encontrados até agora.

Com o esquecimento imposto pela anistia de 1979, a sociedade brasileira não teve acesso às narrativas, aos documentos e aos dados que poderiam ter aflorado através de investigações judiciais e da abertura dos arquivos. Impôs-se, outrossim, um silêncio temeroso e reverencial. A notícia dos assassinatos, sequestros, torturas, desrespeito total por direitos fundamentais, ilegalidades, barbáries, ficaram restritas ao círculo menor dos familiares das vítimas, não obtiveram maior espaço na agenda pública e midiática. Não houve, assim, o reconhecimento do papel de resistência protagonizado pelos perseguidos políticos. Até a própria anistia, como foi sublinhado, apareceu como o resultado de uma "dádiva" do governo militar e não como o resultado das lutas sofridas das forças de oposição.

Uma das consequências mais atrozes desse esquecimento imposto foi a impunidade dos agentes públicos que violaram até mesmo a própria lei que vigorava durante a ditadura militar, torturando, matando e

desaparecendo com os restos mortais das suas vítimas. A reprovação a tais atos não foi catapultada para a dimensão simbólica do espaço público brasileiro. Não houve nenhuma investigação, nenhum julgamento, nenhuma condenação. Em um cenário como este, dificilmente se pode concluir que o necessário luto coletivo foi feito.

Como se viu acima, a consequência para a fuga do luto e do trabalho de memória é a compulsão de repetição. Não é à toa que a tortura continua sendo utilizada como método corriqueiro de investigação policial. Não é também por qualquer motivo que os índices de aprovação da opinião pública quanto à prática da tortura são altos. [30]

Recentemente, uma importante pesquisa desenvolvida pelas cientistas políticas estadunidenses Kathryn Sikkink e Carrie Booth Walling, publicada em 2007, conseguiu demonstrar, através de criteriosa coleta e análise de dados, o desacerto da literatura da década de 80 a respeito das transições democráticas então em desenvolvimento na América Latina. Segundo esta literatura, citada e comentada no artigo das pesquisadoras, os julgamentos por violações de direitos humanos durante os regimes autoritários não só seriam politicamente indefensáveis como também poderiam minar as novas democracias.[31]

A experiência de alguns países latino-americanos, estudada na pesquisa, demonstrou o contrário. Em nenhum dos países nos quais

---

[30] Em pesquisa recente realizada pelo IBOPE e publicada no jornal *O Globo* no dia 9 de março de 2008, constatou-se que, no geral, 26% da população aprova a tortura. Contudo, o dado mais alarmante é que quando os resultados da pesquisa são separados por níveis de renda e de escolaridade, constata-se que 42% das pessoas com renda superior a cinco salários mínimos aprovam a tortura, sendo que dentre os que ganham menos que cinco salários mínimos a aprovação cai para 19%. Além disso, dentre os que possuem formação superior, 40% aprovam a tortura como método de investigação e combate à criminalidade. IBOPE: 26% admitem tortura. Pesquisa mostra preconceito de raça e orientação sexual. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 mar. 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/03/08/ibope_26_admitem_tortura_pesquisa_mostra_preconceito_de_raca_orientacao_sexual-426148416.asp>. Acesso em: 22 jun. 2009.

[31] SIKKINK, Kathryn; WALLING, Carrie Booth. The impact of human rights trials in Latin America. *Journal of Peace Research*, Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, vol. 44, n. 4, p. 428, 2007.

ocorreram julgamentos por violações de direitos humanos houve um retrocesso democrático. Na maioria desses países, inclusive, além de julgamentos, houve também a instalação e o trabalho de Comissões de Verdade,[32] logo a aplicação desses mecanismos de transição não foi impedida politicamente, muito pelo contrário, evidenciou-se que, com o passar dos anos, as forças políticas que apoiavam as ditaduras se enfraqueceram.

O que chama mais a atenção na pesquisa feita, porém, é a relação entre a aplicação desses mecanismos transicionais, em especial dos julgamentos por violações de direitos humanos, e o nível de desrespeito aos direitos humanos nos países em que foram aplicados. O critério utilizado para medir esse nível é chamado de *Political Terror Scale* – PTS (Escala de Terror Político).[33] Os resultados da pesquisa mostraram, em suma, que, nos países onde ocorreram julgamentos por violações de direitos humanos durante os períodos autoritários, a PTS diminuiu sensivelmente em relação ao período anterior ao da realização desses julgamentos, e que essa diminuição foi ainda maior nos países nos quais, além da instauração de Comissões de Verdade, os julgamentos se iniciaram há mais tempo.[34]

Segundo informam os dados apresentados na pesquisa, o Brasil conseguiu a impressionante marca de ser quase o único país (a ele se junta

---

[32] É o caso dos seguintes países: Argentina, Chile, Guatemala, Paraguai, Panamá, Peru, Bolívia, El Salvador, Equador.

[33] Trata-se de uma escala quantitativa que vai de 1 a 5 e procura medir violações extremas de direitos humanos, tais como execuções sumárias, torturas, desaparecimentos e prisões políticas. Os dados e a sua transformação em escalas devem-se à Anistia Internacional e ao Relatório Anual de Direitos Humanos produzido pelo governo dos Estados Unidos. Cf. SIKKINK; WALLING, op.cit., p. 437.

[34] A Argentina e o Chile, por exemplo, os países que há mais tempo realizam esses julgamentos, possuíam um nível 4 de PTS antes dos julgamentos e após passaram a ostentar, respectivamente, um nível 2.3 e um nível 2.8. Já na Nicarágua, cujos julgamentos passaram a ocorrer há bem menos tempo sem que fossem acompanhados pelos trabalhos de uma Comissão de Verdade, o nível de PTS antes dos julgamentos era 3 e depois passou a ser 2.7. Cf. SIKKINK; WALLING, op.cit., p. 438.

a Guaiana) que nem realizou julgamentos por violações de direitos humanos e nem instalou Comissões de Verdade. Os resultados mostram que, comparativamente ao período pré-transicional, a PTS aumentou.[35] Ou seja, mesmo com a democratização das instituições, o fim da censura e a ampliação das liberdades, a violência não só continua alta, como é ainda maior.[36] Como no cenário de democracia institucional as prisões políticas são eliminadas e os desaparecimentos forçados deixam de ser uma prática aceitável, deduz-se que esse aumento na PTS deve-se, principalmente, às práticas da tortura e da execução sumária.[37]

A pesquisa leva à conclusão de que a aplicação de mecanismos transicionais, como a instalação de Comissões de Verdade e a realização de julgamentos por violações de direitos humanos, é diretamente proporcional ao fortalecimento de uma cultura democrática de respeito aos direitos humanos. Inversamente, evidencia-se que a não aplicação desses mecanismos colabora para perpetuar na ação dos órgãos e agentes de segurança pública o desrespeito sistemático e endêmico dos direitos fundamentais mais básicos dos cidadãos que estão sob sua tutela,

---

[35] O Brasil, segundo dados da pesquisa, saiu de 3.2 para 4. SIKKINK; WALLING, op.cit., p. 438.

[36] Especificamente sobre o caso brasileiro, comentam as autoras: "*If we look at Brazil before and after transition to democracy in 1985, we see that Brazil's average score on the Political Terror Scale was 3.2 in the five years before transition and worsed to an average of 4.1 for the ten years after transition. Brazil experienced a greater decline in its human rights practices than any other transitional country in the region. The Brazil case suggests that transition to democracy, in and of itself, does not guarantee an improvement in basic human rights practices*". SIKKINK; WALLING, op. cit., p. 437. Tradução nossa: "Caso olhemos para o Brasil antes e depois da transição para a democracia em 1985, vemos que o escore médio na Escala de Terror Político foi 3.2 nos cinco anos anteriores à transição e piorou para uma média de 4.1 para os dez anos posteriores à transição. O Brasil experimentou um grande declínio em suas práticas de direitos humanos mais do que qualquer outro país em processo de transição na região. O caso do Brasil sugere que a transição para a democracia, por si mesma, não garante uma melhora nas práticas de direitos humanos básicos".

[37] O recente relatório de Philip Alston, Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias das Nações Unidas, baseado em sua visita ao Brasil em novembro de 2007, denuncia as execuções praticadas pela polícia, as execuções de presos e o difícil acesso à Justiça no Brasil. Ver: ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais incluindo o direto ao desenvolvimento. Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias Dr. Philip Alston referente à sua visita ao Brasil nos dias 4 a 14 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.global.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

desrespeito este que se espalha e se propaga pelas relações sociais de um modo geral.

As conclusões desse estudo, portanto, confirmam a ideia de que uma sociedade que não faz o luto e o reconhecimento das suas perdas e violências ocorridas em períodos autoritários continua a repetir essa mesma violência. O alvo deixa de ser especificamente o "esquerdista" e o "subversivo" e passa a ser o "suspeito", o "traficante". Importante constatar também que os movimentos sociais organizados, assim como os defensores de direitos humanos, sempre que se colocam em uma posição de protesto e reivindicação, na qual não raro desafiam interesses relacionados às antigas relações patrimonialistas do país, passam a ser alvo de uma forte tendência de criminalização, passando, com isto, a serem objeto do mesmo tipo de "tratamento" que os criminosos comuns.[38;39]

No Brasil, como já se assinalou, além de não terem ocorrido julgamentos pelos crimes da ditadura, também não foi constituída uma Comissão de Verdade. Contudo, como se verá adiante, algumas importantes ações transicionais foram e estão sendo executadas, trazendo,

---

[38] Em 2006, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) apresentou um relatório sobre a criminalização dos movimentos sociais. Este relatório foi apresentado em uma audiência pública na Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual outros países também trouxeram seus relatórios. O documento aponta para a realidade de inúmeros movimentos sociais no Brasil que têm sofrido a transformação de suas ações em crimes, seja por parte da imprensa, seja por parte das instituições públicas. Ver: MOVIMENTO Nacional de Direitos Humanos. A criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Relatório do Movimento Nacional de Direitos Humanos – 2006. Disponível em: <http://www.direitos.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

[39] A cultura de protesto e reivindicação dos movimentos sociais está diretamente vinculada à resistência diante da ditadura militar. Grande parte desses movimentos se forjou nos anos 60 e 70 atuando clandestinamente, já que os canais tradicionais de participação política estavam fechados. Sobre os novos movimentos sociais na América Latina e a sua contextualização histórica, ver: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Filosofia jurídica da alteridade – por uma aproximação entre o pluralismo jurídico e a filosofia da libertação latino-americana.* Curitiba: Juruá, 1998. p. 128-175. A repressão a esses movimentos, e a sua criminalização, portanto, guarda uma relação direta com a repressão da ditadura aos movimentos reivindicatórios por transformações sociais de base, e se espelha também na ausência de reconhecimento da importância dessas lutas no seio da sociedade brasileira, tanto ontem como hoje.

de modo cada vez mais intenso, a reivindicação do Direito à Memória e à Verdade. Antes, porém, de examinar mais detidamente esse processo, e, em especial, o papel da Comissão de Anistia nele, e também antes de avaliar as reais possibilidades de acontecerem julgamentos por violações de direitos humanos cometidas pelo governo ditatorial no Brasil, é preciso desenvolver ainda mais a reflexão conceitual, com o objetivo não só de construir a ideia de uma *história viva*, cujo teor de verdade esteja muito mais próximo das características da *memória* do que da "verdade científica", mas também de delinear a imperiosidade de um *dever de memória*.

História viva, testemunho e dever de memória

O alargamento da memória para o plano coletivo evidencia a sua aproximação com a história. É preciso, porém, superar o modelo cientificista da história, construído durante o século XIX. O historicismo projetou sobre o passado não apenas um forte interesse que se contrapunha à bandeira iluminista de repúdio à tradição, mas também o prisma racionalista que se sustentava em uma incisiva separação entre sujeito e objeto. Ao historiador caberia a busca de objetividade da ciência histórica, procurando desenvolver um método que fosse capaz de proporcionar ao sujeito cognoscente uma apreensão objetiva do passado, pressupondo a neutralidade do cientista como a qualidade indispensável para se atingir o fim proposto, fazendo uso da sua grafia para representar o passado. É como se o historiador pudesse observar a história sem estar nela inserido.

O impulso historicista demarca, de todo modo, uma importante característica da ciência histórica: o seu caráter mais distanciado e

imparcial. Nesse sentido, a historiografia (a grafia da história) não pode se confundir com a memória, visto que esta é sempre mais envolvida, não estabelecendo distinções entre paixões, emoções e raciocínios. Apesar dessas diferenças, a historiografia contemporânea se distancia do enfoque cientificista e se aproxima da memória, na medida em que ambas compartilham importantes características.[40] Em primeiro lugar, as duas possuem pretensões veritativas, o que as diferencia da mera imaginação. Além disso, são seletivas e manipuláveis nas suas tentativas de representar o passado. Assim como a memória, a historiografia é filiada às tropas que combatem o esquecimento.

Tanto a memória como a historiografia procuram dar um lugar adequado aos mortos, ou seja, ambas se dedicam ao trabalho de luto, e quando não o fazem acabam por se debater nos mimetismos imobilizantes. Uma memória que dê conta de todos os mortos, porém, só pode ser uma *memória divina*.[41] Assim, é inerente tanto à memória quanto à historiografia o fato de serem feitas de lembranças e esquecimentos. É por isto que não se pode aspirar a uma versão total e homogênea do passado, pois ele é fruto de uma dinâmica interminável de re-presentificações, que envolvem não somente o resgate do que ficou esquecido, mas também diferentes versões. "É que, se em termos ontológicos, o acontecido já não existe, no campo das re-presentificações, ele continua a ter futuro".[42]

Na medida em que a memória e a história são depositadas em documentos elas correm o risco de se tornarem frias e reféns das

---

[40] Sobre as aproximações entre história e memória serão seguidas, de modo geral, as pistas fornecidas por Fernando Catroga. Cf. CATROGA, op. cit., p. 39-51.

[41] O termo é invocado por Reyes Mate em alusão à expressão de Max Horkheimmer. Cf. MATE, Reyes. *Memórias de Auschwitz – atualidade e política.* São Leopoldo/RS: Nova Harmonia, 2005. p. 273.

[42] CATROGA, op. cit., p. 45.

manipulações retrospectivas, ou seja, do encaixe do passado em versões totalizantes que surgem depois e que procuram dar um sentido pleno e coerente a tudo que aconteceu até o presente.[43] Isto não quer dizer, obviamente, que não se devam produzir documentos que registrem os fatos, mas sim que não se pode esquecer que tais documentos só fazem sentido a partir do pertencimento de quem os produziu a uma dada formação histórica e a certas memórias sociais, coletivas e históricas, e que o sentido que trazem pode tanto fecundar como ser fecundado por outras narrativas. O decisivo é manter a *história viva*. É exatamente na busca dessa pulsação que a história se aproxima da memória. É inerente à recordação o seu aspecto de elo vivo de continuidade, de pertencimento à identidade de um sujeito, e no caso da história este elo se concretiza no pertencimento às identidades comunitárias.

Essa pulsação está ausente nas versões padronizadas da história oficial, linear, progressiva e científica, fruto das manipulações ideológicas, comprometidas com o *exercício do esquecimento* daquelas pessoas e episódios que contrariam a versão vencedora. É por isto que a história deve ter a cara do anjo de Benjamin,[44] atenta ao que escapa da tempestade do progresso, buscando livrar as asas do vento forte, para que assim possa instaurar a descontinuidade exigida pela história dos oprimidos, apta a salvar do nada aqueles que lá estavam.

A figura intermediária, apta a manter em fluxo o contato entre história e memória, é o *testemunho*. E isto é tanto mais verdade quando o

---

[43] É o que Catroga chama inventivamente de *continuum ao contrário*.

[44] O anjo da história de Walter Benjamin remete à figura criada por Paul Klee, o *Angelus Novus*, motivadora de uma célebre interpretação do filósofo que está presente na *Tese Nona* do seu *Sobre o conceito da história*. Cf. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas I*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. Para uma análise mais detalhada do inovador conceito sobre a história apresentado por Benjamin e indicado na figura do anjo, ver: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. In: RUIZ, Castor Bartolomé (org.). *Justiça e memória: por uma crítica ética da violência*. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2009. p. 121-157.

passado a ser re-presentado é o das grandes tragédias, violências e traumatismos coletivos. O testemunho tem tanto um valor terapêutico para o sobrevivente como um valor documental para a sociedade. Ele representa, em primeiro lugar, a possibilidade de uma reconstrução simbólica diante do trauma sofrido. O decisivo aqui não é a descrição literal e precisa dos fatos traumáticos, até porque tal experiência revela-se impenetrável pela linguagem,[45] o que impele o sobrevivente a narrar o trauma é o desejo de renascer, de estabelecer novas formas de conexão com os outros e com o mundo, e, principalmente, em relação à violência sofrida.

A experiência traumática é uma *cena encripada* sujeita a um *doble bind*, afirma Seligmann-Silva.[46] A experiência do trauma, que pode ser aqui representada pelo lugar do *campo*,[47] não tem, em princípio, uma representação na realidade. Os fatos traumáticos não parecem reais para quem os viveu, mas mesmo assim contribuem para minar o senso de realidade diante do mundo, visto que enquanto não se reconhece a perda gerada pelo trauma, o objeto perdido continua a existir, mas sem a possibilidade de colocação real no mundo, sem saídas simbólicas que

---

[45] Sobre o paradoxo da testemunha, premida entre a impossibilidade da representação e a necessidade da narração, ver maior detalhamento em MATE, *Memórias de Auschwitz*, op. cit.; SILVA FILHO, *O anjo da história...*, op. cit.

[46] SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma. A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: UMBACH, Rosani Ketzer (org.). *Memórias da repressão.* Santa Maria/RS: UFSM, PPGL, 2008. p. 73-92.

[47] O campo de concentração permanece até os dias presentes como a referência hiperbólica do lugar da exceção, no qual os corpos estão diretamente sujeitos à violência aniquiladora e no qual as subjetividades são descartadas. Na medida em que os totalitarismos e ditaduras do século XX foram se sucedendo, começou a aparecer um novo tipo de literatura: a do testemunho de tragédia. Tanto com relação ao nazismo como às ditaduras latino-americanas é possível constatar a produção copiosa de relatos dos campos de concentração e das prisões políticas. Falar do campo é tanto mais necessário quando hoje se constata, como o faz Agambem em seu *Homo sacer*, a exportação do paradigma do campo para o interior das próprias democracias, identificando-se zonas de exceção semelhantes ao padrão do campo nas periferias do mundo, nas zonas de imigração dos aeroportos e nos presídios de países pobres, sem falar, é claro, do aumento do número de apátridas e refugiados e da construção de novos campos de concentração propriamente ditos, muitos deles chancelados por regimes democráticos sob a justificativa de combate ao terrorismo, como é o caso de Guantánamo. Ver: AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

possam dar um lugar ao morto. Assim, a "realidade normal" não serve para amparar o sobrevivente, que fica premido entre a irrealidade do campo e a normalidade que não abriga a representação do trauma. Diante desse *doble bind* ou "duplo limite", surge a necessidade do testemunho, da construção de narrativas, de metáforas, enfim, da construção de um novo espaço simbólico da vida. Essa construção, contudo, tanto para o sobrevivente como para a sociedade, não pode ser a de um relato técnico, neutro e descritivo. Devido ao seu caráter *encripado*, o trauma necessita de um elemento imaginativo para que possa ser contado.[48] Daí a importância da literatura e das artes em geral. Elas atuam como um *Escudo de Perseu*, através do qual se pode fitar os olhos da Górgona,[49] pois quem os fitou diretamente, como lembra Primo Levi,[50] transformou-se em pedra.

Por outro lado, esse caráter imaginativo tem de seguir as pistas da memória em suas ambições de verdade. Faz-se, necessário, por exemplo, algum critério para diferenciar o falso testemunho do verdadeiro. O testemunho caminha, assim, sobre uma corda bamba, e exige dos seus ouvintes um envolvimento que nunca pode ser somente descritivo e analítico. É por isto que quem ouve o testemunho também se torna testemunha, e, mais do que isto, torna-se responsável. O testemunho é a manifestação da memória ferida que densifica o tecido da história. Sem o testemunho e o olhar das vítimas não se tem acesso ao fato traumático, e sem este acesso não se pode fazer o luto.

---

[48] Seligmann-Silva lembra aqui a afirmação de Jorge Semprum, sobrevivente de Auschwitz que registrou seu testemunho no livro *A escrita ou a vida*, de que quem melhor pode escrever sobre os campos é exatamente quem só esteve lá pelas portas da imaginação.
[49] SELIGMANN-SILVA, op.cit., p. 80.
[50] LEVI, Primo. *É isto um homem?* 2. ed. São Paulo: Rocco, 1997.

É preciso, ainda, perceber que o acesso às narrativas soterradas das vítimas da violência e da injustiça[51] não é apenas uma questão de interesse para as instituições atuais e para a sociedade de um modo geral, ela também é uma questão de *justiça*. É apenas através da memória das vítimas que se poderá fazer justiça a elas, daí um *dever de memória*. Ricoeur afirma que este dever acrescenta aos trabalhos do luto e da memória a noção do imperativo, trazendo à memória a sua transformação em projeto.[52] A justiça só pode ser feita através de uma *política de memória*, de um projeto político que reconheça nas injustiças do passado, quando confrontadas, a base segura de uma cultura democrática.

O apelo da justiça reforça a alteridade da memória, pois ele alça o sujeito do seu ensimesmamento e o projeta em direção a outrem. O imperativo da justiça evidencia a *dívida* que se tem com aqueles que vieram antes. "Somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam".[53] E, finalmente, dentre todas as pessoas das quais herdamos o que existe hoje e *devemos* parte do que somos, há que se dar *prioridade moral às vítimas*.

Benjamin afirmou, em suas teses sobre a história, que nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento de barbárie.[54] Contudo, é muito difícil para a sociedade assimilar ou acreditar nos horrores sobre os quais muitas das suas edificações se sustentam. E quanto mais não se vê, mais escombros são lançados sobre

---

[51] A palavra "vítima" é utilizada aqui para enfatizar a submissão de uma pessoa à injustiça e à violência. Eis o único caráter de passividade que se quer aqui destacar, visto que a razão pela qual muitas pessoas foram assim submetidas é exatamente o fato de elas terem agido de modo corajoso e resistente ao arbítrio institucional. Vistas por este ângulo, tais pessoas antes de *vítimas* são *resistentes*. Este aspecto é muito forte e marcante nos militantes e perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul.
[52] RICOEUR, op. cit., p. 101.
[53] Ibid, p. 101.
[54] BENJAMIN, op. cit., p. 225.

as fundações do futuro, menos imperiosidade de justiça e menos políticas de respeito aos direitos humanos.

Já se disse acima que para a vítima a violência sofrida aparenta uma irrealidade, que acaba por minar o próprio senso do real enquanto não encontra uma saída simbólica. Acrescente-se a isto o sentimento de culpa que aqueles que sobreviveram experimentam com relação aos que ficaram pelo caminho, àqueles que olharam diretamente para a face da Górgona. O sobrevivente luta contra a sua própria tendência em negar o acontecido, e o faz movido por uma necessidade terapêutica. É por isto que o *negacionismo* das tragédias e violências é tão cruel para com as vítimas,[55] visto que elas continuam sendo torturadas e condenadas a chafurdar no beco sem saída, simbólico no qual já estão desde que sofreram a injustiça. Além de terem a sua dignidade própria de resistentes ignorada, passam a ser vistas como pessoas vingativas, ressentidas, insanas (pois vivem fora da "realidade") e mentirosas. Tal negacionismo é reforçado pela coincidência com o senso comum de que tais fatos são absurdos e não poderiam ter acontecido, logo acabam sendo mesmo negados. Soma-se ainda o interesse mesquinho dos algozes em escapar de possíveis represálias sobre os seus atos, o que acaba por estimular e reforçar *políticas de esquecimento*, como são as anistias tradicionais.

O *dever de memória* impõe, assim, a imperiosidade do reconhecimento da dignidade das vítimas. É preciso assumir a responsabilidade, tornar-se testemunha, envolver-se, respeitar o ritmo vagaroso que há em todo o luto, evitando que a pressa em fazê-lo o absorva para o desespero da falta de tempo. Recobrar a memória exige um investimento de tempo, exige atenção, cuidado, um aguçamento dos sentidos para escutar o murmúrio das vítimas.

---

[55] SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 86.

O Direito à memória e à verdade e a atuação da Comissão de Anistia do Brasil: uma nova tradição de anistia

Diante das ditaduras que assolaram o Cone Sul nas décadas de 60 a 80, bem como a partir da experiência de outros países que vivenciaram na segunda metade do século XX um processo de transição de um regime ditatorial para um democrático, como é o caso da África do Sul, surge o apelo a um *Direito à memória e à verdade*.[56] Esta expressão vem preenchendo as pautas de reivindicação política e encontrando eco na promoção de mecanismos transicionais e na implementação de políticas de memória relacionadas aos eventos traumáticos vivenciados coletivamente.

A expressão remete, inegavelmente, à seara jurídica e, na ausência de uma explicitação mais literal nos textos normativos, vêm provocando a reflexão sobre sua caracterização no plano dos assim chamados *novos direitos*.[57] A utilização da denominação *novos direitos* para dar conta do Direito à Memória e à Verdade já revela algo que foi

---

[56] Logo após a Segunda Guerra Mundial, com o Tribunal de Nüremberg e os julgamentos de criminosos de guerra nazistas, a implementação de políticas de memória sobre o Holocausto praticamente manteve-se estagnada. Apenas décadas depois, em especial durante os anos 70, é que seriam construídos museus, memoriais e produzidos filmes em profusão sobre a temática.

[57] A noção de *novos direitos* aponta, fundamentalmente, para a circunstância de uma nova realidade a exigir a abertura da ciência do direito para outras disciplinas, novas teorias e paradigmas. A novidade está presente não apenas em situações inusitadas que o veloz avanço tecnológico trouxe e continua trazendo, como as descobertas genéticas, os desafios suscitados pela biomedicina e pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação e as novas ameaças ao meio ambiente, mas também no modo como os direitos são obtidos e reivindicados, passando por novas e plurais subjetividades, que ultrapassam de longe o modelo simplório das demandas individuais às quais o direito ainda se apega firmemente. Eis como Antonio Carlos Wolkmer define a noção de novos direitos: "Ainda que os chamados 'novos' direitos nem sempre sejam inteiramente 'novos', na verdade, por vezes, o 'novo' é o modo de obter direitos que não passam mais pelas vias tradicionais – legislativa e judicial –, mas provêm de um processo de lutas específicas e conquistas das identidades coletivas plurais para serem reconhecidos pelo Estado ou pela ordem pública constituída. Assim, a conceituação de 'novos' direitos deve ser compreendida como a *afirmação contínua e a materialização pontual de necessidades individuais (pessoais), coletivas (grupos) e metaindividuais (difusas) que emergem informalmente de toda e qualquer ação social, advindas de práticas conflituosas ou cooperativas, estando ou não previstas ou contidas na legislação estatal positiva, mas que acabam se instituindo formalmente*". Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos "novos" direitos. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). Os *"novos" direitos*

pontuado acima: o de que o tema da memória, no pensamento ocidental, passou a ser mais diretamente pensado e refletido em período recente, especialmente a partir do século XX.

Partindo das reflexões desenvolvidas acima sobre o parentesco entre memória e história, fica claro que se quer aqui evitar o descuido de conceber a memória como mera consequência do aparecimento da "verdade". Em um enfoque simplista e desatento, o apelo ao Direito à Memória e à Verdade soará como a reivindicação da substituição de uma história oficial por outra. Não se trata, contudo, de revisar a história, mas sim de permitir que as narrativas sufocadas, em especial as das vítimas, possam emergir. As mudanças nas representações do passado virão como consequência da abertura de espaço para esses novos olhares, e não como a consecução de um projeto revisionista já tomado como uma premissa condicionante. Concentrar o foco desse "novo direito" mais na memória do que na verdade será um ótimo antídoto contra as aspirações manipulatórias que sempre estão à espreita no plano político. A verdade aqui deve estar mais associada à já mencionada característica de que tanto a memória como a história definem-se pela pretensão veritativa de representar o passado.

Tratando mais especificamente da transição democrática brasileira, como já observado, constata-se uma clara insuficiência nas políticas de memória e na aplicação de mecanismos transicionais. As

---

no Brasil: natureza e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 20. Conforme já assinalado, remonta à segunda metade do século XX a crescente afirmação de um Direito à Memória e à Verdade, configurando-se claramente como um direito transindividual, que ultrapassa a formulação por meio dos atores políticos tradicionais como partidos e sindicatos, alcançando os mais diversos grupos da sociedade civil e experimentando as mais diversas formas de reivindicação e concretização, não estando necessariamente preso à legislação estatal, visto que sua formulação e reivindicação continua a existir mesmo que a legislação imponha políticas de esquecimento, mas com fortes tendências de formalização no ordenamento jurídico, o que se vislumbra de modo crescente no caso brasileiro desde a promulgação da Constituição de 1988.

violências cometidas pelo regime militar não ganharam a dimensão pública e transparente que seriam necessárias para a concretização desse direito. As investigações para apurar os fatos ocorridos, os assassinatos, torturas e desaparecimentos bem como a responsabilidade pela sua ocorrência, foram continuamente abortadas sob o efeito multiplicador da anistia política praticada no Brasil a partir de 1979. Esta anistia acabou se firmando como uma outra etapa do processo de abertura lenta e gradual, iniciada pelo ex-ditador Ernesto Geisel, eclipsando o ingrediente de conquista e mobilização que possuía. Ela revelou-se, igualmente, uma autoanistia, pois serviu de pretexto para que não se realizasse nenhum tipo de investigação e apuração das responsabilidades dos agentes do regime ditatorial por seus atos ilegais e aviltantes. E, por fim, ela representou uma barreira até hoje difícil de ser transposta, para que se concretize o Direito à Memória e à Verdade.

Como já foi assinalado, no Brasil não se constituiu uma Comissão de Verdade, tampouco ocorreram julgamentos por violações de direitos humanos cometidas por agentes da ditadura. Apesar disso, uma série de fatos e ações recentes no país vêm, com cada vez maior intensidade, apontando nessa direção. Um dos marcos mais visíveis foi a publicação do livro *Direito à Memória e à Verdade*.[58] O livro traz o resultado dos trabalhos da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, instalada a partir da edição da Lei 9.140/95, além de textos que contextualizam o período ditatorial sob o foco da resistência ao regime de arbítrio, contendo, inclusive, um glossário dos movimentos e organizações políticas de oposição ao regime e que, à época, operavam clandestinamente. O livro foi publicado pela Secretaria

[58] A obra pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf>.

Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e lançado, em setembro de 2007, durante o segundo mandato do oresidente Lula, em uma grande solenidade no Palácio do Planalto, com a presença do presidente da República e de ministros de Estado, embora não tenha contado com a presença de nenhum militar, apenas do ministro da Defesa, um civil.

No livro conta-se a história das circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos de 353 pessoas vitimadas pelo regime, informando-se os detalhes que puderam ser aferidos a partir dos depoimentos e informações fornecidas por familiares, militantes, órgãos e grupos de apoio à resistência, bem como publicações já existentes.[59] O livro foi o resultado de uma das mais importantes iniciativas institucionais em prol da concretização do Direito à Memória e à Verdade: a promulgação da Lei 9.140/95 que, além de reconhecer o desaparecimento forçado de 136 pessoas pela ação da ditadura, reconhecia a responsabilidade do Estado por isto, estabelecendo uma indenização devida aos familiares e instituindo a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos para apurar os casos que não constavam na lista de nomes anexa à lei.

Apesar dessa e de outras importantes iniciativas institucionais, é preciso que se diga que até bem recentemente foram os familiares e militantes da resistência política, organizados em grupos como o Tortura Nunca Mais, que constituíram a principal e quase única força a manter viva a memória do período repressivo, fazendo-o através de denúncias com nomes de torturadores, publicações que contam as histórias de horror do período, pressões políticas no plano institucional pela busca dos restos mortais dos desaparecidos, e aguerrida luta pelo reconhecimento público

[59] A publicação de maior vulto que trata não só das mortes e desaparecimentos, mas também das torturas praticadas pelo governo autoritário foi o livro *Brasil: Nunca Mais,* publicado ainda na década de 80, com dados obtidos diretamente dos processos que tramitaram no Superior Tribunal Militar, e que causou um grande impacto, gerando inclusive reações indignadas por parte dos setores mais ligados ao regime ditatorial.

das narrativas sufocadas e do papel cívico da resistência ao arbítrio. O surgimento da Comissão Especial já denota uma expressiva guinada em relação ao recrudescimento das políticas de memória no Brasil e que se soma ao contínuo esforço dos familiares e ex-perseguidos políticos.

Nesse processo assumiu destaque mais recentemente, e de modo paradoxal, sem dúvida, a condução do processo de anistia política no Brasil. A anistia de 1979, além de ter deixado de fora muitos perseguidos políticos e de não ter reconhecido a realização dos desaparecimentos forçados, não previu qualquer espécie de indenização e reparação pelos prejuízos e violências sofridas. Foi somente com a Constituição de 1988, no Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que o direito à reparação, a ser promovida pela Administração Pública como consequência do reconhecimento da condição de anistiado político, foi assegurado.

A regulamentação desse direito só veio, porém, no ano de 2001. Após insistente pressão de entidades representativas dos anistiados políticos e de políticos comprometidos com a causa, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou no dia 31 de maio de 2001 a medida provisória nº 2.151,[60] mais tarde transformada na Lei 10.559/2002. A nova lei de anistia, além de prever direitos como a declaração de anistiado político, a reparação econômica, a contagem do tempo e a continuação de curso superior interrompido ou reconhecimento de diploma obtido no exterior, institui a Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, e que fica responsável pela apreciação e julgamento dos requerimentos de anistia.[61]

---

[60] Como registra Mezarobba, nenhum dos comandantes das Forças Armadas compareceu à cerimônia. MEZAROBBA, op. cit., p. 131.

[61] A Comissão é composta por 22 conselheiros e conselheiras escolhidos e nomeados pelo ministro da Justiça, e liderados pelo presidente da Comissão de Anistia, também escolhido pelo ministro. Dos membros da Comissão, um necessariamente representa o Ministério da Defesa e outro representa os anistiandos. Os membros da Comissão possuem formação jurídica, e, de um modo geral, atuam na área dos direitos humanos. Os conselheiros não recebem pagamento pelo seu trabalho, considerado, de acordo com a lei, de relevante interesse público. O conselho funciona como um tribunal administrativo, mas a responsabilidade final da decisão é do ministro da Justiça, completando-se o processo de anistia apenas após a assinatura e publicação da Portaria Ministerial.

Observando a atuação da Comissão de Anistia, desde a sua criação, e, especialmente, durante o segundo mandato do presidente Lula e a condução do Ministério da Justiça por Tarso Genro, percebe-se uma radical mudança na concepção da anistia como política de esquecimento. Em primeiro lugar, ao exigir a verificação e comprovação da perseguição política sofrida,[62] a lei de anistia acaba suscitando a apresentação de documentos e narrativas que trazem de volta do esquecimento os fatos que haviam sido desprezados pela anistia de 1979. Passa a ser condição para a anistia a comprovação e detalhamento das violências sofridas pelos perseguidos políticos.

Nas sessões de julgamento da Comissão de Anistia, os requerentes que estão presentes são convidados a se manifestarem, proporcionando em muitos casos importantes testemunhos, que são devidamente registrados. Os autos dos processos contêm uma narrativa muito diferente daquela que está registrada nos arquivos oficiais. Os processos da Comissão de Anistia fornecem a versão daqueles que foram perseguidos políticos pela ditadura militar, contrastando com a visão normalmente pejorativa que sobre eles recai a partir dos documentos produzidos pelos órgãos de informação do período.

Durante a gestão de Tarso Genro no Ministério da Justiça e de Paulo Abrão Pires Junior como presidente da Comissão de Anistia, a Comissão passou a implementar políticas de memória. Umas das mais expressivas e que vem alcançando grande repercussão nacional são as Caravanas da Anistia. Nelas, a Comissão se desaloja das instalações do Palácio da Justiça em Brasília e percorre os diferentes estados brasileiros para julgar requerimentos de anistia emblemáticos nos locais onde as

[62] Em seu art. 2º, a Lei 10.559/2002 prevê ao todo 17 situações de perseguição por motivação exclusivamente política que justificam o reconhecimento da condição de anistiado político e os direitos dela decorrentes. Aqui estão prisões, perda de emprego, ser compelido ao exílio, ser atingido por atos institucionais, entre outras situações.

perseguições aconteceram, realizando os julgamentos em ambientes educativos como universidades e espaços públicos e comunitários.

Durante esses julgamentos, todos os procedimentos, inclusive os debates e as divergências entre os conselheiros e as conselheiras, são realizados às claras, diante de todos os presentes e contando sempre com o testemunho emocionado de muitos anistiandos e anistiandas. Esses testemunhos expressam de modo cristalino o que foi mencionado acima sobre as características do testemunho como ligação entre memória e história. A experiência das Caravanas da Anistia permite que se vivencie algo insubstituível: testemunhar o testemunho. A narrativa do sofrimento é quase impossível, mas, como disse Adorno, é a condição de toda verdade.[63] É a possibilidade de recolocar no plano simbólico a violência negada e repetitiva.

Uma das Caravanas já realizadas que de modo mais direto mostrou a atuação da Comissão de Anistia em prol da concretização do Direito à Memória e à Verdade foi a Caravana do Araguaia.[64] No dia 17 de junho de 2009, observados pelos retratos de todos os ministros da Justiça que o Brasil teve até hoje, na chamada "Sala dos Retratos" do Palácio da Justiça em Brasília, a Comissão de Anistia cumpriu parte da missão que vinha sendo preparada há mais de dois anos: o julgamento dos processos de camponeses que foram perseguidos pelo Exército brasileiro durante a guerrilha do Araguaia.

A instrução desses processos foi algo muito difícil, visto que até a edição da Lei 9.140/95 o Estado brasileiro não admitia a ocorrência da guerrilha, refletindo o forte empenho dos militares em varrer da história do país um exemplo de resistência de tão grandes dimensões. Assim, ao

---

[63] ADORNO, Theodor W. *Dialectica negativa*. Tradução de Alfredo Brotons Muñoz. Madrid: Akal, 2005. p. 28.

[64] Muitas das afirmações e relatos dos fatos aqui ocorridos se apoiam em minha experiência direta como participante desta Caravana na condição de Conselheiro da Comissão de Anistia.

contrário das demais perseguições políticas empreendidas, como no caso das guerrilhas urbanas, por exemplo, não vieram à tona documentos oficiais produzidos sobre o episódio. O que se tem são apenas alguns relatórios até hoje não-admitidos pelas Forças Armadas e que já foram objeto de reportagens e livros.

Por essas razões, a prova testemunhal assumiu aqui um valor maior e uma importância singular. Além das oitivas que já haviam sido realizadas pela Comissão em duas ocasiões anteriores (uma em 2007 e a outra em 2008), o Grupo de Trabalho analisou os depoimentos que foram colhidos pelo MPF no ano de 2001 e as informações coletadas pela equipe da OAB que esteve no local no ano de 1980. Os depoimentos foram todos cruzados e muitas histórias efetivamente se confirmaram.

No dia 18 de junho, toda a equipe da Comissão, o ministro da Justiça, o presidente da FUNAI, a representante do Ministério das Relações Exteriores, equipes de filmagem, o presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, e um grupo de jornalistas, embarcaram em um avião da FAB rumo a Marabá-PA, a uns 60km da cidade de São Domingos do Araguaia-PA, onde aconteceu a Caravana.

Na Praça Frei Gil, ponto central da cidade, já estava montado um grande palanque com cartazes e faixas do governo do Pará, da Comissão de Anistia e do Ministério da Justiça. Em frente, estava montada uma grande tenda com várias cadeiras onde se aglomerava uma multidão de pessoas da cidade e das redondezas. Em volta da tenda havia inúmeras faixas com as manifestações da Associação dos Torturados do Araguaia, do Grupo Tortura Nunca Mais, do PCdoB e de outros grupos simpáticos à causa ou diretamente envolvidos.

Paulo Abrão Pires Junior, o presidente da Comissão de Anistia, leu um por um os nomes dos requerentes que tiveram os seus pedidos

julgados, e, nos casos de deferimento, contou um pouco sobre como foram as perseguições sofridas por cada um, o que emocionou a todos os presentes e confortou os nominados, que se sentiram amparados pelo sentimento de repugnância despertado em todos pelas injustiças das quais essas pessoas foram vítimas. Foram casos de escravidão temporária de camponeses para perseguir os militantes na selva e para servir as tropas em inúmeros afazeres nas bases militares montadas e fora delas; agressões e torturas extremamente violentas para com qualquer lavrador que tenha tido contato com os jovens guerrilheiros e, especialmente, para os que deles mais se aproximaram.

Já a fala de Tarso Genro, ministro da Justiça, foi histórica, pois pela primeira vez um ministro de Estado ali estava presente pedindo desculpas pelas violências que o Estado cometeu contra aquelas pessoas. Tarso Genro destacou algo de grande importância: a anistia que a Comissão vem trabalhando não é aquela anistia tradicional do esquecimento e do "deixa pra lá", mas sim a anistia que busca o aparecimento das narrativas e dos fatos traumáticos vivenciados, a anistia que busca os corpos dos desaparecidos, a anistia que pede desculpas em nome do Estado pelas perseguições realizadas.

No dia 20 de junho, completando as atividades da 24ª Caravana da Anistia, foi realizada nova oitiva de lavradores, lavradoras e habitantes da região que vivenciaram a ação do exército brasileiro de repressão à guerrilha no início dos anos 70. Foi uma experiência ao mesmo tempo cansativa e fascinante. Poder conversar tão perto com alguém que tem na sua memória um patrimônio nacional. Pessoas que viveram na pele aquele episódio sobre o qual pairam ainda tantas interrogações e obscuridades. Uma gente simples, da roça, com um linguajar todo próprio, com aquele jeito de conversar pegando no interlocutor,

encarando e olhando no olho sem maiores constrangimentos, de um modo tranquilo, muitas vezes reservado e desconfiado, abrindo espaço aqui e ali para um sorriso ou uma piada.

Muitas histórias e estórias foram reveladas nessas entrevistas, concluindo de modo enriquecedor a atividade. No dia seguinte, mais precisamente no domingo, dia 21 de junho, é publicada uma matéria no jornal *O Estado de São Paulo*, com a abertura dos documentos do Major Curió e uma longa entrevista com ele.[65] Na segunda-feira do dia 22 de junho, por sua vez, e complementando a fulminante repercussão das ações da Comissão de Anistia no Araguaia, o Ministério Público Militar reabriu as investigações dos desaparecimentos forçados promovidos pelo Exército e ocorridos na guerrilha.

Outro importante projeto da Comissão de Anistia, previsto para ser concluído em 2010, é a construção do Memorial da Anistia.[66] Este Memorial pretende organizar, arquivar e colocar à disposição dos interessados os autos dos processos da Comissão de Anistia, compreendendo ainda um acervo de depoimentos orais registrados em vídeo e todo um projeto museológico concebido a partir de uma outra noção de anistia, radicalmente diferente daquela de 1979. O espaço do memorial leva em sua gênese o conceito de ser um *lugar de memória*, avesso à frieza dos museus quando vistos apenas como mera curiosidade distante ou como um passado definitivamente sepultado. O seu projeto museológico leva em conta o aspecto envolvente e afetivo que somente a

[65] Na segunda-feira, dia 29 de junho, o jornal publicou reportagem ainda mais detalhada sobre o teor dos arquivos revelados por Sebastião Curió. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especiais/com-arquivo-curio-araguaia-ganha-nova-versao 63173.htm>.

[66] O Memorial será construído na Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte, com a parceria da Universidade e da Prefeitura da cidade. Importa também mencionar uma outra iniciativa no mesmo sentido, oriunda do Governo do Estado de São Paulo, a construção do Memorial da Resistência, inaugurado em maio de 2008 e edificado no prédio onde funcionava o extinto DOPS em São Paulo, no qual inúmeros militantes foram presos e torturados.

memória pode emprestar à história. Daí a importância que dá aos testemunhos que abriga.

O conceito de anistia que vem sendo praticado pela Comissão de Anistia é, portanto, muito diferente da anistia tradicional. Em primeiro lugar, ele não implica no perdão do Estado a um criminoso, mas sim no inverso, ou seja, no pedido de desculpas do Estado por ter agido como um criminoso, na possibilidade de um perdão concedido pela vítima em relação ao ato criminoso do Estado.[67] Parte-se do pressuposto da ilegitimidade do governo autoritário, da inexistência de qualquer justificativa que permita a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Nesse enfoque, os atos que caracterizaram os crimes políticos foram indevidamente considerados criminosos, e os crimes conexos cometidos por quem era perseguido político também o foram, pois, para os seus autores, tais atos representavam a única possibilidade de resistência, diante de uma atroz perseguição política movida pelo governo ditatorial.

O conceito de anistia, portanto, se afasta do exercício do esquecimento, pressupondo, antes, um *exercício de memória*, do qual o *reconhecimento* é o resultado. O reconhecimento das narrativas sufocadas pelos registros oficiais. O reconhecimento da dignidade e do papel fundamental dos que foram perseguidos políticos na construção das liberdades e das instituições democráticas que hoje existem no país.

A anistia vai, assim, muito mais longe do que a eliminação dos processos criminais movidos contra os anistiados e do que a reparação econômica a eles feita. Ela atinge uma *reparação moral*. Esta reparação é vital não apenas para o necessário exercício de luto da sociedade e o

[67] Nas sessões de julgamento da Comissão de Anistia, ao se anunciar o resultado de deferimento da condição de anistiado político ao requerente, o presidente da sessão pede desculpas oficiais em nome do Estado brasileiro e esse pedido fica registrado por escrito no dispositivo final do voto vencedor no julgamento.

consequente fortalecimento das instituições democráticas, mas, sobretudo, por uma questão de *justiça*.

O conceito de anistia apontado pela atuação da Comissão de Anistia perfila-se a uma tradição muito recente, demarcada de modo paradigmático pelas Comissões de Verdade e Reconciliação da África do Sul, que atuaram a partir do ano de 1994 sob a batuta do bispo Desmond Tutu. Diante dos horrores gerados pelo regime do *apartheid*, os criminosos a serem perdoados não devem ser as vítimas deste regime, mas sim aqueles que o promoveram. As vítimas devem ser reconhecidas em toda a sua dignidade, dissociadas da imagem lodosa que justificava a sua perseguição. Igualmente, não se trata de esquecer e sufocar as narrativas, mas sim de trazer todas elas à tona, inclusive a dos torturadores e assassinos. A possibilidade da paz social estrutura-se sobre a verdade dessas narrativas.[68] As Comissões sul-africanas trabalharam com a pressuposição de que uma verdadeira reconciliação social só é possível a partir do reconhecimento e do arrependimento daqueles que violaram os direitos humanos e perseguiram as vítimas.

---

[68] Ao identificar uma outra tradição de anistia e ao perceber que a Comissão de Anistia vem praticando esses novos marcos conceituais e valorativos, fica sem sentido a crítica realizada pela cientista política Glenda Mezarobba à atuação da Comissão de Anistia. Quando indagada sobre o que achava de iniciativas como as da Caravana da Anistia, Glenda Mezarobba afirmou o seguinte: "Sem dúvida alguma, ações como as realizadas pela chamada Caravana da Anistia, especialmente a de tornar pública e acessível a memória do período, são importantes num esforço reparatório. Na minha interpretação, no entanto, não faz sentido que iniciativas desse tipo sejam concebidas e designadas da forma como estão sendo. Não seria, por exemplo, mais apropriado denominá-la de Caravana da Memória? Por que não abandonar a noção de anistia, que em sentindo amplo quer dizer esquecimento, perdão? A Comissão de Anistia também deveria repensar sua denominação, talvez passando a se chamar, por exemplo, Comissão de Reparação às Vítimas do Regime Militar, conforme prevê a legislação". MEZAROBBA, Glenda. A Justiça de transição e o acerto de contas. *Jornal da Unicamp*, Campinas/SP, 3 a 9 nov. 2008. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2008/ju415_pag09.php#>. Acesso em: 5 jul. 2009. Como se argumentou ao longo deste artigo, analisamos a atuação da Comissão de Anistia não sobre o ângulo comum e superficial do conceito de anistia, ainda que este tenha sido o ângulo privilegiado no espaço político-institucional ao longo da história dos estados. O esquecimento, na tradição de anistia que se afirma no mundo neste início/fim de século, só pode se dar depois que todos os fatos e narrativas vierem à tona, e mesmo assim, o que poderá ser esquecido não serão as narrativas, mas sim os ressentimentos causados pelo exercício da violência e dos crimes contra a humanidade. Afigura-se, a nosso ver, exagerada a afirmação da autora entrevistada, que deixa de contemplar em seu comentário o que há de essencial e mais importante em iniciativas como a das Caravanas da Anistia. Existem certas palavras cujo poder de ressignificação é muito maior e mais importante do que a sua substituição. Por tudo o que se argumentou ao longo deste artigo, entendemos que, certamente, uma destas palavras é "Anistia".

No contexto sul-africano foi possível, em muitos casos, abrir mão dos julgamentos por violações de direitos humanos e por cometimento de crimes contra a humanidade, optando-se por mecanismos de justiça restaurativa, mais concentrados no reconhecimento da violação, no reconhecimento da dignidade da vítima e no arrependimento dos violadores. No Brasil, contudo, ainda se está muito longe dessa possibilidade. A sociedade brasileira ainda está mergulhada no sono do esquecimento. Os violadores de direitos humanos não só não se arrependem como ainda comemoram os aniversários do regime autoritário instalado com a ditadura militar. Boa parte da população não só desconhece a brutal violência desses anos como apoia a prática da tortura pelas forças de segurança pública. Daí porque o processo de anistia brasileiro, embora comungue dos marcos conceituais da inovação sul-africana, especialmente com relação à dignidade das vítimas e ao dever de memória, não desemboca necessariamente nas mesmas soluções.

No Brasil, diante da ausência do arrependimento, torna-se vital a construção de espaços que possam catapultar ao plano simbólico o olhar das vítimas. A possibilidade de julgamentos pelo cometimento de crimes imprescritíveis por parte dos agentes públicos que violaram direitos humanos durante a ditadura militar, bem como a construção do Memorial da Anistia, não são motivadas por atitudes revanchistas e ressentidas, mas sim pela necessidade das brasileiras e dos brasileiros de explorarem a sua própria história, de enfrentarem sua face traumatizada e recalcada, de fazerem justiça às vítimas que jazem sob os escombros nos quais se erguem suas casas e instituições.

Nessa direção, a Comissão de Anistia também foi responsável, após 30 anos de silêncio, pela legitimação do debate acerca da punição aos

torturadores do regime.[69] Em Audiência Pública ocorrida no dia 31 de julho de 2008 no Ministério da Justiça, estiveram presentes juristas de renome no país para discutir as possibilidades jurídicas de realizar julgamentos por violações de direitos humanos. Desde então, o tema tem frequentado continuamente os grandes jornais e semanários do país, ultrapassando os limites da discussão que, até então, estava adstrita ao pequeno círculo dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos e aos ex-perseguidos pelo regime. A colocação do debate motivou, inclusive, o Conselho Federal da OAB a ingressar com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal com o fim de solicitar à Corte que estabeleça uma restrição interpretativa da Lei de Anistia de 1979, para que não mais se continue estendendo os benefícios da lei aos agentes públicos torturadores da ditadura.

---

[69] Não há espaço, nos limites deste artigo, para aprofundar a tese jurídica favorável aos julgamentos por violações de direitos humanos ocorridos na ditadura militar brasileira, e que enfrenta o argumento de que tais crimes estariam prescritos. De todo modo, pode-se sucintamente afirmar que a admissão dessa tese não implica em modificar ou reavaliar a Lei de Anistia de 1979. Trata-se apenas de interpretá-la de modo mais coerente e correto (o que envolve sua análise pelo filtro da Constituição de 1988 e da Lei de Anistia de 2002). Torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados realizados por agentes do governo ditatorial não são crimes políticos (as leis em vigor na ditadura militar consideravam criminosas essas condutas), mas sim *crimes contra a humanidade*, o que é assente na ordem jurídica internacional desde o Tribunal de Nüremberg, em 1945. O Brasil pertence à Organização das Nações Unidas (que se ergueu exatamente a partir de Nüremberg) e ratificou tanto a Declaração da ONU quanto, mais adiante, em 1952, a Convenção das Nações Unidas sobre Prevenção e Repressão do Genocídio e, em 1957, as Convenções de Genebra de 1949. Em todos esses tratados, o chamado *direito humanitário* aparece com grande força, assim como a noção dos crimes contra a humanidade. A imprescritibilidade de tais crimes é da sua própria essência, é inerente à sua tipificação, princípios e contexto histórico, restando hoje explicitamente reconhecida por diferentes normas nacionais e tratados internacionais, dos quais o mais recente é o Estatuto de Roma, ratificado pelo Brasil inclusive. Além disso, os crimes de desaparecimento forçado constituem crime permanente, não havendo sequer que se cogitar de sua prescrição até que sua elucidação se complete.

Considerações finais

O que se pode concluir de tudo o que foi exposto é que, no Brasil, em que pese a inexistência de uma Comissão de Verdade, outros mecanismos têm se apresentado com força crescente para reivindicar a promoção de políticas de memória que permitam a concretização do Direito à Memória e à Verdade, da reparação aos perseguidos políticos, da justiça e do fortalecimento das instituições democráticas.[70] Dentre esses mecanismos, vem assumindo posição de destaque a Comissão de Anistia, contribuindo para situar o Brasil em uma tradição diferente de anistia, mais próxima da experiência sul-africana.

É claro que não se tem garantias sobre aonde a intensificação desse processo de resgate da memória política no Brasil poderá levar. Trata-se de uma sociedade ainda muito dividida sobre o assunto e que padece do efeito amnésico já comentado no início deste artigo. É fato indubitável, porém, a real possibilidade de que a efetivação do Direito à Memória e à Verdade seja algo cada vez mais presente e que promova, inclusive, o surgimento de outros mecanismos transicionais.

É condição indispensável para uma sociedade mais justa e madura que ela seja capaz de rememorar a sua história, vivendo uma experiência que a sensibilize, que a faça sentir na pele o paradoxo do testemunho, que aguce os seus sentidos para o murmúrio das vítimas, que a ajude a congelar o tempo linear na irrupção de um instante, no qual lampeja o vislumbre de um futuro. Um futuro apoiado no esforço presente de ressignificação do passado, na abertura do espaço para a intervenção política, capaz de tecer e concretizar planos para um futuro no qual nada se perca.

---

[70] Esses quatro aspectos são os pilares do conceito de justiça de transição.

O DOCUMENTÁRIO *JANGO*, DE SILVIO TENDLER, E A CRENÇA NO PODER DO POVO NA RUA

*Carla Simone Rodeghero**

Em 2009, a Assembleia Legislativa gaúcha convida a sociedade a lembrar os 45 anos do golpe civil-militar de 1964, buscando criar um espaço de discussão sobre temas que marcaram e marcam tão profundamente a nossa história. Uma das maneiras escolhidas para tanto foi a apresentação e o debate do documentário *Jango*, dirigido por Silvio Tendler e lançado em 1984. É sobre ele que falaremos.

Creio ser bastante oportuno retomar os processos que culminaram com o golpe de 1964 através de um documentário como este. Sabe-se que as produções cinematográficas atingem um público bem mais amplo do que os livros com pesquisas acadêmicas. Este filme, de acordo com os comentários do diretor, foi assistido por mais de um milhão de pessoas. Foi lançado no ano em que as ruas foram tomadas pelo Movimento das Diretas Já. Tanto no filme quanto nas ruas – e hoje nas lembranças dos que viveram o período – ecoa a melodia de "Coração de Estudante", música de Wagner Tiso e letra de Milton Nascimento, que se tornou uma espécie de hino à esperança de reconstruir a democracia brasileira.

* Professora do Departamento e do PPG-História/UFRGS.

Mesmo que os filmes – e especialmente os documentários – deem a impressão de ser retratos fiéis do que aconteceu, eles são – assim como os livros de história – resultado das escolhas feitas ao longo da sua produção, dos recortes da realidade eleitos para representar o que aconteceu no passado, da imagem que se quer passar deste passado. O documentário *Jango* busca reconstituir a trajetória do ex-presidente João Goulart, o presidente que propôs as reformas de base, o que foi deposto pelo golpe de 1964, o único presidente que morreu no exílio. Mostra que em torno da trajetória de Jango e de sua queda houve uma rica e dolorosa experiência histórica, a passagem de uma fase de efetivo aprendizado da democracia para outra de completo fechamento político. Por conta disso, recordar os 45 anos do golpe por meio deste documentário é uma estratégia que permite refletir sobre várias décadas de história do Brasil e também sobre a herança da ditadura.

Silvio Tendler foi, sem dúvida, corajoso e pioneiro em aceitar o desafio de filmar *Jango.* Era, no começo dos anos 1980, uma história ainda muito recente. A ditadura sequer havia terminado. Poucas pesquisas haviam sido realizadas sobre o período e sobre o político. João Goulart, é preciso lembrar, havia sido alvo de severas críticas após o golpe, não só de parte daqueles que atacavam o seu governo, mas também de setores de esquerda que passaram a condenar o seu populismo e o seu reformismo. Dentro desta interpretação, os movimentos populares, sindicatos, estudantes, camponeses, militares de baixa patente, teriam ficado a reboque de um governo titubeante, que representava a burguesia nacional, e que acreditava mais no caminho das reformas do que naquele da revolução. Ao mesmo tempo, houve setores que condenaram a decisão de Jango de não reagir ao golpe.

Esta visão negativa, que apareceu logo após o golpe e que se fundamentou em pesquisas acadêmicas nos anos 1970, começou a ser questionada ainda no final da década por uma obra de autoria de Moniz Bandeira, cientista político que tinha afinidade com Goulart.[1] Em *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*, publicado em 1978, o autor começou a tarefa da reconstrução da imagem de Jango, mostrando como o seu curto mandato tinha sido marcado por pressões internas e externas – especialmente pela interferência dos Estados Unidos – que criaram obstáculos para a realização das Reformas de Base. Um pouco mais tarde, no começo dos anos 1980, foi publicado outro livro sobre a presidência de Jango, pelo cientista político Caio Navarro de Tolledo, no qual a imagem de Goulart como defensor das reformas e do nacionalismo foi reforçada.[2] Aos poucos – e tendo passado pelo menos 20 anos dos acontecimentos de 1964 – com mais serenidade e com certo grau de simpatia, foi se firmando uma imagem mais positiva do que negativa a respeito do ex-presidente. O documentário de Silvio Tendler, acredito, contribuiu muito para isso.

No final dos anos 1970, o diretor estava filmando outro documentário sobre a história recente do Brasil, o qual tornava pública a trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Após concluir *JK,* Tendler ficou sabendo que Raul Riff, secretário particular de Jango, tinha imagens da viagem à China, feita pelo então vice-presidente, em 1961. São estas as imagens que aparecem no início do filme. Do contato com Riff e ao conhecer o material, surgiu a ideia de fazer o documentário, no início dos anos 1980.

Como já foi dito, o lançamento se deu em 1984. Haveria alguma

---

[1] BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
[2] TOLLEDO, Caio de Navarro. *O governo de Goulart e o golpe de 1964.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

coisa em comum entre o Brasil de então e aquele que aparece nas imagens do filme de Silvio Tendler? Apesar dos 20 anos de ditadura que separam o final da vida pública de Jango e o lançamento do filme, creio que nos dois polos há um aspecto em comum. Nos anos anteriores ao golpe e nos anos finais da ditadura havia, em comum, a crença no poder do povo na rua. A crença de uns e o medo de outros, vale dizer. Esta crença pode ter estimulado a feitura do documentário e ajuda a explicar a boa receptividade que um filme nacional tratando de questões históricas teve junto ao público.

Depois do período mais duro da ditadura, os "anos de chumbo" (1968-1973) e do desmantelamento dos grupos de oposição armada, aos poucos, setores da sociedade civil brasileira começaram a encontrar novas maneiras de enfrentar a ditadura. Já em 1974, o voto no MDB foi visto como uma forma de reação ao governo militar, à repressão, ao início da crise econômica. Em 1975, apesar das promessas de afrouxamento do novo presidente, Ernesto Geisel, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado no DOI-CODI paulista. No início do ano seguinte, o mesmo fim teve o operário Manuel Fiel Filho. Aos poucos, começavam a se levantar vozes contra este estado de coisas. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa passaram a denunciar o estado de exceção e defender a volta do estado do direito, o fim da vigência do AI-5, o fim das torturas, a anistia.

Ainda em 1975, grupos de mulheres, em diversas partes do Brasil, fundaram o Movimento Feminino pela Anistia, o MFPA. O primeiro núcleo surgiu em São Paulo, criado por Therezinha Zerbine. O segundo, em Porto Alegre, liderado pela socióloga Lícia Peres e pela escritora Mila Cauduro. A volta dos exilados foi uma das suas primeiras

bandeiras. O nome de políticos como Leonel Brizola e João Goulart, que estavam no exílio, aparece com insistência no discurso das militantes do MFPA. Segundo elas, o Brasil não deveria ser privado de suas lideranças. Junto com Mila e Lícia, várias outras mulheres se empenharam na divulgação da causa da anistia. Foi o caso de Francisca Brizola Rotta, Lygia de Azeredo, Angelina Guaragna, Maria Flor Vieira, Catarina Oliveira, Ruth Vargas, Cláudia Behrensdorf, Lays da Rocha, Raquel Cunha, entre outras.

Algumas delas tinham laços de parentesco com Brizola. Boa parte delas tinha relação com o antigo PTB e proximidade ou filiação ao MDB. Depois de morrer, no exílio uruguaio, Jango teve seus funerais em São Borja. Para lá foram as mulheres do MFPA gaúcho. Levaram uma faixa na qual estava escrita a palavra anistia em enormes letras vermelhas. Ela ficou sobre o caixão, ao lado da bandeira do Brasil, sendo vista e tocada pela multidão que se despedia do líder. A faixa, segundo consta no livro de atas do MFPA, havia sido usada na campanha eleitoral de 1976, em Porto Alegre, na qual candidatos do MDB como Glênio Peres haviam aberto espaço para que as militantes da anistia se manifestassem.

As homenagens a Jango continuaram e em janeiro de 1977 foi celebrada uma missa pelo 30º dia de falecimento do ex-presidente, na Catedral Metropolitana. Ao seu final, houve repressão aos participantes por parte de soldados da Brigada Militar. Pessoas bradando palavras como "anistia" e "liberdade" não eram bem vistas pelas forças da repressão. Pouco tempo depois, naquele início de ano, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre é que foi alvo da repressão. Dois dos vereadores eleitos em 1976 pelo MDB e que tinham compromisso com a luta pela anistia foram cassados. A Casa já não poderia mais ouvir os discursos de Glênio Peres e de Marcos Klassmann. A perigosa maioria

que o MDB havia conseguido nas urnas foi desfeita pela força.

Mas, foi neste mesmo ano de 1977 que as ruas das grandes cidades começaram a ser tomadas pelas passeatas do movimento estudantil. Muitos enfrentamentos aconteceram em Porto Alegre entre estudantes e polícia militar em diversas manifestações que clamavam pelo fim da legislação repressiva que atingia os estudantes e também por questões mais gerais de repúdio à ditadura, como o apoio à luta pela anistia e à soltura dos presos políticos. No ano seguinte, as greves do ABC paulista revelaram que algo novo estava acontecendo. O movimento sindical começou a se revigorar e a greve como forma de pressão passou a ser adotada por diversas categorias em várias partes do Brasil. Junto com a luta contra o arrocho salarial e pela liberdade de organização sindical começaram a aparecer demandas contra a carestia e o alto custo de vida. Associações de moradores e comunidades eclesiais de base passaram a politizar questões do cotidiano das populações mais pobres, como saneamento, acesso à saúde, educação, etc. Neste ritmo crescente de organização de diversos setores da sociedade civil – e ainda contando com a presença da repressão – chega-se ao ano de 1979, também marcado por muitas greves e pela intensificação da luta pela anistia.

A anistia almejada pelos movimentos organizados como os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) era caracterizada como ampla, geral e irrestrita: deveria atingir a todos os punidos pela legislação de repressão e não poderia ter nenhuma restrição que impedisse a sua efetiva aplicação. Não deveria atingir os que cometeram crimes defendendo o Estado, no caso, os que praticaram torturas, sequestros, assassinatos dos chamados "subversivos". Na verdade, pela composição do Congresso de maioria conservadora e arenista, foi aprovada uma anistia parcial, que deixava de fora aqueles condenados por "crimes de sangue", e recíproca,

que, na interpretação da época, incluía os agentes do Estado.

No caso do Rio Grande do Sul, a luta pela anistia, contando com o apoio do movimento estudantil e de diversas outras entidades, contribuiu para retomar o debate político, em atos realizados na rua e especialmente no recinto da Assembleia Legislativa. Ali foram discutidas questões como a situação dos políticos cassados, dos funcionários civis e militares expurgados, dos mortos e desaparecidos, dos exilados, etc. Muitos dos que viveram esta época lembram das campanhas pela libertação de gaúchos presos pelas ditaduras do Uruguai e Argentina, Flávio Tavares, Flávia Schilling e Flavio Koutzii. Estas campanhas contribuíram para tornar mais palpável a necessidade da anistia, da volta dos exilados, da reconquista do Estado de Direito.

É possível perceber que, pelo menos desde 1977, começava a ganhar força a estratégia de lutar contra a ditadura a partir do trabalho de convencimento de diferentes categorias e da coragem de ir ocupando novamente os espaços públicos. O povo na rua – da mesma forma que se pode ver nas imagens do documentário *Jango* – passa a ser uma força de pressão e de desestabilização dos planos do governo. Além de bandeiras de luta específicas, lutava-se pelo direito de ter direitos, pelo direito de ir para a rua, de se manifestar, de se reunir, de emitir opiniões, de fazer política.

Sabemos que a anistia conquistada em 1979 esteve bem longe da anistia ampla, geral e irrestrita que foi buscada pelos movimentos pela anistia. Outras coisas se colocaram na agenda política nos anos seguintes, fazendo com que a reforma partidária e as eleições de 1982 dirigissem as energias da oposição para a formação de novos partidos, alguns surgidos daquela movimentação nova de rua, daquele trabalho de massa que acontecia no final dos anos 70, outros retomando as raízes trabalhistas,

outros reorganizando, assumindo a herança do MDB e assim por diante.

Chegamos, então, em 1984, quando grandes multidões foram às ruas em busca da eleição direta. O fato da proposta ter sido derrotada não deve esconder o crescimento da capacidade organizativa da sociedade civil, num aprendizado de, pelo menos, uma década. Os anos 1980 conservaram essa marca: grandes mobilizações, pressão pela reforma agrária, tentativas de interferir nos rumos da Assembleia Constituinte, greves de categorias específicas e greves gerais, participação nas primeiras eleições diretas para a presidência da República, etc. Temos, aqui, a crença no poder do povo nas ruas, apesar das derrotas, apesar das decepções.

Como disse anteriormente, esta valorização da presença do povo na rua e na política, que marcou a conjuntura em que o documentário *Jango* foi produzido e lançado, é próxima do clima que caracterizou a presidência de João Goulart. Esta presença fica muito clara no filme na medida em que nos põe em contato com todas as reivindicações, todas as possibilidades de participação, de manifestação, de conflito e de polêmica que marcaram aquele período.

Não é preciso falar muito mais sobre os detalhes do filme e sobre os temas que ele apresenta porque o mesmo é extremamente didático e permite fazer uma viagem muito intensa, apesar de triste em diversos momentos, por essa recente e traumática história do Brasil.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NO RIO GRANDE DO SUL

*Lícia Peres**

Às mulheres que, com sua coragem e dedicação, ajudaram a restaurar o fio da história, rompido pelo golpe de 64.

Parte I
A Memória

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) teve início em 1975, em São Paulo, por iniciativa da advogada Therezinha Zerbine e estendeu-se nas principais capitais brasileiras.

Era o Ano Internacional da Mulher e muitas mulheres com suas representações de todo o mundo foram ao México, sede do Congresso. Na tribuna paralela, Therezinha lê um documento onde expressa a importância da anistia para o Brasil.

O Rio Grande do Sul foi o segundo núcleo do Movimento Feminino pela Anistia e aqui desenvolvemos um trabalho sobre o qual sinto profundo orgulho e que se confunde com minha trajetória pessoal e a de tantas companheiras que corajosamente assumiram essa bandeira.

É preciso destacar que o MFPA foi o primeiro movimento legalmente organizado contra a ditadura militar.

* Socióloga, ex-presidente do Movimento Feminino pela Anistia/RS.

O começo

Casei-me em Salvador. Era a única filha mulher, em meio a dois irmãos. A mais jovem. Éramos uma família muito unida. Conheci o Glênio (Glênio Peres) quando, em uma excursão, visitei Porto Alegre. Começamos o namoro e, após muitas cartas e viagens à Bahia, nos casamos na Igreja de São Francisco. Daí a mudança para Porto Alegre, em setembro de 1964, após o golpe militar. Aqui fiz vestibular para Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Durante o curso comecei a militar no movimento estudantil. O ambiente em que vivíamos era o da Ditadura Militar. Os "anos de chumbo".

Na Faculdade, os livros indispensáveis à nossa formação intelectual eram taxativamente proibidos; os professores eram obrigados a fazer verdadeiros malabarismos verbais para evitar que os agentes infiltrados para vigiar e delatar o que se passava em sala de aula não percebessem o sentido de suas palavras. Classe dominante, por exemplo, virava "a minoria que está no vértice da pirâmide social", artifício para driblar o "dedo-durismo". Muitas vezes, colegas viajavam para obter clandestinamente os livros que eram repassados à turma. A censura e toda sorte de arbitrariedades tornavam o ambiente irrespirável. Hoje é difícil imaginar como era viver sob a ditadura; por isso, quando vejo alguém elogiar a "ordem" do período ditatorial ou demonstrar qualquer saudosismo, sinto náuseas.

Dilma Rousseff estivera presa em São Paulo, na chamada Operação Bandeirantes (OBAN) e, no cárcere, onde foi barbaramente

torturada, convivera com Therezinha Zerbine. Em liberdade, viera residir em Porto Alegre e cursava Economia, também na UFRGS. Um dia, o Glênio transmitiu-me um recado: "A Dilma, companheira do Carlos Araújo, quer falar com você". Marcamos um encontro em minha casa, quando Dilma me propôs a organização de um núcleo feminino para lutar pela anistia no Rio Grande do Sul. Até então, o MFPA só existia em São Paulo. Atendia, assim, a um pedido de Therezinha, que buscava expandir essa luta.

Hoje, no governo Lula, Dilma é a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República e possível candidata à presidente da República em 2010. A História dá muitas voltas.

Aceitei, lembrando que, além das companheiras do movimento estudantil, eu conhecera, no MDB, algumas mulheres combativas, como Mila Cauduro, Francisca "Quita" Brizola Rotta e outras que, eu acreditava, assumiriam esse desafio. A Mila, a quem eu conhecera em 1974, quando concorreu à deputada estadual, em sua plataforma eleitoral ressaltava a importância da anistia e referia-se a Brizola, nome execrado pelo regime, e que poucas pessoas ousavam pronunciar publicamente. Dilma entregou-me a documentação e o Manifesto para a coleta de assinaturas. Pensei que havia um campo fértil para trabalhar esse tema, tanto na faculdade, entre colegas, quanto buscando aproximação com mulheres inconformadas com a situação nacional.

Entrei em contato com elas. Marcamos a primeira reunião na Associação Riograndense de Imprensa (ARI), onde fui eleita presidente e a Mila, vice; junto com a "Quita" (irmã de Brizola), na tesouraria. Juntamente com Lygia de Azeredo Costa e Angelina Guaragna, formamos a Comissão Central. Estava pronto o núcleo gaúcho. O Glênio deu uma força enorme, sempre. Ele era, na época, líder do

Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na Câmara de Vereadores e auxiliava de todas as formas. O Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), da Assembleia Legislativa, presidido por André Foster, ajudou a convocar para a reunião no salão da Câmara Municipal onde, em julho de 1975, com a presença da presidente nacional Therezinha Zerbine, instalou-se oficialmente o MFPA/RS.

A ARI cedera provisoriamente uma sala para as reuniões iniciais. Sabedora dessa dificuldade, a advogada Ilza Brams ofereceu-nos seu escritório onde ficamos por um período. Um ato generoso. Após algum tempo passamos a nos reunir no Café da Assembleia Legislativa, nas nossas casas, onde fosse mais acessível. Nunca tivemos sede própria.

As atividades

A primeira tarefa foi passar um abaixo-assinado pela Anistia. Nossa campanha, contrariando o slogan oficial de "Brasil, Ame-o ou Deixe-o", afirmava que "lugar de brasileiro é no Brasil". Falávamos sobre injustiça e no direito a retornar à sua pátria.

Fomos às portas de supermercados, às igrejas, sindicatos, buscando adesões. Praticamente a metade das 12 mil assinaturas entregues ao general Golbery foram obtidas no Rio Grande do Sul. Nossas companheiras estavam na linha de frente.

O primeiro apoio veio do DCE da UFRGS. Mais tarde, contavam-se em dezenas o número de entidades que se somaram ao movimento. Uma das nossas militantes, a pelotense Ruth Vargas, obteve uma manifestação em favor da nossa causa assinada por Dom Edmundo Kratz, bispo da Igreja Episcopal.

Visitamos autoridades para comunicar formalmente a Campanha pela Anistia e fomos recebidas muitas vezes com ceticismo e frieza.

Acompanhadas das irmãs do ex-presidente João Goulart, marcamos uma audiência com o Cardeal Dom Vicente Scherer. Alimentávamos a expectativa de que receberíamos apoio semelhante ao que o Cardeal-Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns dava ao movimento. Esperança frustrada.

Mas também tivemos gestos de solidariedade e firmeza, o que nos deixou orgulhosas e confiantes.

A socióloga Enid Backes, uma das signatárias do Manifesto, lecionava em uma escola estadual, onde divulgou o nosso movimento. Chamada pela direção, exigiram, como condição para a manutenção do seu emprego, que retirasse sua assinatura. Como se recusou a ceder, foi sumariamente demitida. Enid era viúva, com sete filhos e aquele era seu único trabalho. Um exemplo de firmeza e caráter.

Contamos também com o apoio de alguns parlamentares do MDB, destacando-se os deputados Carlos Augusto de Souza, em cujo gabinete trabalhava Raquel Cunha, mais tarde presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), e do deputado Porfírio Peixoto. Seu chefe de gabinete, Zezinho de Oliveira, foi incansável, sempre disposto a ajudar.

Nossas principais lideranças como Leonel Brizola, João Goulart, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e um número expressivo de brasileiros, perseguidos pela ditadura, estavam no exílio. Cassações de mandatos, expurgo de professores, repressão às entidades estudantis e aos sindicatos integravam o cotidiano da vida brasileira, em clima de intimidação permanente. A cultura é golpeada e a

liberdade de imprensa, cerceada. A inteligência resiste de todas as formas. As afirmações eram grotescas: "estudante é para estudar, trabalhador é para trabalhar". Sabe-se que atividade política é inerente ao ser humano. O regime ditatorial tenta, de todas as formas, impedir tal exercício. Diferentemente do totalitarismo, com seus grandes desfiles e utilização de enorme aparato simbólico, em que o engajamento é praticamente obrigatório e as pessoas são pressionadas à participação ou passam a ser perseguidas, no autoritarismo, há desestímulo a todas as formas de participação política. Contestações não são toleradas. Querem a apatia e o silêncio.

Ao conceber o MFPA, o objetivo da Therezinha era o de, estrategicamente, envolver a população feminina. Ela acreditava que as mulheres, em seu papel de mães, esposas e tradicionalmente defensoras da paz, poderiam sensibilizar a sociedade brasileira e a opinião pública para pressionar o regime a conceder a anistia. Era necessário, além de persuadir, engajá-las. Essa estratégia revelou-se correta.

Lançamos, nacionalmente, um tabloide – o *Maria Quitéria* –, editado em São Paulo, que divulgava a instalação e as atividades de todos os núcleos. As informações circulavam.

Buscávamos interiorizar o MFPA. Nossa Comissão viajou para algumas cidades, destacando-se Pelotas, onde conseguimos um espaço na rádio e TV locais.

Em Santa Maria, proferi palestra na sede da OAB, a convite do Dr. Adelmo e Eli Genro, pais do atual Ministro da Justiça Tarso Genro, que obteve destaque no jornal *A Razão*.

O marido da Lygia, o médico Rubem Menna Barreto, colaborava bastante, disponibilizando carro e motorista para nossos deslocamentos.

Na campanha para as eleições municipais, em 1976, reivindicamos à direção do MDB o direito à palavra, nos comícios, para falarmos sobre a Anistia. Foi uma importante conquista. Para evitar dificuldades pelo fato do Glênio ser candidato e meu nome estar, naturalmente, associado a ele, decidimos que eu passaria a ocupar o lugar de vice e a Mila assumiria a presidência, situação que se manteve até a assinatura da Lei da Anistia. Como atuávamos em total harmonia, o trabalho continuou inalterado.

O MFPA, mais fortalecido, contava com o trabalho voluntário da advogada Claudia Rodrigues Behrensdorf, além da colaboração de valorosas militantes como Maria Flor Vieira que passou a integrar a nossa Comissão Central. Muitas companheiras como Catarina Oliveira, Lais Sica da Rocha e tantas outras, cujos nomes integram nosso acervo, estavam sempre prontas a assumir tarefas.

Nas eleições municipais de 1976, as oposições obtiveram uma vitória estrondosa. O MDB conquistou a maioria absoluta das cadeiras na Câmara Municipal de Porto Alegre, o que foi considerado inaceitável pelo regime. O partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), saíra totalmente derrotado na capital do Rio Grande do Sul, estado considerado estratégico no xadrez da política e na visão do regime. No dia 31 de janeiro de 1977, na sessão solene de posse dos vereadores eleitos, Glênio, na presença de autoridades civis e militares, fez um contundente pronunciamento intitulado "Discurso na Terra do Silêncio", denunciando a falta de liberdade, as torturas, as atrocidades perpetradas no Brasil. Foi cassado com base no AI-5, pelo general Ernesto Geisel.

Marcos Klassmann, jovem vereador que havia obtido uma excelente votação, após uma empolgante campanha cuja palavra de ordem

era "Vote Contra o Governo", dias depois, manifestaria, da tribuna da Câmara, total apoio às palavras do Glênio, reiterando todas as denúncias. Foi imediatamente cassado. Golpeia-se, assim, com uma simples penada, a vontade popular, violentando-a. Os cassados não poderiam ser substituídos por suplentes. Seus mandatos só seriam recuperados, sob intensa polêmica, após a Anistia, quando o presidente da Câmara, vereador Cleon Guatimozin, em sessão que durou apenas alguns minutos, deu-lhes posse, em meio a muita emoção e aplausos dos que lotavam o plenário. A Polícia Federal já cercava o prédio disposta a impedir o ato. Horas antes, o ministro da Justiça Petrônio Portella, alegando possibilidade de retrocesso, deu diversos telefonemas ao presidente da Assembleia deputado Pedro Simon, advertindo que a anistia não alcançara os dois vereadores, ao mesmo tempo em que pedia sua interferência. Cientes e dispostos a qualquer risco, Glênio e Marcos nem hesitaram e rumamos para a Câmara.

Foram muitas as tentativas de intimidação sobre os que combatiam a ditadura. Recordo que, quando veio a Porto Alegre a peça teatral *Revista do Henfil*, com a atriz Ruth Escobar, enviei-lhe uma nota pedindo a divulgação de um ato pela anistia, o que ela fez, convocando a plateia. No dia seguinte, foram detidos, sob pretexto de posse de drogas, parte dos que trabalharam na montagem. Era uma retaliação. Dirigimo-nos com Ruth, de madrugada, à Polícia Federal, acompanhadas de nossa advogada, onde conseguimos a libertação dos detidos. A Claudia, nossa advogada, passou a acompanhar a *Revista* em seu roteiro ao interior.

A residência de Helena Grecco, presidente do MFPA, em Minas Gerais, foi atingida por bomba. O Comando de Caça aos Comunistas, braço clandestino da repressão, tinha suas ações acobertadas.

O encontro com Brizola

Até 1976, eu não conhecia pessoalmente Leonel Brizola.

Muito jovem, quando morava em Salvador, lembro dos comentários sobre a Legalidade. Falava-se da resistência do governador gaúcho, disposto a qualquer sacrifício para impedir o golpe que ameaçava a posse do presidente Jango. Mencionava-se até um possível bombardeio ao Palácio. Eram notícias alarmantes. Taxavam Brizola de incendiário. A resistência do Rio Grande do Sul teve repercussão nacional.

Mais tarde, tive conhecimento detalhado desse episódio heróico que adiou o golpe de 64. Trata-se de um dos momentos mais notáveis da história rio-grandense.

Na presidência do MFPA, em 1976, em encontro articulado por João Carlos Guaragna, Glênio e eu seguimos para Montevidéu onde fomos recebidos pelo casal Brizola e Neuza, sua corajosa companheira, amável e solidária. Impressionei-me vivamente com o profundo conhecimento demonstrado pelo ex-governador sobre a realidade brasileira. Ele nos revelou sua impressão de que "novos ventos, mais favoráveis, anunciavam-se com o governo Carter, em sua simpatia pela causa dos direitos humanos". Forte intuição.

Brizola pensava todo o tempo no Brasil, quase uma ideia fixa, sonhando com um projeto para torná-lo desenvolvido e soberano. Priorizar o atendimento às crianças era questão de "salvação nacional", enfatizou. Considerava também intolerável a situação de discriminação em relação à mulher e ao negro. Eu, feminista militante, entusiasmei-me.

Após a Anistia e de seu retorno ao Brasil, com o pluripartidarismo, Glênio e eu, sob a liderança de Brizola, escolhemos o caminho do Trabalhismo.

A morte de Jango

O presidente João Goulart, falecido durante seu exílio, na Argentina, em dezembro de 1976, teve seu enterro dificultado de todas as formas. Sob condições, exigências e muitos entraves, a família do presidente deposto recebeu autorização para viajar a São Borja, sua terra natal, onde o corpo foi sepultado. O presidente deposto foi recebido por uma multidão emocionada. Continuava vivo no coração do povo.

Em seu velório, Mila pediu autorização à viúva Maria Tereza para colocar a faixa da ANISTIA sobre o caixão. Essa foto ganhou destaque em todo o mundo. Anos após, encontrei uma ex-exilada que me confidenciou ter renovado sua esperança de voltar ao Brasil ao ver a publicação daquela foto.

A missa de trigésimo dia de sua morte merece registro. Ao final, na saída da Catedral Metropolitana, aglomerava-se, em frente à Igreja, na Praça da Matriz, grande número de pessoas, destacando-se o Setor Jovem do MDB, bastante atuante. Havia um clima pesado e de expectativa. Quando descíamos a escadaria, revoltadas e convictas de que algo deveria ser feito, Mila gritou: "Anistia!" Esse clamor ecoou por toda a multidão que reagiu, expressando sua indignação com gritos de "Abaixo a Ditadura! Anistia, Anistia!" A repressão foi imediata e brutal, com a polícia de choque, vestida como quem vai à guerra, empurrando e espancando os manifestantes, ou mesmo os que ali passavam. Ao lado, janelas cerradas, as luzes do Palácio Piratini mantiveram-se apagadas. A notícia dessa violência ganhou as manchetes dos principais jornais do país.

Em 1978, é criado o Comitê Brasileiro pela Anistia, o que deu grande força ao Movimento. Veio somar e fortalecer, multiplicando-se em comitês nas principais cidades brasileiras e até com representação na França, onde viviam muitos exilados.

Presidido no Rio Grande do Sul por Raquel Cunha, uma mulher suave, mas de grande determinação, o MFPA e o CBA/RS passaram a atuar conjunta e articuladamente.

Desenvolvemos campanhas pela libertação de brasileiros que se encontravam presos no Uruguai e na Argentina: Flávia Schilling, Flávio Tavares e Flavio Koutzii. Foram libertados. Ao mesmo tempo, buscávamos conscientizar a população sobre a importância da redemocratização.

O I Congresso da Anistia foi realizado em São Paulo; o II, em Salvador. No de São Paulo, realizado em novembro de 1978, orgulho-me de ter levado uma procuração de Raquel Cunha para votar também em nome do CBA/RS.

Ali se reuniu a Comissão de Mortos e Desaparecidos, onde os familiares relatavam a situação desesperadora em que viviam. Eram vidas truncadas, em suspenso, ansiando por respostas sobre o paradeiro de seus entes queridos. Em um dos encontros nacionais, conheci uma ex-presa política, Maria da Conceição Coelho da Paz, que trazia em seu corpo visíveis marcas da tortura. Atendi à sua sugestão de contatar, em Porto Alegre, com Suzana Lisbôa, mulher do desaparecido Luiz Eurico Tejera Lisbôa, o que fiz ao retornar. Suzana, alguns anos depois, conseguirá, após incansável busca, localizar o corpo de seu marido, enterrado sob nome falso, no Cemitério de Perus, em São Paulo. Ela continua a trabalhar ao lado dos que ainda, em compasso de espera, aguardam um esclarecimento.

Levamos, do Rio Grande do Sul, a proposta da popularização da anistia: instrumentos de fácil compreensão para divulgação massiva. Conseguimos, aqui, o apoio do deputado Pedro Simon para publicarmos 100 mil folhetos com desenhos cedidos pelo cartunista Marco Aurélio cujo título era "Anistia: Minha Casa, meu Lar", para distribuição nas vilas.

Demos todo apoio à Elizabeth, viúva do sargento Manoel Raimundo Soares, quando de sua vinda do Rio de Janeiro para o traslado dos restos mortais de seu marido, assassinado em 1966. Preso no Rio Grande do Sul, simularam uma soltura, quando seu corpo apareceu boiando no Rio Jacuí, com as mãos amarradas. Perguntada pelos repórteres sobre o que aconteceu aos que mataram seu marido, Betinha respondeu com firmeza: "Foram promovidos".

O Movimento pela Anistia uniu as oposições. Organiza-se para lutar contra algo que a ditadura não queria que acontecesse. Esse processo tem início no governo Ernesto Geisel, onde ocorriam contradições dentro do próprio governo. Passamos a atuar nas brechas, nos espaços possíveis. Geisel falava em distensão "lenta e gradual", mas a linha dura do governo permanecia resistente à abertura. Precisávamos trabalhar para apressar o processo, pressionado pela Anistia, medida indispensável para a redemocratização do país. Mesmo com a posse do presidente João Baptista Figueiredo, que prometia a abertura, mesmo "prendendo e arrebentando", os obstáculos eram grandes. Basta lembrar que, em 30 de abril de 1981, mesmo após a Lei da Anistia, ocorreria o frustrado ataque à bomba, onde, no Pavilhão do Riocentro, realizava-se um show comemorativo ao Dia do Trabalhador. A bomba acabou por explodir no colo de um militar que aguardava no carro. Os autores tinham a intenção de pôr a culpa nas esquerdas, para forçar o retrocesso.

O Movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita ganhara a consciência nacional, com apoio dos intelectuais, dos artistas, de grandes camadas da população. A música de João Bosco "O Bêbado e a Equilibrista" tornou-se nosso hino. Sempre que a escuto, emociono-me.

Tentamos, de todas as formas, ampliar o alcance da Anistia. A direção do MFPA/RS viajou a Brasília; Therezinha Zerbine veio especialmente de São Paulo para uma audiência, agendada pelo deputado federal Alceu Collares com o senador Teotônio Vilela. Convidamos também a mulher de um desaparecido*, a Anna Santa Cruz para esse encontro. Fomos informadas das fortes restrições que punham limite ao nosso pleito, o da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Em nossas intermináveis gestões, chegamos ao máximo possível. Só quem viveu aquele período pode avaliar as dificuldades enfrentadas. É inaceitável pensar-se que a negociação foi mal feita. Na correlação de forças, mesmo com o máximo de pressão, atingimos o limite do que poderia, naquele momento, ser obtido.

Votada no Congresso Nacional, com o Plenário e galerias lotadas, a Lei da Anistia foi sancionada em 28 de agosto de 1979, pelo presidente João Baptista Figueiredo.

A Lei 6683/79 é histórica. Inscreve-se como um dos momentos marcantes da vida brasileira.

De imediato, foram beneficiadas cerca de quatro mil pessoas.

Em 7 de setembro, Brizola chega ao Brasil, desembarcando em São Borja. Foi um momento inesquecível. A chegada de Prestes no Rio de Janeiro foi memorável. O retorno de cada exilado que recebíamos no aeroporto constituía-se em momento de grande emoção.

---

*[Nota dos Organizadores]: Trata-se de Fernando Santa Cruz de Oliveira.

Uma flor em homenagem aos Mortos e Desaparecidos

O Movimento pela Anistia ainda realizou um ato em homenagem àqueles que não puderam ser beneficiados pela Anistia. Em frente à Prefeitura Municipal, na Praça Montevidéu, em Porto Alegre, eram lidos os nomes dos mortos e desaparecidos. A cada menção, as pessoas presentes iam depositando uma flor no chão.

A artista plástica Zoravia Bettiol confeccionou uma gigantesca flor nas cores verde e amarela, em bela contribuição.

O Movimento Feminino pela Anistia encerra suas atividades quando é libertado, em Salvador, Teodomiro Romeiro dos Santos, o último preso político.[1] Havíamos dado a nossa contribuição para o fim da ditadura.

Depois disso, visitamos algumas vezes o então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antenor Ferrari, um apoiador do Movimento, sugerindo a importância da criação de uma Comissão de Direitos Humanos, o que efetivamente ocorreu.

A Anistia não foi uma concessão, ou um ato de boa vontade. Representou a conquista de uma luta que se transformou em causa nacional, onde as mulheres estiveram na vanguarda.

[1] [Nota dos Organizadores]: No Rio Grande do Sul o último preso político a ser libertado foi o sindicalista Antônio Losada.

Parte II

A Desmemória[2]

Para que não se esqueça.
Para que nunca mais aconteça.

Após 40 anos da edição do Ato Institucional nº 5, um dos símbolos mais perversos da ditadura militar, que autorizou o fechamento do Congresso, a suspensão do direito de cidadania, a cassação dos mandatos, a demissão e aposentadoria de funcionários, a instituição da censura prévia, que atingiu a imprensa, o cinema, o teatro, a música, instalando um ambiente de perseguição e medo que marcou esse tempo como dos mais atrozes da nossa história, constata-se que 82% dos brasileiros a partir dos 16 anos o ignoram. Ao admitirem o fato de nunca terem ouvido falar do AI-5, evidenciam as falhas do sistema educacional brasileiro. A pesquisa publicada na *Folha de S. Paulo* do dia 13 de dezembro de 2008 demonstra algo que, mais do que deprimente, é trágico e carrega ainda uma certa ironia: a despolitização do nosso povo. E então nos vem à lembrança um dos slogans do autoritarismo repetido incessantemente para justificar a intervenção nos sindicatos e entidades estudantis, as prisões e torturas: "Estudante é para estudar, trabalhador é para trabalhar". Assim, o fazer ou participar de atividade política era constantemente desestimulado. Tratava-se de algo indesejável e passível de punição. A meta era objetivamente a despolitização, principalmente dos jovens que sequer tinham acesso aos livros indispensáveis à sua formação acadêmica, muitas vezes, obtidos clandestinamente. Tristes tempos.

[2] Artigo publicado no jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 dez. 2008.

Convicta da necessidade de divulgar informações sobre esse período, a Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, instituída pelo governador Olívio Dutra nas comemorações dos 20 anos da anistia, trabalhou durante vários anos, organizando dados, promovendo exposições, palestras e cursos em Porto Alegre e no Interior. Recentemente nos afastamos, ao constatar a inexistência de apoio para a continuidade da nossa atuação. Mas, buscando contribuir para a constituição de uma democracia consolidada, na qual o respeito aos direitos humanos passasse a representar valor irrenunciável, entreguei, em 15 de agosto de 2008, carta ao ministro da Justiça, Tarso Genro, que expressava também o entendimento do ex-presidente da Comissão Bona Garcia e do professor de História Enrique Padrós, sobre medidas que poderiam ser adotadas pelo governo federal:

> 1 – Direito à verdade
>
> A total abertura dos Arquivos de Segurança Nacional, assegurando o direito à verdade com o acesso da sociedade a todas as informações.
>
> 2 – A consolidação de uma cultura democrática e de respeito aos direitos humanos:
>
> a) Ação conjunta dos ministérios da Justiça, da Educação e da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, para que na rede pública de ensino fossem recomendados livros sobre o golpe de 64, que, mesmo parte da História do Brasil, são pouco divulgados. Grande parte da juventude desconhece os fatos. Assim, as novas gerações tomariam conhecimento das causas e consequências do período ditatorial na sociedade brasileira.

b) Elaboração de material específico para qualificação do magistério, de modo a capacitá-lo a um adequado tratamento do tema. Exemplos: guias e cartilhas específicas sobre fontes de informação (filmes, depoimentos, livros, peças teatrais e as leis repressivas da época).

A gravidade dos dados publicados na referida pesquisa escancara a necessidade inadiável de enfrentar-se o desafio do desconhecimento histórico para que a realização do processo democrático não seja obstaculizada por uma educação insuficiente e pelo descompromisso com a memória.

Considerações finais

Para este depoimento tive que recorrer, exclusivamente, às minhas lembranças, o que pode ter ocasionado algumas falhas e omissões involuntárias. Toda a documentação referente à Anistia foi doada pela Mila Cauduro e por mim ao Memorial do Rio Grande do Sul. Encontra-se, hoje, no Arquivo Histórico, à disposição de todos os que desejam conhecer melhor essa página da história brasileira. Espero que sejam muitos. Sei que diversos pesquisadores (as) procuram ali informações para seus trabalhos acadêmicos, o que constitui motivo de otimismo e esperança. Trata-se de uma história que merece e precisa ser contada. Afinal, a sociedade, principalmente a juventude, precisa conhecer todos os fatos que envolveram o golpe militar de 64 e suas danosas consequências na vida de nosso povo. A parte que me coube foi a de

relatar a organização do Movimento Feminino pela Anistia em nosso estado. E, nesse depoimento, procurei demonstrar que houve resistência, onde as mulheres foram protagonistas, jogando papel de vanguarda na luta pela redemocratização. E somente tal conscientização poderá contribuir para que as atrocidades e violação dos direitos humanos – marcas desse período – nunca mais aconteçam.

Em meio ao silêncio inexplicável em torno dos "30 Anos da Anistia", sem qualquer ato ou comemoração em nosso estado, o convite para escrever estas páginas foi motivo de alegria. Foi também causa de orgulho assistir ao filme *Em Teu Nome*, do diretor gaúcho Paulo Nascimento, que conquistou quatro Kikitos no Festival de Cinema de Gramado de 2009, inclusive o do Júri Popular. Trata-se da trajetória de João Carlos Bona Garcia, ex-guerrilheiro, que pegou em armas contra a ditadura, foi preso, barbaramente torturado e, após anos de exílio, retornou ao Brasil graças à Anistia.

Quando escrevi "A Desmemória" sentia-me desalentada e os leitores compreenderão a razão.

Mas, ainda continuo acreditando na força da verdade que é, de fato, um direito. Através dela e da pressão da sociedade as sombras que caíram sobre os desaparecidos haverão de se dissipar. Não podemos, indefinidamente, conviver com esse drama. É insuportável, não só para os familiares das vítimas, mas constitui-se em algo que diz respeito a toda a nação brasileira. A abertura dos arquivos da ditadura militar pelo governo federal e sua disponibilização à sociedade, dando-lhe conhecimento de sua própria história, é um imperativo da democracia.

CBA-RS 3

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA

Maio 1979

Na Hora da Chamada

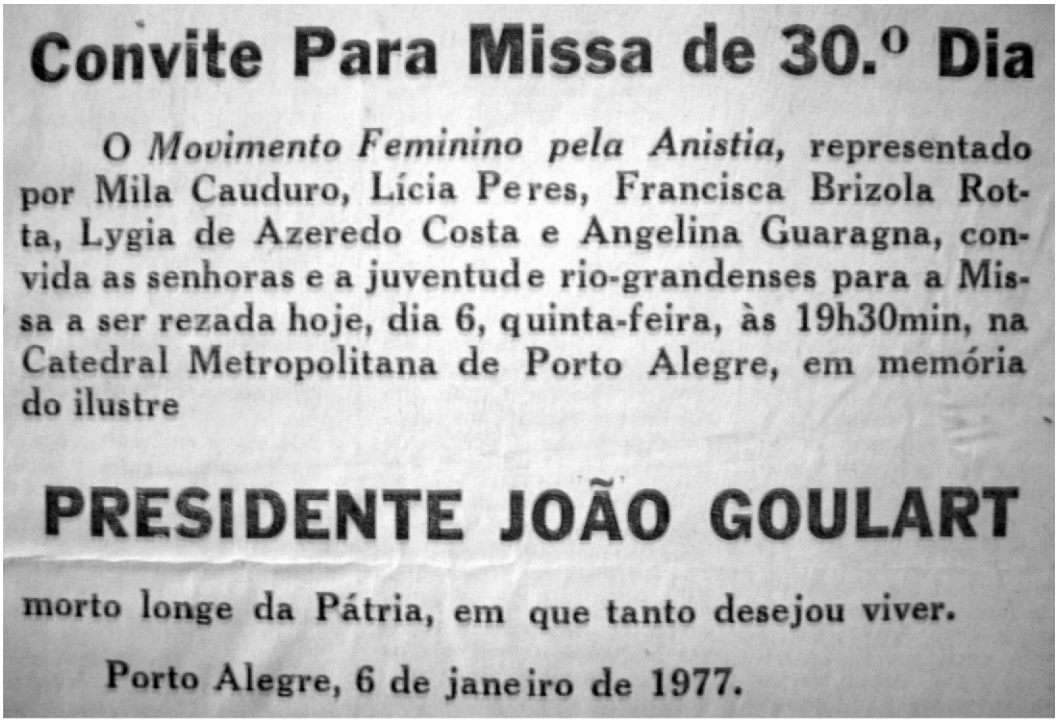
TÃO FALTANDO ELES

Panfleto do CBA/RS denunciando as prisões de Flávia Schilling e Flavio Koutzii, no Uruguai e na Argentina, respectivamente. Acervo Lícia Peres. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura).

Caravana pela anistia. Em destaque, Fernando Santa Cruz de Oliveira, desaparecido político. 1979. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br>.

Cartaz pela anistia.
Acervo Lícia Peres.
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura).

A volta de Brizola do exílio.
Disponível em:
<http://www.klickeducacao.com.br/Klick_Portal/Enciclopedia/images/An/1168/513.jpg>.



Convite Para Missa de 30.º Dia

O *Movimento Feminino pela Anistia*, representado por Mila Cauduro, Lícia Peres, Francisca Brizola Rotta, Lygia de Azeredo Costa e Angelina Guaragna, convida as senhoras e a juventude rio-grandenses para a Missa a ser rezada hoje, dia 6, quinta-feira, às 19h30min, na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, em memória do ilustre

PRESIDENTE JOÃO GOULART

morto longe da Pátria, em que tanto desejou viver.

Porto Alegre, 6 de janeiro de 1977.

Convite para missa de 30º dia do presidente João Goulart. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura).

Francisca “Quita” Brizola, uma das fundadoras do MFPA.
Acervo pessoal de Cleci Crixel.

Lais Sica da Rocha, integrante do MFPA. Acervo pessoal

Primeira Presidente do MFPA, no Rio Grande do Sul, a socióloga Lícia Peres. Acervo pessoal.

Mila Cauduro, uma das fundadoras do MFPA.
Acervo pessoal de Licia Peres.

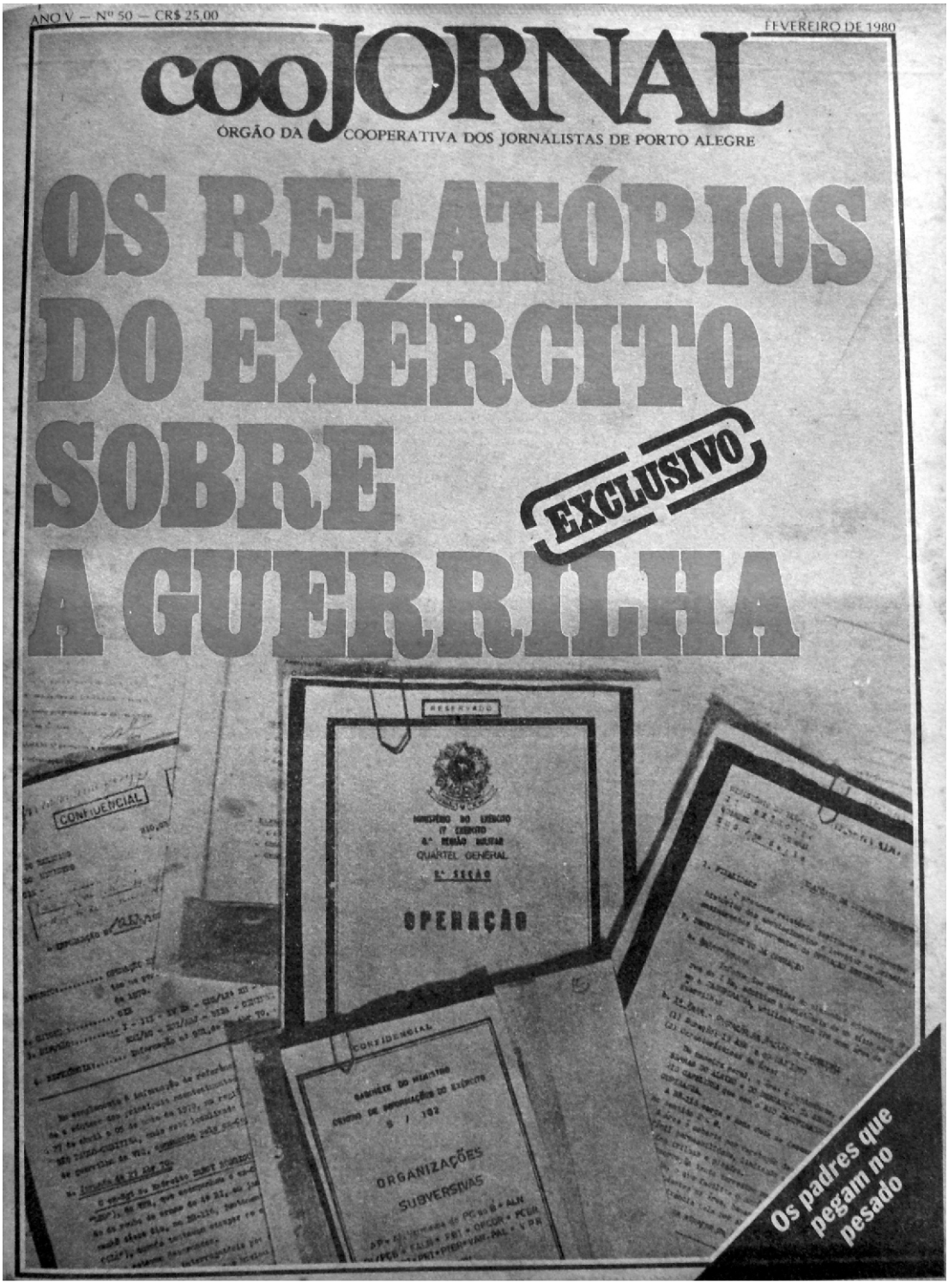
Ato pela anistia em Porto Alegre, 1978. Autor sem identificação/ Acervo Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br>.

JORNAL DO BRASIL

Geisel usa AI-5 contra MDB de

Ditadura cassa vereador Marcos Klassmann. *Jornal do Brasil* , Rio de Janeiro, 16 de fev. de 1977, p.1. Acervo pessoal de Maria Izabel Klassmann.

Glênio Peres, vereador cassado pela ditadura, com o filho Lorenzo. 1985. Acervo pessoal de Lícia Peres.



Coojornal, Porto Alegre, fev. 1980, p. 1.

Nº 65 — CR$ 100,00 — JULHO DE 1981

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Uma inversão resolveria

O Brasil se debate contra os fatos e as evidências. O IPM do I Exército desperdiçou 60 dias e 29 depoimentos para montar um inquérito de 700 páginas preocupado, fundamentalmente, em inocentar os dois militares do Puma e desmentir as evidências da imprensa sobre o atentado do Riocentro. Na sexta-feira, dia 3, em Porto Alegre, a 1ª Auditoria da Justiça Militar gastou onze horas e meia para condenar quatro repórteres do mensário **Coojornal**, *com base no Código Penal Militar, pela publicação de documentos do Exército sobre a luta contra as guerrilhas, entre elas a do ex-capitão Carlos Lamarca, nos anos de 1968 a 1974.*

Os jornalistas foram condenados a 5 meses de detenção e dois deles — Osmar Trindade e Rafael Guimarães — foram levados diretamente da auditoria para o presídio, sob a alegação de que tinham maus antecedentes: ambos respondem a processos por crimes de imprensa ainda nem julgados. Trindade e Guimarães, agora, são os únicos jornalistas encarcerados do País. O desfecho desastroso dos casos do Riocentro e do **Coojornal** *não parece ser uma simples coincidência: na mesma semana em que a imprensa desmontou com informação lógica a versão sinuosa sobre as bombas do Riocentro, o mensário da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre foi punido pelo crime de publicar a verdade, contida em documentos militares que dizem respeito à história do Brasil de dez anos atrás.*

Criticado pela imprensa no Rio, o Exército condenou a imprensa em Porto Alegre. Num momento delicado em que o IPM ajuda a minar a credibilidade do Exército e do próprio Governo, a sentença da Justiça Militar gaúcha soa como uma retaliação imediata sobre toda a imprensa brasileira e uma afronta direta à liberdade de expressão. A absolvição do Riocentro surpreendeu e a condenação de Porto Alegre assustou os jornalistas e a consciência nacional. Uma inversão teria livrado o Brasil deste duplo equívoco: bastava trocar o coronel do IPM pelo juiz de Porto Alegre.

Luís Cláudio Cunha

A CONDENAÇÃO DA IMPRENSA

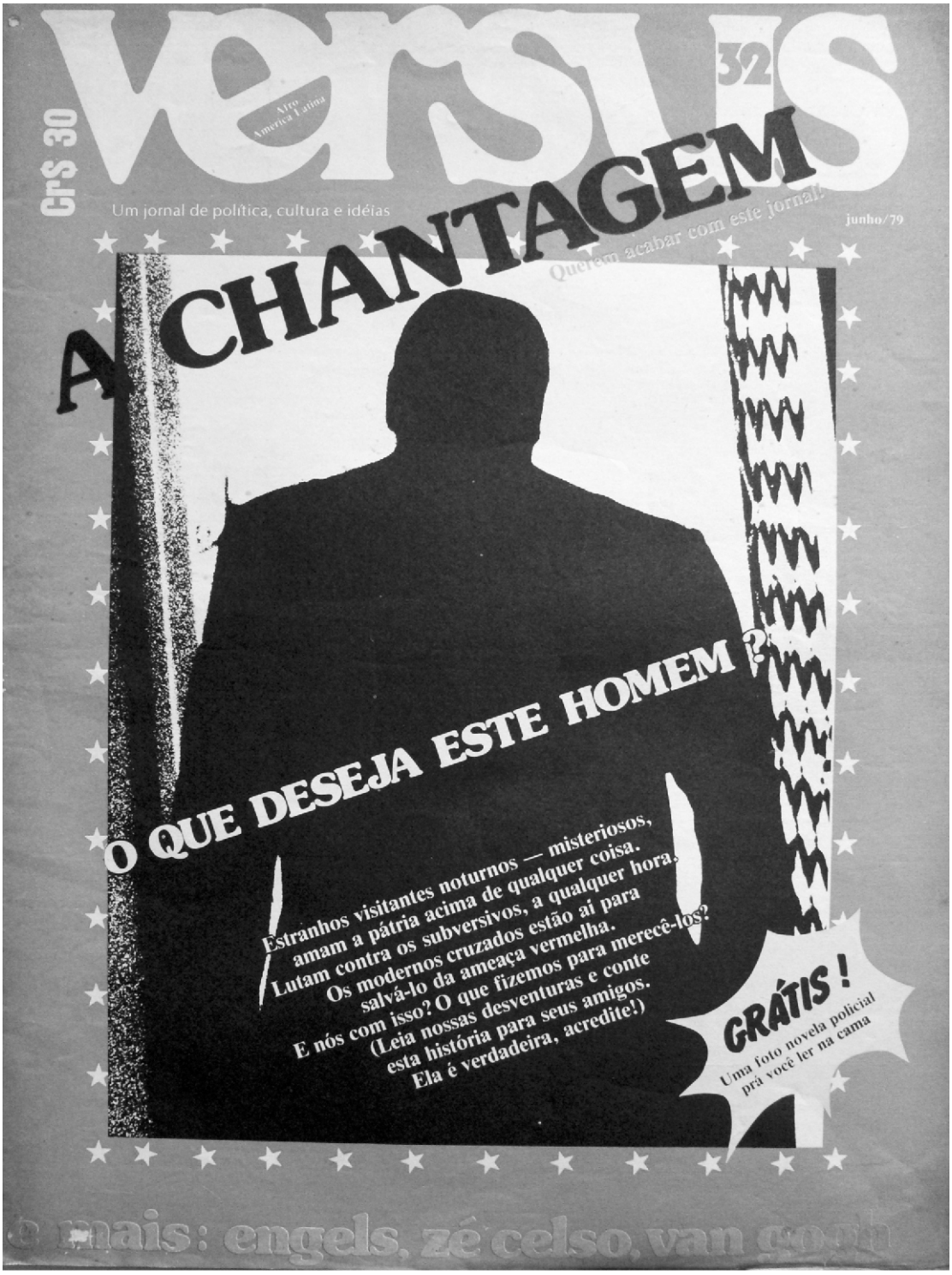
Jornalistas vão para a cadeia por publicarem documentos sobre fatos passados há dez anos

Coojornal, Porto Alegre, jul. 1981, p. 1.

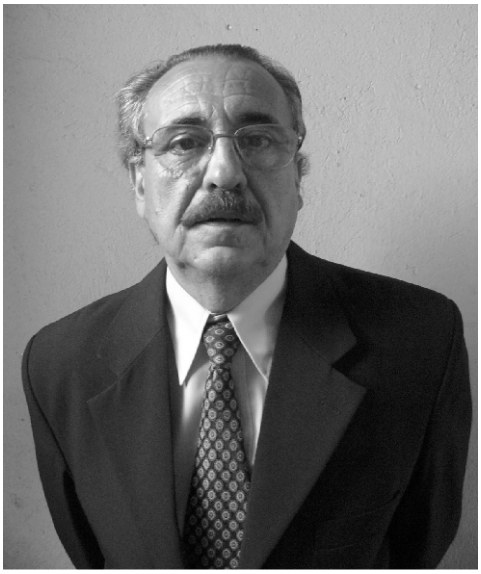
Jornalistas do *Coojornal*, Rafael Guimaraens, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig e Elmar Bones, presos em julho de 1981, "aguardando" no Madre Pelletier. Foto: Daniel Andrade. Acervo pessoal de Rafael Guimaraens.

Queima dos arquivos do DOPS/RS. *Coojornal,* Porto Alegre, jun. 1982, p. 19. Foto: Luiz Eduardo Achutti.

A abertura fica em recuperação e nós é que levamos pau.
O Pasquim, Rio de Janeiro, 5 a 11 dez. 1980, p. 1.



Denúncias de atentados da extrema-direita.
Versus, São Paulo, jun. 1979, p. 1.



Ex-deputado federal e ex-vice-governador do Estado, o advogado João Gilberto Lucas Coelho. Acervo pessoal.

Homenagem prestada, em 26 de maio de 2009, aos 30 anos de reconstrução da UNE. Acervo pessoal de Adão Villaverde.

Grande Expediente Especial do deputado Adão Villaverde. Reconhecimento às trajetórias de luta de Flávio Tavares, Flávia Schilling e Flavio Koutzii, em 25 de março de 2008. Acervo pessoal de Adão Villaverde.

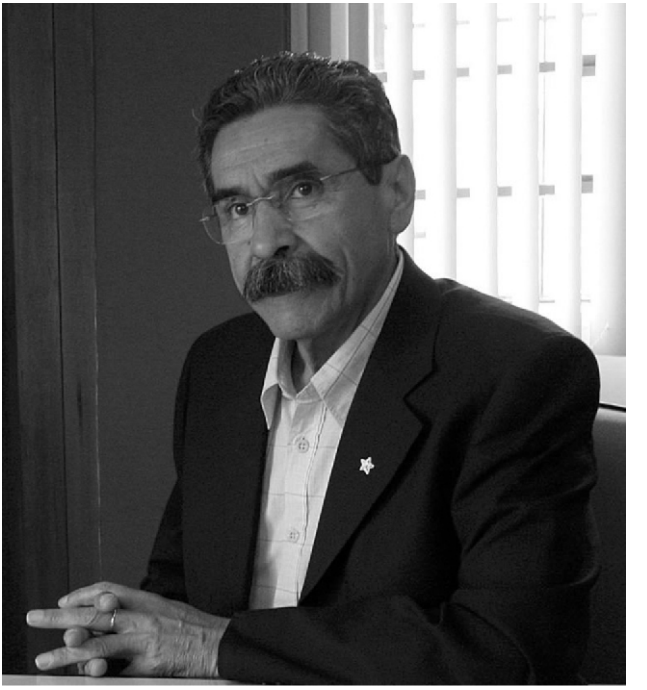
Chapa Mutirão para a UNE. Acervo pessoal de Adão Villaverde.

Mobilização pela reabertura do Teatro de Arena, 1980. Centro de Documentação e Pesquisa Sônia Duro/ Teatro de Arena.

Paulo Flores "desafinando". 1978.
Acervo pessoal.

Paulo Flores atuando na peça *O Amargo Santo da Purificação*, sobre a vida do guerrilheiro Carlos Marighella. Acervo pessoal.

Olívio Dutra no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.
1979. Acervo pessoal.



O ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. Acervo pessoal.

Comício pelas Diretas Já em Porto Alegre, abril de 1984. Disponível em: <http://palavrastodaspalavras.files.wordpress.com/2009/09/comicio-pelas-diretas-ja-em-porto-alegre2.jpg>.

Passeata pelas Diretas Já em Porto Alegre, abril de 1984. Acervo de imagens da Zero Hora. Disponível em: <http://www.zerohora.clickrbs.com.br>.

Caminhada pelas Diretas Já. Da esquerda para direita: Raul Pont, Adão Pretto, José Fortunati, Carlos Araújo, Eden Pedroso, Porfírio Peixoto entre outros. Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Comício pelas Diretas Já em Porto Alegre, em 13 de abril de 1984. Foto: Luís Ávila/ Agência RBS.

Movimento estudantil –luta pela anistia, 1977. Banco de Dados do Museu da UFRGS.

Manifestações de populares pelas Diretas Já.
Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Cachaça Diretas – derruba general. Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Manifestações de populares pelas Diretas Já.
Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Preparação Comício das Diretas Já em Porto Alegre – 1984. Entre outros, da esquerda para direita: João Motta, José Fortunati, Firmo Trindade e Selvino Heck. Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Manifestações de populares pelas Diretas Já. Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Manifestação pelas Diretas Já – Plenário da Assembleia Legislativa/RS.
Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Manifestações pelas Diretas Já.
Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Manifestações de populares pelas Diretas Já em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Coletiva de imprensa de Ulisses Guimarães e Tancredo Neves no Plenarinho da Assembleia Legislativa durante a campanha das Diretas. Juntos, Pedro Simon, Cristóvão Buarque, José Fogaça, Martinho da Vila, Ruth Escobar. Porto Alegre, 13 jan. 1984. Acervo da Assembleia Legislativa/RS.

Os familiares de "desaparecidos" receberam de Monteiro Alves as fichas e denunciaram que a Polícia Federal mexeu bastante no arquivo. *IstoÉ,* São Paulo, 25 mar. 1992, p. 27.

DEPOIMENTO SOBRE O TORTUOSO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA

*João Gilberto Lucas Coelho**

Convidado pela Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para participar com um texto no Projeto *Golpe Militar de 64 – A noite que durou 21 anos*, decido contribuir com reflexões e memórias pelo fato de ter vivido o período na condição de resistente e oposicionista ao regime e de deputado federal eleito em três mandatos pelo MDB/PMDB (eleições de 1974, 1978 e 1982). Assim, o artigo é escrito, por vezes, na primeira pessoa, quando narra alguns episódios vividos. Ressalvo estar entre os que acreditam que "memórias" particulares sempre são "versões". Ou seja, reproduzem apenas as impressões, sensações e raciocínios que os fatos geraram para nós, podendo haver outras versões para os mesmos acontecimentos.

Os albores da Abertura

O Brasil chega ao ano de 1974 com sinais de que algo poderia começar a mudar no fechado regime autoritário que se instalara pelo

* Advogado. Ex-deputado federal (1975-1987). Ex-vice-governador do Rio Grande do Sul (1991-1994).

movimento de março de 1964. O mundo enfrentava uma crise do petróleo com graves reflexos por aqui, esgotando o ufanismo do chamado "milagre brasileiro". Na Europa e nos Estados Unidos abundavam as críticas às ditaduras latino-americanas e ao desrespeito aos direitos humanos. Internamente, a resistência ou a dissidência em relação aos governos militares aumentava e chegava a alguns setores significativos da opinião pública ou da sociedade. Confluem para ele a prévia geração de movimentos sociais e políticos contrários ao regime, a posição de grandes organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa e de parte significativa da Igreja e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o novo sindicalismo a partir do ABC paulista, o reacender do movimento estudantil e muitas outras circunstâncias e iniciativas.

Em 15 de março de 1974 assume a presidência da República o general Ernesto Geisel, considerado um quadro qualificado das Forças Armadas, afinado a um projeto nacional "esguiano"[1] com temperamento forte e convicções vigorosas. Acenou, no discurso de posse, com uma abertura política "lenta, gradual e segura". Seu governo foi demarcado por medidas de distensão, mas com recrudescimentos conhecidos tanto na área da repressão policial – o ataque a uma reunião do Partido Comunista do Brasil em São Paulo com prisões e mortes, por exemplo – como de endurecimento político através de recesso imposto ao Congresso Nacional, cassações de mandatos parlamentares e a edição do Pacote de Abril de 1977.

É ainda o ano de 1974 que dá início ao rompimento cabal da sociedade civil brasileira com o regime militar. Nesse ano aconteceram

[1] ESG – Escola Superior de Guerra, criada em 1949, órgão fundamental na formulação do pensamento militar no Brasil e, em determinadas fases, de um projeto nacional, centro de altos estudos militares e estratégicos com cursos específicos para as Forças Armadas e outros abertos a civis. Seu primeiro dirigente foi Cordeiro de Farias.

eleições gerais para senadores (um terço do Senado Federal), deputados federais e deputados estaduais. A oposição legal – o Movimento Democrático Brasileiro, MDB –, antes contestado por boa parte dos exilados ou dos grupos de resistência na clandestinidade e com desempenhos eleitorais pouco significativos, torna-se veículo de manifestação antirregime. Essa reação do MDB inicia-se ainda em 1973 com a apresentação da anticandidatura de Ulysses Guimarães a presidente da República no pleito indireto marcado para 15 de janeiro do ano seguinte. Ulysses percorreu o Brasil fazendo uma campanha de ruas e praças para o pleito que era limitado ao Colégio Eleitoral, formado pelo Congresso Nacional e por delegados das Assembleias Legislativas, conforme previa a Constituição então vigente e a Lei Complementar n° 15, de 1973.[2]

As eleições de 15 de novembro de 1974 para deputados federais, deputados estaduais e um terço do Senado Federal revelaram uma virada eleitoral. A participação do eleitorado foi intensa e os resultados deram ao MDB 16 das 22 cadeiras em disputa no Senado, mais de quarenta por cento dos votos na Câmara dos Deputados e a vitória para a Assembleia Legislativa em seis estados, inclusive no Rio Grande do Sul, onde foram eleitos pelo MDB o senador Paulo Brossard de Souza Pinto, 19 dos 32 deputados federais e 33 dos 56 deputados estaduais. A ARENA continuava majoritária em ambas as Casas do Congresso Nacional, mas perdia o poder de sozinha aprovar emendas à Constituição.

A campanha eleitoral de 1974 foi um fato interessante. Aplicou-se nela legislação anterior que dava acesso gratuito dos partidos e candidatos ao rádio e à televisão. Os programas eram ao vivo,

[2] No Colégio Eleitoral, a chapa dos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, pela ARENA, recebeu 400 votos e a chapa Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, pelo MDB, 76 votos.

absolutamente gratuitos. O partido expunha durante um período longo (trinta minutos) suas ideias no estúdio da emissora de rádio ou de televisão, sem qualquer produção ou custo. Cada emissora local de televisão fazia seus programas eleitorais, beneficiando as candidaturas regionais. A oposição valeu-se muito desse recurso, que permitiu a eleição, através de campanha modesta, de algumas lideranças emergentes, oriundas do movimento estudantil ou sindical e de organizações outras da sociedade.[3] O regime logo reagiria com a chamada Lei Falcão,[4] que substituiu a exposição de ideias ao vivo pela exclusiva apresentação de fotos e currículos dos candidatos e que somente seria derrogada na década de 80, em fase mais adiantada da abertura política.

O resultado eleitoral pegou de surpresa o próprio MDB, que tivera enormes dificuldades na maioria dos estados para conseguir candidaturas ao Senado e completar as listas de candidatos proporcionais. Foram vitoriosas candidaturas surpreendentes em prejuízo de algumas consolidadas lideranças arenistas. No Paraná, por exemplo, o MDB elegeu quase toda a lista de candidatos a deputado federal, tendo o último eleito obtido apenas 2.673 votos, beneficiado pelo volume total de sufrágios do seu partido.

Logo após a eleição fui ao Uruguai visitar o ex-governador Leonel Brizola, acompanhado por Cezar Schirmer, então eleito para seu primeiro mandato de deputado estadual, Vinicius Pitágoras Gomes, advogado e dirigente do MDB em Santa Maria, e Benjamin D'Ávila Prado, oficial da reserva da Brigada Militar, amigo e ex-assessor do líder exilado. Almoçamos em sua fazenda no interior do Uruguai e, entre

---

[3] Vereador em Santa Maria (o mandato de vereador à época era sem remuneração), eleito em 1972, no pleito de 1974 obtive cadeira na Câmara dos Deputados, utilizando principalmente o rádio e a televisão regional então sediada naquele município.

[4] Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976.

outros temas, ouvimos um recado de Brizola para Ulysses Guimarães: o dirigente nacional do MDB, com os resultados das eleições, deveria ir ao presidente general Ernesto Geisel, pública e altaneiramente, discutir uma abertura democrática para o país. Pessoalmente, não concordava com essa estratégia. Era contrário a negociações entre a oposição e o governo militar. Mesmo assim, quando tomei posse na Câmara dos Deputados, transmiti o recado, mas também o deputado Ulysses Guimarães considerou não existirem condições objetivas para esse tipo de iniciativa.

Nas bancadas do MDB existiam dois grupos identificados pela imprensa da época: a maioria moderada e uma minoria mais ousada e inquieta, o Grupo Autêntico. Entre os autênticos estavam, dentre diversos outros, Marcos Freire, Fernando Lyra, Alencar Furtado, Francisco Pinto (Chico Pinto), Lysâneas Maciel, Amaury Muller, Nadir Rossetti, Getúlio Dias. Ao vir o general Pinochet para a posse de Geisel na presidência, Francisco Pinto pronunciou veemente discurso contra o ditador chileno, considerado ofensivo e pelo qual resultou o deputado condenado à prisão com base na Lei de Segurança Nacional. Ao assumirmos nossas cadeiras de deputados, uma das primeiras iniciativas foi visitá-lo na prisão em unidade militar.

Um grupo de pouco mais de uma dúzia de deputados de primeiro mandato logo se sentiu com necessidade de espaço no Grupo Autêntico e daí surgiu um subgrupo: os neo-autênticos. Reuníamo-nos com assiduidade, tínhamos coordenação e tentávamos criar fatos políticos de resistência ao regime. Passamos a usar um espaço das sessões – o do Pequeno Expediente ou Pinga Fogo – para fazer uma série de pronunciamentos sobre um mesmo tema, o que geralmente redundava em alguma repercussão na imprensa, que naquele tempo tinha o hábito

de cobrir as sessões legislativas. Era impossível desconhecer um tema alvo de dez ou doze discursos parlamentares no mesmo dia. Esse grupo passou a ser visto como o mais radical. Para alguns era a "extrema-esquerda" do MDB... Hoje, olhando a biografia posterior de alguns de seus membros, pode-se aferir que se tratava de uma questão de combatividade e não de posição ideológica. Autênticos e neoautênticos eram os mais combativos, não necessariamente os mais de esquerda numa concepção ideológica. Mesmo assim, mantínhamos relações com os grupos e setores atuando na clandestinidade e que mais tarde iriam dar origens a correntes partidárias no Brasil redemocratizado. Colaborávamos e articulávamos com iniciativas fora do Congresso como publicações (o jornal *Movimento*, por exemplo), mobilizações e outras atividades de resistência.

O governo Geisel enfrentou dificuldades com setores descontentes das Forças Armadas ou a chamada Linha Dura. Teve problemas internos quando decidiu reatar relações diplomáticas com a República Popular da China e com Angola. Aconteceram episódios muito graves, como a morte por enforcamento do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho em prisão militar de São Paulo, tendo o presidente substituído o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila. Essas divergências com setores militares mais duros culminaram com a tensa demissão do ministro do Exército, general Sylvio Frota, no dia 12 de outubro de 1977, quando já estavam em curso as tratativas nas Forças Armadas para a sucessão presidencial.

Na linha da abertura lenta, gradual e segura, o general presidente contava com o gênio do general Golbery do Couto e Silva – tanto para os passos de avanço como nas estratégias para garantir o controle institucional –, alguns importantes governadores, como Paulo Egídio

Martins em São Paulo, Aureliano Chaves em Minas Gerais e Sinval Guazzelli no Rio Grande do Sul. A principal figura civil talvez tenha sido Petrônio Portella, senador que exerceu a presidência da Casa.

Golbery e Petrônio foram os principais negociadores com setores da sociedade civil e da oposição. A imprensa batizou de "Missão Petrônio Portella" uma tentativa de acordo sobre passos de abertura.

Houve ainda uma atuação mais discreta, em determinado momento, do marechal Cordeiro de Farias. E dessa tenho um testemunho, não muito conhecido. O velho e hábil marechal, com histórico de intensa participação em momentos políticos delicados, recebeu a incumbência ou autorização de negociar com a oposição. Talvez tenha raciocinado, como bom estrategista, que tinha de começar por neutralizar os segmentos mais radicais do MDB antes de procurar a direção moderada. Num determinado momento, o grupo neoautêntico recebeu sondagem de pessoas ligadas ao clandestino Partido Comunista Brasileiro, o histórico *Partidão*, sobre a possibilidade de uma conversa com Cordeiro de Farias devido a interesse manifestado por este. Discutimos muito e terminamos optando por uma estratégia de implodir a missão do marechal. É óbvio que um encontro dele conosco causaria forte reação no Partido e a maioria se sentiria marginalizada e atacaria. Por isso, aceitamos, e a reunião foi marcada na residência de um dos parlamentares integrantes do Grupo. Quando o marechal chegou, encontrou a imprensa à sua espera na porta do prédio... Tínhamos vazado o encontro reservado! Já constrangido pela inesperada recepção, fez, na reunião, uma exposição a respeito das intenções do governo e recebeu a nossa manifestação discordante de aceitar negociação. Os jornais noticiaram o encontro, houve reação geral, Ulysses Guimarães desautorizou qualquer entendimento com o governo e o marechal recolheu-se. Nós, os inquietos

neoautênticos, conseguíramos colocar uma pá de cal na missão... Anos mais tarde, tive oportunidade de fazer uma autocrítica num encontro com lideranças do antigo PCB: talvez tenhamos atrasado o processo brasileiro com aquela astuta manobra, mas na época apostávamos que o regime haveria de cair, ser substituído e não aceitávamos a ideia de uma transição com alguma negociação, como terminou acontecendo algum tempo depois.

Geisel não abriu mão do uso do Ato Institucional n° 5 e, com os poderes revolucionários e discricionários deste, cassou alguns mandatos parlamentares. Entre outros, os deputados Marcelo Gatto e Marcos Tito perderam o mandato por suposta ligação ao PCB, os gaúchos Nadyr Rosseti e Amauri Muller por discursos no interior em comícios para as eleições municipais de 1976 e Lysâneas Maciel, uma das principais lideranças dos autênticos, por pronunciamento de crítica à cassação de seus colegas, tendo imediatamente partido para o exílio.[5]

O momento mais duro aconteceu em 1977. O presidente queria promover uma reforma do Judiciário que só poderia acontecer por emenda à Constituição, ou seja, necessitava de votos nas bancadas do MDB. A costura foi intentada por Petrônio Portella e encontrou eco em algumas figuras importantes da oposição, dentre elas o senador Tancredo Neves. Em histórica reunião dos senadores e deputados do MDB aconteceram, entre outras, duas extraordinárias manifestações de argumentação: Tancredo a favor de apoiar a reforma e Paulo Brossard contra. Por expressiva maioria, o partido fechou questão pela rejeição. Derrubada a Proposta de Emenda à Constituição, a reação do general Ernesto Geisel foi de suspender temporariamente as atividades do Congresso Nacional.

[5] Também foram cassados no governo Geisel os mandatos dos vereadores de Porto Alegre Glênio Peres e Marcos Klassmann.

Legislando com os poderes discricionários, editou alterações constitucionais e legais. Outorgou as Emendas à Constituição n° 7 – a referida reforma do Judiciário – e n° 8, esta com alterações institucionais e eleitorais significativas, além de vários decretos-leis. Nesse "pacote" constavam: manutenção das eleições indiretas para governador, com ampliação do colégio eleitoral, incluindo delegados dos municípios; instituição de sublegendas na eleição direta de senadores; um terço do Senado Federal passou a ser eleito através de colégio eleitoral indireto (os chamados "senadores biônicos"); ampliação das bancadas dos estados menos populosos na Câmara dos Deputados; alteração do quórum necessário para aprovação de emendas à Constituição, o qual foi reduzido de dois terços para a maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional;[6] ampliação da duração do mandato presidencial de cinco para seis anos; coincidência das eleições de prefeitos e vereadores com a dos senadores e deputados, a partir de 1982, para isso criando um mandato de dois anos para os prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1980.[7]

A cada retrocesso ou ato autoritário, a oposição ficava discutindo como reagir, com os nervos à flor da pele e sem meios de enfrentamento, querendo ultrapassar a tradicional nota de protesto.[8]

---

[6] Essa mudança de quórum para emendas constitucionais propiciaria a aprovação do divórcio através da EC nº 9 de 1977, iniciativa do senador Nelson Carneiro, do MDB.

[7] "Eu também estava preocupado em permitir que o meu sucessor pudesse governar em melhores condições. Uma dessas condições estava ligada à eleição dos governadores em 1978. Eu vinha matutando como isso podia ser feito. Em vez de voltar ao voto direto, eu achava mais conveniente manter o voto em dois níveis. A única maneira de fazer isso era realmente através de um ato de força. Creio que o problema da reforma do Judiciário me incentivou a fazê-lo de uma vez e então juntei as duas matérias. Para realizar a reforma e atender ao problema de viabilizar o novo governo, resolvi colocar o Congresso em recesso e baixar um novo ato que a oposição chamou de pacote de abril". Depoimento do general Ernesto Geisel citado no livro D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 393.

[8] Há uma passagem seguidamente lembrada no anedotário político sobre o dia seguinte a mais uma das cassações de mandato e suspensões dos direitos políticos. A cúpula do MDB aprovou uma veemente nota de autoria principalmente de Tancredo Neves. Os autênticos, em reunião separada, resistiam e debatiam alguma outra atitude mais severa. Pensaram alternativas, mas não encontraram. Uma proposta de "greve parlamentar" foi considerada inócua. Lá pela madrugada, aceitaram discutir a nota proposta pela direção e encaminhada através de Pedro Simon, presidente do MDB/RS, que tinha trânsito nos dois grupos. Após mais uma longa discussão, a nota foi aceita com a condição de que fosse dela retirada uma frase. Lá se foi Simon acordar Tancredo Neves e tentar obter a

Foi no ímpeto de gerar um fato novo que sugeri, por escrito, a Ulysses Guimarães aproveitar uma norma que não havia sido ainda utilizada, mas estava vigente e até fora reafirmada na chamada Lei Falcão (Lei 6.339, de 1976): o direito de antena aos partidos políticos fora do período eleitoral, ou seja, um espaço gratuito de rádio e televisão para um partido político apresentar programa, ideias ou as manifestações de um congresso partidário. Lembro que o presidente Ulysses solicitou um estudo ao deputado Lidovino Fanton, do Rio Grande do Sul, conhecido pelo talento jurídico. Com base nele, o MDB requereu ao Tribunal Superior Eleitoral a formação de rede nacional de rádio e televisão para pregação partidária. O TSE deferiu o inovador pedido marcando a data da cadeia de rádio e televisão para o final de maio de 1977. No histórico programa falaram Ulysses Guimarães, presidente do MDB, Franco Montoro, líder no Senado, Alencar Furtado, líder na Câmara, e Alceu Collares, presidente do Instituto Pedroso Horta. Alencar era integrante dos autênticos, brilhante e veemente. Seu discurso foi marcante, duro e emotivo. Numa referência a desaparecidos políticos, falou de "viúvas e órfãos do talvez e do quem sabe". A reação de Geisel foi imediata. Três dias depois, cassava o mandato do líder do MDB Alencar Furtado e determinava que fosse proposta ação penal perante o Supremo Tribunal Federal contra Ulysses Guimarães, o qual terminou absolvido.

Uma das principais consequências do Pacote de Abril e da cassação do líder do MDB, na oposição, foi a sua unificação na luta pela Constituinte como único caminho para uma verdadeira redemocratização do Brasil. O MDB deliberou ser essa a bandeira prioritária ao lado da anistia.

---

concordância que evitaria crise interna. O senador Tancredo ouviu e teria dito mais ou menos assim: "Ora, Simon. Não precisava me acordar por isso. Retirar pode. Acrescentar, não". Ou seja, na sabedoria moderadora do político mineiro, o que os autênticos podiam fazer para causar crise militar seria acrescentar alguma coisa, a retirada de uma expressão não iria provocar nenhum novo impasse com o regime...

Nesse tumultuado primeiro semestre de 1977, houve outro episódio do qual guardo recordação. Marcamos um debate sobre Constituinte com o Diretório Central de Estudantes da Universidade de Brasília. Quando lá chegamos, os alunos haviam deliberado uma greve, a primeira em muitos anos de silêncio. Éramos três deputados do MDB autêntico: Airton Soares, Santilli Sobrinho e eu. Terminei falando num megafone no pátio do campus para uma assembleia estudantil. As fotos foram estampadas nos jornais e nossos nomes frequentaram durante dias as listas da imprensa sobre prováveis novas cassações. Por algum motivo guardado nas entranhas do regime, nada aconteceu a respeito.

Nesse cenário tenso, um grupo de deputados neoautênticos decidiu viajar à Europa no recesso de julho de 1977. Uma viagem a turismo, com familiares, na qual seriam embutidos encontros com a Internacional Socialista e com exilados brasileiros. O deputado paulista Airton Soares foi o principal responsável pela agenda política da viagem. Foi possível reunir-se com dirigentes da Internacional Socialista em Londres, com deputados trabalhistas ingleses, com o primeiro-ministro Mário Soares em Portugal e com outros dirigentes socialistas na França, Itália e Espanha. Havia certa desconfiança dos social-democratas europeus para com a oposição legal no Brasil e até mesmo com o "novo sindicalismo" que surgira no país: quem realmente era contra o regime militar deveria estar exilado ou preso. Mais tarde a social-democracia europeia apostaria seu apoio político em Leonel Brizola quando este deixou o Uruguai, e até hoje o Partido Democrático Trabalhista, por ele fundado, é membro atuante da Internacional. Além de visitar o novo exilado Lysâneas Maciel em Genebra, mantivemos múltiplas reuniões com outros. Dos mais antigos percebemos discreto otimismo, um "arrumar as malas para o retorno", o que nos chocava porque a impressão

interna que tínhamos, após o Pacote de Abril e a cassação de Alencar Furtado, era de recrudescimento do regime. Eles, alimentados pelas informações dos diplomatas estrangeiros, estavam mais confiantes na abertura. O mais emocionante encontro foi viabilizado às pressas em Paris, e terminou que apenas dois de nós, Odacir Klein e eu, pudemos comparecer com Miguel Arraes. Ouvimos, surpresos, que éramos as primeiras pessoas com mandato eletivo no Brasil a ir ao seu encontro.[9] Trouxemos um recado que viabilizaria mais adiante o encontro de Arraes com a liderança do MDB autêntico de Pernambuco, o deputado Jarbas Vasconcellos, embora após a Abertura os dois tenham adotado caminhos diferentes.

O derradeiro passo do governo Geisel de abertura lenta, gradual e segura foi a Emenda Constitucional n° 11, de 13 de outubro de 1978, votada pelo Congresso Nacional. A emenda que revogou os Atos Institucionais e Complementares, baniu as penas de morte e de prisão perpétua que haviam sido impostas pelo regime militar, criou as figuras das Medidas de Emergência e do Estado de Emergência ao lado do tradicional Estado de Sítio, recuperou parcialmente as prerrogativas parlamentares, manteve a aprovação por decurso de prazo dos decretos-leis não votados pelo Congresso Nacional em tempo hábil, afirmou a fidelidade partidária e fez alterações nas exigências para a criação e funcionamento de partidos políticos a fim de que o bipartidarismo imposto pudesse vir a ser substituído por um pluripartidarismo composto por quatro a seis partidos.[10]

---

[9] Miguel Arraes, após retornar ao Brasil com a anistia, teve o gesto de ir a um evento em Santa Maria e referir publicamente esta história.

[10] Passou a ser exigido que um partido tivesse na sua fundação o mínimo de dez por cento dos deputados federais e dos senadores e apoio expresso em votos de cinco por cento do eleitorado da última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em nove estados com o mínimo de três por cento em cada um deles.

Enfim, a luz e a esperança: a Anistia!

Em 1978 o calendário fazia coincidir a eleição indireta para presidente da República e governadores de estados com as eleições diretas para um terço do Senado e a totalidade da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas. Houve ainda a eleição indireta para o terço de senadores, novidade do Pacote de Abril. A ARENA mantinha maioria nos diversos colégios eleitorais: presidente, governadores e senadores "biônicos".

Geisel coordenou a indicação de seu ex-chefe do Serviço Nacional de Informações, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, para a Presidência, colocando a seu lado um civil de posição muito favorável à Abertura, Aureliano Chaves, que encerrava o mandato de governador em Minas Gerais. O regime militar fez alternância de correntes internas na chefia da Nação, e Figueiredo era um perfil bem diferente do antecessor: militar da Arma de Cavalaria, carioca com longa passagem por guarnições no Rio Grande do Sul, era mais extrovertido e emocional, tinha antigo vínculo ao grupo de Médici.

O MDB resolveu apostar em cisão do bloco militar ou buscar alianças nesse meio e surpreendeu com uma candidatura militar alternativa: o general Euler Bentes Monteiro, tendo como vice o senador Paulo Brossard de Souza Pinto. O general Euler era muito culto e respeitado, nacionalista com vínculos ao grupo de Albuquerque Lima. A campanha popular prévia foi menos intensa do que na anticandidatura de Ulysses. As reuniões entre políticos e militares em torno da

candidatura Euler Bentes dariam uma crônica histórica riquíssima pelos desconfortos, apesar da lucidez, preparo e afabilidade do general candidato.[11] Deu a lógica no Colégio Eleitoral: a ARENA votou em Figueiredo, 365 votos. O MDB votou em Euler, 266 votos.

Nas eleições parlamentares de 15 de novembro, o MDB elegeu ainda a minoria dos deputados federais, com forte influência das regras de representação impostas pelo Pacote de Abril. Para o terço do Senado eleito diretamente, o MDB fez quatro milhões de votos a mais do que a ARENA, mas elegeu oito senadores e a ARENA, quatorze. O MDB venceu as eleições legislativas em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O general Figueiredo assumiu para um mandato de seis anos, conforme fixado pela EC nº 8 integrante do Pacote de Abril, no dia 15 de março de 1979. No discurso de posse manifestou compromisso com a abertura.[12] O seu estilo impetuoso o levaria, noutra oportunidade, a dizer que prenderia ou arrebentaria quem se opusesse à abertura, o que integra o folclore político.

A seu lado permaneceu, no início, o general Golbery do Couto e Silva. Quando se afastou da Casa Civil foi substituído pelo jurista João Leitão de Abreu. Esse governo deu passos significativos na abertura, no entanto, com a maioria governista no Congresso, fez reformas casuísticas

---

[11] Estive em algumas delas. Vez por outra ficava chocado com a presença de alguns oficiais que, por conhecê-los do Rio Grande do Sul, sabia terem sido rigorosos na repressão. Os militares confiavam que a bancada arenista nordestina racharia em favor de Euler, o que sabíamos não iria acontecer. Numa dessas reuniões, no Rio de Janeiro, já sepultadas as expectativas de vitória no Colégio Eleitoral, ouvimos com desconforto um coronel propor o assalto ao Planalto por uma Brigada de Paraquedistas, o que foi rechaçado por nós e até pelos demais militares. Velha mania golpista...

[12] "Reafirmo: é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade". BRASIL. Presidência da República. Discursos Presidente João Figueiredo. Brasília: Presidência da República, 1979. v. 1. p. 5.

para assegurar vitórias eleitorais e enfrentou atos esporádicos da dissidência militar mais dura, inclusive os atentados no Riocentro e na OAB.[13]

Já no primeiro ano de governo, Figueiredo trata duas questões cruciais do projeto de abertura lenta, gradual e segura: a anistia e a nova legislação partidária dentro dos princípios propostos pela EC nº 11.

Durante os sucessivos governos do regime militar, além de terem acontecido torturas, desaparecimentos de presos políticos e algumas execuções sumárias em ações de repressão, milhares de cidadãos brasileiros foram atingidos por uma gama de punições em razão de suas convicções ou atividades políticas: cassações de mandatos eletivos, suspensão dos direitos políticos por dez anos, exílio, demissões e expurgos do serviço público, impossibilidade do exercício de determinadas profissões privadas, perda de emprego, interrupção de atividade sindical ou acadêmica e condenações penais com base na legislação de exceção.

A anistia era, pois, essencial para a redemocratização e bandeira que motivava os mais diversos segmentos da sociedade. Ainda em dezembro de 1964, no ano do Movimento Militar, o reconhecido escritor católico Tristão de Athayde fizera um apelo ao então presidente Castelo Branco em favor de um ato de anistia. Com o tempo, foram surgindo movimentos específicos, como o Movimento Feminino pela Anistia, Movimento Justiça e Direitos Humanos, Comitês pela Anistia,

---

[13] Na tarde do dia 27 de agosto de 1980, um explosivo foi enviado dentro de carta para a sede nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, então no Rio de Janeiro, matando a secretária Lyda Monteiro da Silva. O chamado atentado do Riocentro foi um frustrado ataque à bomba que seria perpetrado no Pavilhão Riocentro, onde se realizava evento comemorativo ao Dia do Trabalho na noite de 30 de abril de 1981. Uma das bombas explodiu ainda no carro onde estavam dois militares que seriam os autores da ação, um morreu e o outro ficou ferido. À época, foi intentado dar a versão de que teria sido um atentado esquerdista, o que ficou comprovado não ter procedência. Na ocasião, o general Golbery afastou-se do governo.

Movimento dos Artistas pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais, etc. A anistia estava presente nas manifestações das maiores organizações da sociedade civil, de intelectuais e de artistas. Quantas melodias de sucesso continham um verso, disfarçado ou não, sobre um exilado, um desaparecido! "E sonha com a volta do irmão do Henfil, com tanta gente que partiu no rabo de um foguete" escreveu João Bosco e cantou Elis Regina na genial "O Bêbado e a Equilibrista".[14]

Ao demarcar a luta por uma anistia "ampla, geral e irrestrita", setores oposicionistas ao regime e organizações sociais preocupavam-se com o problema dos que haviam pegado em armas pela resistência, praticado ações violentas ou sido punidos pela Lei de Segurança Nacional, cuja anistia encontraria maior resistência no meio militar. O governo falava sempre na possibilidade de uma anistia política limitada.[15]

No dia 27 de junho de 1979, o presidente João Baptista Figueiredo assinou e enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei da Anistia. Foi formada uma Comissão Mista (senadores e deputados) para dar parecer, presidida pelo senador Teotônio Vilela e tendo como relator o deputado Ernani Satyro.[16] Os presos políticos iniciaram uma greve de fome, e Teotônio coordenou uma ação de visita dele e de nós, membros da Comissão, aos presídios onde estavam. Também viajou por todo o país,

---

[14] O irmão de Henfil era Betinho – Herbert José de Souza –, dirigente da Ação Popular, então exilado e mais tarde dirigente do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas – e líder da campanha contra a fome.

[15] O MDB se antecipara em 1978 e solicitara a um grupo de juristas um projeto amplo de anistia na forma de Proposta de Emenda à Constituição. O Projeto teve um erro técnico tratando de atos praticados "a partir de 31 de março de 1964", dando oportunidade ao governo de dizer que a oposição não queria anistiar as antigas lideranças exiladas, como Jango, Brizola, Arraes, etc. O texto foi corrigido, mas a polêmica foi lembrada em outras oportunidades.

[16] Integraram a Comissão: pela ARENA, os senadores Aloysio Chaves, Dinarte Mariz, Bernardino Vieira, Helvídio Nunes, Henrique de La Roque, Moacyr Dalla e Murilo Badaró e os deputados Ernani Satyro, João Linhares, Ibrahim Abi-Ackel, Francisco Benjamin, Luiz Rocha e Leorne Belém; pelo MDB, os senadores Teotônio Vilela, Pedro Simon, Nelson Carneiro e Itamar Franco e os deputados Tarcísio Delgado, Benjamin Farah, Roberto Freire, Del Bosco Amaral e João Gilberto.

discutindo e motivando sobre a anistia. O projeto chegou com oito artigos, foi alvo de 305 emendas – a maioria rejeitada –, saiu do Congresso com 15 artigos e recebeu apenas um veto. As sessões na Comissão e no plenário foram tensas, com duros debates entre oposição e governo. O país fervilhava de mobilizações. As galerias lotadas e divididas, uma parte delas tinha o cabelo cortado tipo cadete e movimentava-se com bastante organização, gerando a desconfiança de que seriam militares à paisana. O projeto resultou aprovado em 22 de agosto e solenemente sancionado em 28 de agosto de 1979 como Lei nº 6.683. Um dispositivo excepcionava da anistia "os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal". Assuntos como reintegração de demitidos ainda deixavam lacunas. Institucionalmente a anistia viria a ser completada no Ato Convocatório da Constituinte (EC 26, de 1985) e no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 (art. 8º).

Na prática, a anistia aconteceu logo a seguir e muito além dos limites da Lei. Os exilados retornaram, os aeroportos lotaram em manifestações festivas para a sua chegada e vários deles, já em 1982, foram candidatos a diferentes cargos nas eleições. Os tribunais foram libertando todos os condenados por motivação política e fizeram vistas grossas à exceção prevista na Lei. O principal de uma lei de anistia foi rapidamente concretizado. Todavia algumas questões funcionais e indenizatórias se arrastam até hoje. O delicado problema dos desaparecidos políticos somente seria enfrentado em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, através da Lei 9.140, e ainda hoje se discute acesso a arquivos secretos ou o direito de familiares de saber como morreram e onde estão os corpos de alguns militantes.

Pluripartidarismo contido, eleições e casuísmos

Cumprida a agenda da anistia, ainda em 1979 foi enfrentada a questão partidária com a modificação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos para dar espaço a um pluripartidarismo contido, como previsto na EC nº 11 de 1978. Depois dos debates no Congresso Nacional, a Lei 6.767 foi promulgada em 20 de dezembro de 1979. Entre as novas regras, a extinção de ARENA e MDB e a obrigação de conter a palavra "Partido" na denominação das novas organizações para evitar que o Movimento Democrático Brasileiro se reorganizasse em novo partido com o mesmo nome.

Era um avanço superar o bipartidarismo forçado que obrigara a existência de apenas duas organizações em forma de grandes frentes. Por outro lado, atribui-se ao general Golbery uma jogada estratégica na iniciativa: levar a oposição a dividir-se e manter a base arenista unida. Organizaram-se os partidos: PDS – Partido Democrático Social –, oriundo da ARENA e dela recebendo o aporte da maioria das lideranças; PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro –, que preservaria uma parte principal do núcleo do MDB; PTB – Partido Trabalhista Brasileiro –, cuja sigla foi disputada pelos grupos de Leonel Brizola e Ivete Vargas,[17] ganhando esta no Tribunal Superior Eleitoral em 1980 e reunindo alguns antigos trabalhistas; PDT – Partido Democrático Trabalhista –, criado em

[17] Cândida Ivete Vargas Tatsch, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, com atuação política em São Paulo.

razão da decisão do TSE sobre a sigla PTB e que congregou corrente trabalhista significativa sob a liderança de Brizola;[18] PT – Partido dos Trabalhadores –, baseado no novo sindicalismo e movimentos sociais, agrupando várias tendências de esquerda e tendo lideranças como Luiz Inácio Lula da Silva; PP – Partido Popular –, centrista, reunindo parte dos mais moderados do antigo MDB e dissidências da ARENA.[19] Mais tarde, quando aprovadas alterações para as eleições de 1982 de forma a beneficiar o PDS, o PP desistiu de seu projeto e deliberou incorporar-se ao PMDB.

A reorganização partidária foi bastante viva, apesar dos limites impostos. PDS e PMDB organizaram-se rapidamente e trataram de criar fundações de estudos e pesquisas, seguindo o modelo dos grandes partidos alemães. O projeto do PDT foi trabalhado a partir do Congresso e Carta de Lisboa, em 17 de junho de 1979. O Partido dos Trabalhadores foi sendo construído e debatido em muitos eventos, um dos primeiros foi um encontro em São Bernardo do Sul que reuniu sindicalistas, intelectuais, ativistas de movimentos sociais e parlamentares com pensamento de esquerda. Estive presente a esse encontro. Participantes dele depois integraram o PMDB ou o PDT, mas a maioria confluiu para o PT. A fundação deu-se numa grande assembleia em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo.

---

[18] No complexo jogo de limites da Abertura Política, parece que o poder da época abria espaço para Brizola ter partido e concorrer, mas tratou de não deixar que fosse o PTB, ou seja, temia juntar o carisma do ex-governador com o apelo da sigla tão forte antes de 1964. Brizola viria a concorrer no Rio de Janeiro nas primeiras eleições diretas para governador, deixando de fazê-lo no Rio Grande do Sul. Pode ter sido uma decisão pessoal para consolidar o PDT, evitando o risco de virar um partido somente gaúcho, mas há analistas da época que especulam que o meio militar teria maiores dificuldades de aceitá-lo governando o Rio Grande do Sul pelas características históricas e políticas do estado e poderia ter sido uma condição negociada ou sinalizada.

[19] No xadrez das estratégias políticas, o PP foi uma jogada de Tancredo Neves para neutralizar o objetivo de Golbery de manter a base arenista unida e dividir a emedebista. A partir de um acordo mineiro com Magalhães Pinto, o PP incorporaria algumas importantes lideranças originárias da antiga ARENA. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Sinval Guazzelli. Era a tentativa de dividir também a base governista e servir no futuro de fator decisivo nos eventos políticos.

Outro passo significativo aconteceu em 19 de novembro de 1980, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 15, restabelecendo a eleição direta para governador de estado. Nessa Emenda também foi abolida a figura do "senador biônico", ou seja, a eleição indireta de um terço dos membros do Senado Federal que havia sido implantada no Pacote de Abril de 1977, retornando a eleição direta para os três senadores de cada Unidade Federada. Mais adiante, a Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982 melhorou questões de prerrogativas parlamentares e de processo legislativo, manteve o sistema proporcional para a eleição de parlamentares naquele ano (antes havia a previsão de implantação do voto distrital), dispôs um mandato de seis anos para prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1982, de forma a abolir a coincidência de mandatos antes implantada, e retomou o quórum de dois terços para aprovar emendas à Constituição que o Pacote de Abril havia reduzido para maioria absoluta.

É necessário não esquecer que a sociedade fervilhava em movimentos e iniciativas. Em 1979 aconteceu o Congresso de Salvador, que seria o marco de reestruturação da UNE – União Nacional dos Estudantes – e ao qual, junto com outros parlamentares e lideranças políticas, compareci na abertura para apoiar a iniciativa em tempos ainda não tão seguros. Em 21 e 23 de agosto de 1981, realiza-se a 1ª Conferência das Classes Trabalhadoras, em Praia Grande, São Paulo, passo importante para a criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores. De outra parte, vários tipos de organizações e movimentos surgiam, especialmente em prol das eleições diretas para presidente e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O governo, então já sem a possibilidade de Atos Institucionais, mas com maioria no Congresso Nacional, manobrou para construir uma

engenharia eleitoral que lhe assegurasse vantagens no pleito marcado para 1982. Esta seria uma eleição de governadores, um terço do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, prefeitos municipais e Câmaras de Vereadores. As coligações estavam vedadas. Por alteração legal, impuseram-se outras regras, como a obrigatoriedade de cada partido ter candidatos em todos os níveis e, principalmente, o voto vinculado, ou seja, o eleitor, sob pena de nulidade do voto, teria de sufragar candidatos de um mesmo partido para todos os cargos.[20] Ainda havia a proibição do voto na legenda do partido e continuava a Lei Falcão. A oposição sentiu-se mais uma vez golpeada, as críticas foram muitas na sociedade e os debates acirrados no Congresso durante a tramitação do projeto no final de 1981.

Como reação a tais alterações nas regras do jogo político-eleitoral, o Partido Popular decidiu incorporar-se ao PMDB. Em ambos os partidos, provocou polêmicas e resistências, mas terminou aprovada, na forma legal, pelas respectivas convenções. Uma vez aceita, resultou consolidada em convenção conjunta com alterações no estatuto e programa do PMDB e eleição de novos órgãos diretivos, em 14 de fevereiro de 1982. Este fato teve reflexos internos no maior partido da oposição, que retornava a um caráter mais frentista.

Nas eleições gerais de 1982, as oposições somadas fizeram mais votos do que o PDS. Todavia, o número de eleitos foi equilibrado pela divisão oposicionista. Assim o PDS elegeu 12 governadores, o PMDB, nove, e o PDT, um. O mesmo número de senadores para cada partido. Os deputados federais eleitos eram 235 do PDS, 200 do PMDB, 23 do PDT, 13 do PTB e oito do PT. O regime perdia, pela primeira vez, a maioria na

[20] Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982, com alterações em leis esparsas promulgadas no mesmo ano do pleito.

Câmara e dependeria de negociações. Dentre os governadores eleitos: Jair Soares (PDS – RS), Roberto Magalhães (PDS – PE), Leonel Brizola (PDT – RJ), Franco Montoro (PMDB – SP), Tancredo Neves (PMDB – MG), José Richa (PMDB – PR).

Diretas, Emenda Dante, Emenda Figueiredo e começa a Transição

No início dos anos 80, a inflação estava elevada no país e o descontentamento com o regime militar era reforçado pela situação econômica e social. O Brasil era um caldeirão repleto de movimentos e organizações por irromperem na cena política, como adiante o processo constituinte revelaria de forma surpreendente e ampla. Para a população, a possibilidade de eleger diretamente o presidente da República tornava-se o receptáculo principal das expectativas, esperanças e sonhos.

Em 1983, logo no início da legislatura, o deputado pelo PMDB de Mato Grosso Dante de Oliveira coletou as assinaturas necessárias – um terço dos senadores e um terço dos deputados – para apresentar Proposta de Emenda à Constituição restabelecendo as eleições diretas para presidente da República. Foi protocolada em 2 de março de 1983, tornando-se a PEC nº 5, e passou a tramitar. Ainda naquele ano, o senador Teotônio Vilela, meses antes de falecer vitimado pelo câncer, num programa de televisão de grande audiência, defendeu que o povo deveria ir às ruas reivindicar as eleições diretas. Aconteciam alguns atos menores por iniciativa de movimentos e partidos, especialmente PT, PDT e PMDB.

No início de 1984, a Campanha pelas Diretas toma corpo, formando-se uma união de forças, movimentos e personalidades que

possibilitaria grandiosas manifestações. Delas participaram as principais lideranças oposicionistas, inclusive os governadores do PMDB e PDT, que muito ajudaram a viabilizar mobilizações, os movimentos sociais, intelectuais, artistas, personalidades de todos os setores e líderes da sociedade civil.[21] Foram realizados comícios e passeatas por todo o Brasil, atingindo em São Paulo e no Rio de Janeiro mais de um milhão de pessoas em cada um dos dois principais atos. Tornou-se um dos maiores movimentos de massa da segunda metade do século XX. A grande mídia rendeu-se ao movimento e alguns poderosos órgãos de imprensa assumiram, em editoriais, o apoio à aprovação da emenda. Pesquisas de opinião chegaram a indicar mais de oitenta por cento dos entrevistados em apoio à emenda.

A votação da emenda foi marcada para 25 de abril de 1984. O Distrito Federal e cercanias foram tomados por um enorme esquema de segurança e emergência. Incidentes aconteceram entre os militares, que praticamente cercavam o Congresso e os manifestantes, tendo grande repercussão o envolvimento pessoal do comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, em alguns deles.

No plenário o desafio era grande para a oposição. O PDS rachara, mostrando pela primeira vez uma significativa dissidência, que depois seria importante na transição. Mas a emenda necessitava de dois terços dos votos na Câmara e no Senado. A esperança era atingi-los na Câmara, porque o Senado – com expressiva maioria governista e que votaria logo a seguir – já havia avisado que não faria o papel de ser,

[21] Muitos são os personagens destacados da Campanha, líderes políticos, notáveis artistas, etc., sendo qualquer relação injusta pela omissão. Todavia, não dá para deixar de lembrar o papel de Ulysses Guimarães, o "Senhor Diretas", à frente do movimento, o de Osmar Quadros, que foi o apresentador dos principais comícios, e o da cantora Fafá de Belém, emocionando multidões com canções como Menestrel das Alagoas (homenagem a Teotônio Vilela). A melodia "Coração de Estudante", de Wagner Tiso e Milton Nascimento, transformou-se numa espécie de hino das mobilizações.

sozinho, responsável pela rejeição da emenda. Na noite anterior, um grupo de esposas de parlamentares oposicionistas tinha tricotado gravatas amarelas, e alguns de nós as exibíamos, bem como um cravo também amarelo na lapela. Galerias lotadas e tensas. A sessão foi transmitida ao vivo para todo o país, embora tenha faltado energia elétrica em boa parte do território nacional por uma suposta pane.

Colhidos os votos, a PEC recebeu 298 votos favoráveis contra apenas 65 contrários, mas haviam faltado 22 votos para completar os dois terços e garantir a aprovação. Não votaram 113 deputados, quase todos do PDS. Fora rejeitada a Emenda Dante de Oliveira, restabelecendo a eleição direta para presidente da República.

Os dias seguintes foram de brutal frustração na opinião pública, desesperança e desmobilização. Todavia, governo e oposição adotaram imediatas reações. Os oposicionistas baseados no fato de que a forte dissidência no PDS criava condições objetivas para uma vitória no Colégio Eleitoral previsto para 15 de janeiro de 1985. O governo, querendo recompor sua base e superar o enorme desgaste, acenando com eleições diretas a partir do mandato subsequente ao que ainda seria eleito indiretamente. Houve a polêmica sugestão do governador Brizola: prorrogar por dois anos o mandato do presidente Figueiredo, com eleições diretas ao final.

O presidente Figueiredo declarara-se favorável às eleições diretas para presidente, inclusive em manifestação feita no exterior e muito explorada antes da votação da Emenda Dante de Oliveira. Mas não concordava com o sistema direto para eleger o seu sucessor ou ainda não tinha condições na base militar para esse passo. Com o suporte jurídico organizado por Leitão de Abreu[22] e o apoio político das principais lideranças do PDS, propôs uma emenda com alterações sobre

[22] O jurista Miguel Reale teria sido um dos principais colaboradores na elaboração da proposta.

uma gama de assuntos, a PEC nº. 11, de 1984: preâmbulo da Constituição,[23] imunidades parlamentares, processo legislativo, necessidade de aprovação do procurador-geral da República pelo Senado, direitos humanos, orçamento e tributos, eleições diretas para os prefeitos de capitais a partir de 1986, regras sobre serviço público, servidores, educação, família e portadores de deficiência, etc.

Essa emenda, para algumas lideranças do governo, tinha mais um propósito: ser uma reforma constitucional democratizante que viesse a dispensar ou substituir a Constituinte, que era cada vez mais intensamente reivindicada.

Na questão da eleição presidencial, a proposta incluía no corpo permanente da Constituição a eleição direta. Num dispositivo transitório, mantinha o pleito indireto pelo Colégio Eleitoral para a sucessão seguinte.

Integrei a Comissão mista e nela batalhamos por emendas de "Diretas já", convocação de Constituinte e outras alterações substanciais, sem êxito.[24] À época era ouvido pelas oposições nas questões regimentais em razão de iniciativas bem sucedidas. Próximo da votação, fui a uma reunião reservada dos líderes oposicionistas para mostrar que tínhamos forma regimental de aprovar as eleições diretas com a Emenda Figueiredo, usando um mecanismo chamado Destaque para Votação em Separado (DVS). Naquele tempo, o DVS era requerido antes da votação da matéria e submetido ao plenário. Se a maioria simples o aprovasse, a parte destacada era separada do resto para votação de mérito posterior ao corpo principal. Minha sugestão: requerer o DVS somente para o artigo que previa a manutenção do Colégio Eleitoral para a eleição seguinte, nas

[23] Restabelecendo o original da Constituição de 1967 e retirando o da Junta Militar de 1969.

[24] Foram apresentadas 205 emendas, em geral rejeitadas pelo relator, senador Aderbal Jurema, do PDS. Mas ele apresentou 37 alterações à proposta no seu parecer, aprovado na Comissão.

disposições transitórias. Tínhamos maioria simples para aprovar a separação. Depois, o plenário votaria o texto principal, no qual constava a regra permanente da eleição direta para presidente. Quando fosse à votação a regra transitória, separada do restante da emenda, eram os governistas que precisariam obter dois terços dos votos para manterem o Colégio Eleitoral, e isso eles não conseguiriam. A manobra era perfeita, todos concordaram surpresos. Fizemos um pacto de sigilo. Mas, no dia seguinte, um grande jornal estampou manchete de primeira página e notícia com tudo o que fora discutido. Nunca descobri quem violou o acordo de silêncio.

O impacto foi enorme. Antes da sessão de votação, o presidente da República retirou a proposta do Congresso, única maneira de evitar que as eleições diretas fossem imediatamente restabelecidas. Assim, foi sepultado o chamado "emendão" ou a reforma constitucional que setores ligados ao regime tinham a esperança viesse a substituir ou aplacar a luta pela Constituinte.

A sucessão através do Colégio Eleitoral andava nos bastidores e na opinião pública. O PDS enfrentou disputa interna entre as candidaturas Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, e Mário David Andreazza, ex-ministro dos Transportes, com pressões, tensões e muitas matérias na imprensa sobre supostas compras de votos de convencionais. No PMDB teria havido um acordo prévio entre Ulysses e Tancredo: na eleição direta concorreria o primeiro – que acenou com a candidatura numa entrevista em Nova York – e se fosse indireta disputaria Tancredo Neves, capaz de tecer uma aliança mais ampla para o Colégio Eleitoral.[25]

[25] Falou-se de outro acordo, bem "mineiro": Tancredo Neves apoiaria Aureliano Chaves, vice-presidente da República, se este viesse a ser o candidato à presidência pelo PDS; caso não conseguisse, ele é que apoiaria Tancredo. Aureliano tornou-se figura chave para a dissidência do PDS.

Sepultada a hipótese de eleição direta, Ulysses tratou de unificar suas bancadas. Vários parlamentares peemedebistas integravam junto com outros do PT e do PDT o Grupo Pró-Diretas, que se transformou em "Só Diretas". Logo após a votação da Emenda Dante de Oliveira, tratou de negociar a sucessão da liderança da bancada na Câmara,[26] evitando a disputa. Aos poucos foi unificando o PMDB em torno da candidatura de Tancredo Neves, enquanto fervilhavam as negociações nas áreas militar, política e de organizações da sociedade civil. Tancredo contou com a ajuda de alguns prestigiados oficiais, como o demissionário ministro da Marinha almirante Maximiano da Fonseca e o futuro ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves para ir superando as resistências militares. Deve ter acordado nos bastidores a ausência de revanchismo no seu futuro governo. Paulatinamente avançava também no discurso. Por exemplo, só foi falar no assunto delicado da convocação de uma Constituinte em agosto de 1984, e depois o tema seria a mais forte afirmação no seu discurso de eleito.

---

[26] Eram pré-candidatos: Freitas Nobre – então líder, antigo integrante do Grupo Autêntico, mas próximo de Ulysses; Carlos Santana, médico baiano que viria a ser ministro da Saúde e representava o grupo de Tancredo e os que haviam vindo do PP; e eu, com apoio de parte da vanguarda e dos mais veementes. A condição de pré-candidato a líder me permitiu falar em grandes atos da Campanha das Diretas. Quando Ulysses retornara de sua rumorosa viagem a Nova York, telefonou-me, ironicamente queixoso, dizendo mais ou menos assim: – "Deputado, fiquei sabendo pela imprensa de sua candidatura a líder da bancada". Ao que, prontamente, respondi: – "Também eu, presidente, fiquei sabendo de sua candidatura à Presidência da República pela imprensa..." Terminou havendo um acordo que reconduziu Freitas Nobre. O episódio é registrado para prestar homenagem a Ulysses Guimarães, que sabia conviver com a divergência, mas cioso de conduzir os processos. Tinha um senso raro de oportunidade, assumindo ideias ou sugestões que lhe eram apresentadas, transformando-as em grandes fatos políticos. A firmeza em relação à vanguarda do MDB/PMDB, que fez alguma oposição interna, foi usada também em relação ao regime militar ou ao governo em momentos históricos. Tinha compromisso com a transição e foi sua figura maior. Nossa relação esteve recheada de pequenas histórias como essa, ouvia-me em assuntos jurídicos e regimentais, honrou-me com afetuosas referências públicas e não escondia que me considerava muito temperamental e inquieto. Certa vez, já no início de 1988, abriu uma reunião da Executiva Nacional do PMDB comigo participando, dizendo: "A reunião hoje vai ser calma. O Dr. João Gilberto está sorridente…" Não imaginava que, pouco depois, Euclydes Scalco e eu estaríamos renunciando à Executiva num dos sinais de que se preparava a fundação do PSDB.

Aconteceu uma sucessão de fatos: 11 de junho, José Sarney renuncia à Presidência do PDS durante tensa reunião na qual foi rejeitada a realização de prévia entre os filiados para escolher o candidato à Presidência; 29 de junho, reunião de Ulysses e dos governadores do PMDB lança Tancredo Neves candidato; 3 de julho, parlamentares e lideranças dissidentes do PDS formalizam a Frente Liberal, passam a atuar como bloco independente nos legislativos e rompem com o governo, em razão do que Aureliano Chaves e Marco Maciel retiraram seus nomes de pré-candidatos à presidência na convenção do PDS; 14 de julho, reúnem-se lideranças do PMDB e da Frente Liberal no Palácio Jaburu, residência do vice-presidente da República Aureliano Chaves, para firmarem o pacto da Aliança Democrática[27] que ainda teria o apoio de PDT e PTB.[28]

A escolha de José Sarney como candidato a vice na chapa de Tancredo Neves teve o concurso de uma razão jurídica: seu mandato eletivo de senador vinha da ARENA e, portanto, não fora eleito pelo PDS, o que serviria para contraditar ações por infidelidade partidária, norma então vigente. Há quem diga que Tancredo teria preferência por Marco Maciel ou Nelson Marchezan,[29] mas estes haviam sido eleitos já pelo PDS. A escolha de Sarney causou desconforto em setores do PMDB e em outros partidos de oposição, mas foi assimilada. Filiou-se ao PMDB para concorrer, tendo em vista que a Frente Liberal ainda não se organizara como partido.

---

[27] Participaram da histórica reunião: pelo PMDB, Ulysses Guimarães, Pedro Simon, Afonso Camargo, Humberto Lucena e Freitas Nobre; pela Frente Liberal, Aureliano Chaves, José Sarney, João Calmon, Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, José Lourenço, Fernando Bastos, Saulo Queirós, França Teixeira e Volnei Siqueira. Esteve presente também Wellington Moreira Franco, que permanecia no PDS e presidia o Diretório Estadual no Rio de Janeiro.

[28] O PT optaria por não participar do Colégio Eleitoral. Os deputados Airton Soares, José Eudes e Bete Mendes, que votaram em Tancredo, foram afastados do partido.

[29] Líder do PDS na Câmara, opositor à candidatura Maluf, permaneceu fiel ao presidente Figueiredo até o final e absteve-se de votar no Colégio Eleitoral.

Em 11 de agosto realiza-se a convenção do PDS, e Paulo Maluf, com Flávio Marcílio como vice, é escolhido candidato a presidente, superando Andreazza por uma diferença de 143 votos e mais de uma centena de ausências. No domingo de 12 de agosto foi a vez do PMDB realizar sua festiva convenção, na qual Tancredo recebeu 656 votos e Sarney, 543. As candidaturas estavam postas.

Escolhido o slogan da candidatura, "Muda Brasil – Tancredo Já", foi deliberado fazer campanha de rua, apesar da eleição restrita ao Colégio. Entre setembro e dezembro aconteceram, entre outros atos, onze grandes comícios nas capitais. No aniversário da República, em 15 de novembro, Tancredo lança a proposta de uma Nova República, marca que designaria o governo de transição.

As pressões e suspenses continuavam, com rumores de resistência militar. Houve até o jocoso episódio, em Brasília, de pessoas presas com cartazes do PCdoB, então ainda clandestino, apoiando Tancredo e que tiveram de ser liberadas às pressas: eram militares disfarçados... Todavia, crescia o apoio ou a garantia de lideranças militares. O ex-presidente Ernesto Geisel recebeu Tancredo mais de uma vez em seu apartamento e na última, já em dezembro, fez questão de abraçá-lo diante dos fotógrafos.

Parlamentares, especialistas e representantes de diversos segmentos envolveram-se intensamente na elaboração do programa de governo.

No Tribunal Superior Eleitoral, em julgamento realizado em 27 de novembro, foram derrubadas as tentativas de aplicar a fidelidade partidária pelo voto proferido no Colégio Eleitoral. Obteve-se a vitória no Congresso de garantir que os votos seriam públicos e nominais na eleição do Colégio.

No dia 15 de janeiro de 2005, o Colégio Eleitoral, em sessão transmitida ao vivo, elege Tancredo Neves e José Sarney: 480 votos a 180, com 17 abstenções e nove ausências. Encerrada a votação, Tancredo foi ao plenário e fez veemente e belo pronunciamento.

Na noite de 14 de março, estávamos – alguns parlamentares e especialistas – num programa de televisão quando chegou a notícia da hospitalização do presidente eleito. A Nação via-se diante de um novo impasse: uma interpretação da Constituição apontava, no caso de permanecer a impossibilidade de Tancredo tomar posse, que o presidente da Câmara dos Deputados assumisse e convocasse novas eleições em trinta dias. Nos bastidores, nova crise poderia levar à pressão por eleições diretas imediatas e a vitória de uma candidatura ainda sem o trânsito militar tão delicadamente tecido por Tancredo. O general Leônidas consulta e Ulysses concorda: era necessário dar posse ao vice José Sarney, embora este também tivesse resistências por seu recente rompimento com o governo. O jurista Afonso Arinos de Mello Franco concede entrevista defendendo interpretação constitucional de que o vice deveria assumir. Os ministros do Supremo Tribunal Federal, reunidos informalmente na casa de um deles, concordam.

No dia 15 de março de 1985, toma posse José Sarney, no plenário do Congresso Nacional, com a presença de estadistas e mandatários de muitos países e animada festa popular nos gramados de Brasília. Iniciava-se a Nova República.

Apesar das divergências entre especialistas sobre distensão, abertura e transição, onde termina uma e começa a outra, para mim, na posse do presidente civil, conclui-se a abertura. A transição só vai se completar com a promulgação da Constituição de 1988. Foram outros momentos intensos e criativos dos quais ainda tive a oportunidade de participar, mas cujo registro demandaria mais um longo depoimento.

RESGATE HISTÓRICO E AFIRMAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

*Adão Villaverde**

A homenagem prestada pelo Parlamento gaúcho, por minha iniciativa, aos 30 anos de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), promovendo, no dia 26 de maio de 2009, um Grande Expediente Especial, uma apresentação do filme *Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil* (do diretor Silvio Tendler) e a realização de debate noturno, se revestiu de um caráter duplamente emblemático, de resgate histórico e de afirmação do movimento estudantil. A iniciativa reuniu o gaúcho Antonio Escosteguy Castro, um dos dirigentes da direção provisória de 1979 (ano em que a entidade – fechada pela ditadura militar – começou a construir sua reabertura), e a presidente da UNE, em 2009, a também gaúcha Lúcia Stumpf.

Entre os presentes, estavam os integrantes da chapa Mutirão, vitoriosa na eleição de outubro de 1979: Aldo Rebelo, hoje deputado federal do PCdoB; Alon Feuerwerker, jornalista do *Correio Braziliense*; Marcelo Barbieri, prefeito de Araraquara; Juarez Amorim, presidente do PPS de Minas Gerais; e Fredo Ebling, presidente do PCdoB do Distrito Federal.

* Professor, engenheiro, deputado e presidente da Escola do Legislativo.

No evento do plenário, lembrei que ali estávamos reunidos, muitos já tomados pela emoção do reencontro, para rememorar por breves momentos – 30 anos no tempo – um pouco da reconstrução da UNE.

Considerando que é sempre importante fixar momentos que os homens e mulheres consideram marcantes em suas vidas, seja na particularizada condição de indivíduos, seja na pluralizada condição de protagonistas de um determinado período histórico, revivi a noite de 29 de maio de 1979, quando mais de cinco mil estudantes de todos os lugares do Brasil se uniram em Salvador, na Bahia, irmanados pela alegre euforia de estarem produzindo e vivenciando um momento singular, preparando a reconquista da União Nacional de Estudantes.

Até a sorrateira desconfiança, que era o sentimento mais comum daqueles tempos sombrios, cedeu lugar para uma grandiosa alegria que encantava a todos, durante todo aquele dia de luta, congraçamento e esperança. Naquele instante noturno, justo no momento em que se preparava a apreciação do novo Estatuto da UNE, a energia elétrica foi cortada. Imediatamente sentiu-se cheiro de pó químico e ouviu-se o som de bombas no centro de convenções de Salvador. O amplo e lotado salão, repentinamente, mergulhou nas trevas. Ouviu-se um burburinho de desencanto. Habituados ao clima de adversidade do regime militar que estava no poder no país desde 31 de março de 1964, submetendo o Brasil a uma longa escuridão de mais de 15 anos até então, os estudantes não estranharam muito, mas, naturalmente, se preocuparam. Indagavam-se, em meio à escuridade do Centro de Eventos, no âmbito da obscuridade do regime: o XXXI Congresso da UNE, que remete para a realização de eleições livres em outubro deste ano de 1979, chegará ao fim? Ou será, como muitos outros encontros de estudantes, desmanchado a cacetadas da polícia militar da ditadura que há tantos anos penaliza o Brasil e os brasileiros?

Sem equipamento de som para propagar sua voz, o condutor do ato, anfitrião e presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia, estudante de Jornalismo Ruy Cézar, pediu ajuda para quem estava por perto.

> – Repitam o que eu disser - pediu Ruy, aparentando firme tranquilidade.
> – Pessoal... – entoou ele.
> E quem estava perto ia repetindo, na forma de um jogral.
> – Pessoal...
> – Vamos ficar calmos, ninguém vai levantar do lugar...

A voz de Ruy foi multiplicada pelo coro da solidariedade que iluminava todos os espaços escuros. Não eram mais precisos altofalantes nem equipamentos elétricos. Os estudantes se transformaram em uma só voz, em uma só audição.

Contaria o Ruy, mais tarde: "Naquele momento a gente conquistou a unidade da plenária e não havia mais disputas entre os participantes, os militantes e as tendências que tinham produzido umas 15 cartas de princípios. Naquele momento, a gente sentiu que a vitória, enfim, estava próxima e que íamos sair dali com a UNE reorganizada".

Na escuridão daquela noite, como que expressando uma real metáfora da época, aqueles jovens começavam a iluminar o túnel da história que pavimentou o caminho que levaria ao surgimento de um novo Brasil.

Há 30 anos, eles estavam começando a promover mudanças na nossa história. Pois a reconstrução na UNE, em 1979, não foi apenas o momento extremamente relevante de resgate e retomada do movimento estudantil brasileiro após 15 anos de ditadura militar no Brasil. Seu alcance foi bem maior. Esta dimensão pode ser avaliada pelo fato da

UNE ter sido a primeira entidade nacional de massas a se reestruturar durante o regime de arbítrio. Foi, portanto, encenado naquele Congresso o começo do resgate da própria democracia brasileira.

Trinta anos depois, estavam no Plenário da Assembleia Legislativa gaúcha, para nossa honra e orgulho, o mesmo Aldo Rebelo, o Alon, o Fredo, o Barbieri, o Amorim, para receber as justas homenagens do Parlamento gaúcho em nome daqueles nossos jovens do nosso maio de 1979 e de todos que antes e depois contribuíram para o fortalecimento desta gloriosa entidade que completou, no dia 11 de agosto de 2009, 72 anos de existência e de atividades na defesa do ensino de qualidade e do acesso à educação, mas, sobretudo, na construção de um Brasil melhor e mais justo para todos.

Aliás, nossa UNE não se restringia, até ali, à legítima e necessária luta estudantil e à premência da redemocratização do país, mas ia além. Sua trajetória, ao longo de décadas, esteve umbilicalmente ligada aos grandes momentos da vida política e cultural do Brasil, como a criação da Petrobras, a defesa das reformas de base de Jango e a resistência à ditadura, mesmo que na clandestinidade. Sua memória se entrelaça com a memória do país.

Estavam ali conosco outros dirigentes estudantis que foram também protagonistas do Congresso, participaram da Comissão Pró-UNE e disputaram a eleição direta à época, como o Antônio Escosteguy Castro, que também compusera a direção provisória que organizou a vitoriosa primeira eleição direta da UNE, da qual Ruy Cezar foi o presidente e líder da chapa Mutirão eleita em outubro de 1979 por cerca de 350 mil estudantes de todo o país.

O enfoque principal da evocação do Parlamento concentrou-se no dia 29 de maio de 1979. Mas, evidentemente, o foco da memória não

ficou restrito a esse dia, mas aos dias que o sucederam naquele ano de 1979, que marcou a eleição em outubro e a efetiva reconstrução da entidade que o regime militar havia sufocado nos chamados "anos de chumbo", de afronta à liberdade, aos direitos humanos e à própria vida em nosso país.

Mas os tristes momentos que antecederam a alegria da reabertura e o ardor da luta que se seguiu, nos anos 80, não puderam deixar de ser lembrados, ali, sobretudo como forma de se tentar evitar que sejam repetidos um dia e de modo que a verdade não seja manipulada, que a história não seja reinventada, como recentemente se vira na tentativa de um jornal paulista de caracterizar o regime militar brasileiro como uma "ditabranda".

Pois a UNE, o movimento estudantil e evidentemente os estudantes gaúchos não escaparam da escalada repressiva do regime. Depois do decreto 228/67 da ditadura, que intervinha na ação estudantil, vieram o AI-5, de dezembro de 1968, e o decreto 477/69, que o estendia para as universidades e empurrava o movimento dos estudantes para a clandestinidade. A UNE acabou extinta e jogada na ilegalidade, assim como também em 1973 desapareceu seu presidente, Honestino Guimarães, que jamais foi encontrado.

Em meados da década de 70, diante da impossibilidade de atuação legal do movimento estudantil, vários jovens começaram a articular sua reestruturação, ainda no período mais duro da repressão. Mas às vésperas do congresso de reconstrução, intimidando os estudantes para que não reconstruíssem sua entidade de lutas, os militares condenavam por "crime" lideranças que haviam participado do Congresso da UNE de Ibiúna em 1968.

Se a geração de 1968 preconizava como cultura política a luta revolucionária, cuja radicalidade chegou a se expressar na luta armada

para derrubar o regime, a nova geração, sem perder a radicalidade nem tampouco a ternura, assumia, a partir daquela experiência que não teve sucesso, um novo tipo de luta de resistência contra o regime autoritário. Buscava o enfrentamento político via luta pela redemocratização, pelo fim do regime militar, em defesa das liberdades democráticas, apoiando a reforma agrária, tendo uma forte atuação cultural, lutando pela anistia ampla, total e irrestrita, apoiando a campanha pelas Diretas Já!, lutando por uma constituinte soberana e democrática, dentre outras consignas.

Na primeira metade da década de 70, as atividades se desenvolveram principalmente no âmbito cultural e na formatação das Executivas de Cursos e formação dos Diretórios Centrais Livres (DCEs). A partir disso, sentiu-se a necessidade de rearticular o movimento através das suas entidades representativas: as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) e a União Nacional dos Estudantes. Entre 1976 e 1978, quatro reuniões preparatórias foram propostas com o intuito de reconstruir a UNE. Os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) aconteceram a partir da articulação interna das forças políticas do movimento estudantil, mobilização esta que teve como desdobramentos as grandes passeatas de 1977.

Porto Alegre, inclusive, protagonizou uma das maiores mobilizações do país no inverno de 1977. E eternizou um símbolo visual da resistência estudantil que ilustrou capa de jornais, revistas e livros: a fotografia de uma jovem estudante envolta na bandeira do Brasil em meio a um cenário de chuva, fumaça de bombas e soldados armados.

Na história do movimento estudantil gaúcho, o dia 23 de agosto de 1977, em plena ditadura militar, foi uma data emblemática. Desde o início do primeiro semestre daquele ano, estudantes ensaiavam uma volta às ruas, que culminou no embate entre eles e as forças de segurança

pública. Naquele dia, cerca de três mil estudantes participaram da passeata contra a ditadura. Por volta das 13 horas, os estudantes, a maioria universitários, mas também secundaristas, começavam a se movimentar a partir da Avenida João Pessoa, em frente ao prédio que ainda abriga a Casa do Estudante e o Restaurante Universitário, local marcado para o ato público. Por sua vez, na Praça Raul Pilla, as forças de segurança também concentravam seus contingentes – jornais da época falam em 2,5 mil soldados. Na manchete de capa do jornal *Folha da Manhã* do dia seguinte, o resultado: "32 presos, quatro policiais feridos".

Esse ano de 1977 pode ser considerado como marco no processo de redemocratização do país. E, mais uma vez, o movimento estudantil foi pioneiro, apoiando inclusive os movimentos sociais que já estavam se articulando nesse momento, principalmente o sindical, o popular e as pastorais religiosas.

Foi o movimento estudantil o primeiro a ir para as ruas lutar pelas liberdades democráticas e exigir anistia aos presos políticos. Esse ano de 1977 também foi o da realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, que deveria ter acontecido na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, foi impedido pelos militares e, depois de algumas tentativas, ocorreu na PUC de São Paulo, causando um acontecimento bastante conhecido na história recente do país: a invasão da universidade pelos policiais comandados pelo coronel Erasmo Dias, a mando do governador Paulo Egydio Martins, que, paradoxalmente, fora diretor da UNE na década de 1950.

Ainda nesse ano, foi reconstruída a UEE/SP e criada a comissão Pró-UNE, que resultou na realização do XXXI Congresso da entidade na cidade de Salvador em maio de 1979. O evento contou com cerca de

cinco mil estudantes (alguns dizem que foi muito mais, há quem fale em um público perto de 10 mil jovens) e aprovou um novo estatuto, uma carta de princípios e uma pauta de lutas a serem defendidas pela entidade. Dentre elas: "contra o ensino pago; por mais verbas para a educação; pela anistia ampla, geral e irrestrita e contra a devastação da Amazônia".

A grande polêmica, sem dúvida, ficou no encaminhamento para a eleição da nova diretoria. Depois de um exaustivo debate, venceu a proposta de se eleger no Congresso uma diretoria provisória formada por um conselho de entidades e, no segundo semestre, realizar, pela primeira vez, eleições diretas para diretoria da UNE. A UNE estava se preparando novamente para assumir um papel fundamental nos grandes acontecimentos do cenário político nacional, lutando por liberdades democráticas e pedindo o fim do regime.

O movimento estudantil readquiriu um papel importante nos rumos do país e, mesmo com suas diferenças, foi decisivo no apoio à retomada das lutas sociais no final dos anos 70 e início dos 80, bem como teve um papel mobilizador na campanha das "Diretas Já!", em 1984, e na Assembleia Constituinte que resultou na Constituição de 1988.

Com a força recuperada, o movimento estudantil, representado por suas entidades e pela UNE, foi o primeiro a levantar a bandeira pela ética na política em 1992, durante as manifestações pró-impeachment de Collor de Mello. Milhares de estudantes "caras-pintadas" influenciaram a opinião pública com a campanha "Fora Collor" e pressionaram o ex-presidente à renúncia.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a UNE se manteve firme e denunciou o ataque neoliberal ao país, repudiando as privatizações, os privilégios ao capital estrangeiro e o descaso com as

políticas sociais e com a educação. Os estudantes tiveram papel marcante nos anos FHC, sempre defendendo o ensino público de qualidade e democrático.

A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, teve o apoio da UNE, após um plebiscito promovido nas universidades. Com uma postura independente, mas alinhada às iniciativas de mudança em relação ao neoliberalismo. Desde o início do governo, a entidade se mobilizou pela substituição do *Provão* por um novo modelo de avaliação das universidades e levantou debates sobre a reforma universitária, participando ativamente na discussão de projetos sobre os rumos da universidade brasileira e, ainda, reivindicando investimentos na educação pública e regulamentação do ensino privado.

Por tudo isto é que escolhemos o marco de 30 anos para homenagear e registrar a importância e o significado da reconstrução de nossa UNE, dando a noção de pertencimento a uma geração que pôde, a um só tempo, ser artesã e protagonista de memoráveis lutas e protestos contra a ditadura; reconquistando a democracia e abrindo um novo período histórico no país, que começa com a redemocratização e continua com a magnitude e o alcance de recuperar e ressignificar a ideia de que, em plena época da crise mundial do capitalismo neoliberal, na sua etapa atual de desregulamentação e financeirização das relações, ainda é possível construir um projeto de Estado-nação; revelando, portanto, que os nossos sonhos e aqueles corajosos desejos de mudar o mundo que embalaram nossa geração não eram devaneios líricos nem estavam tão distantes assim que não possam hoje ser alcançados!

Viva o movimento estudantil! Viva a UNE!

A UNE somos nós, nossa força e nossa voz!

A TRIBO DA RESISTÊNCIA*

*Paulo Flores***

Sou da geração de jovens que vivenciou esse momento de luta pelas liberdades democráticas e pela anistia dos presos e exilados políticos. Nasci em 1955. Em 1975, depois de ter passado o auge da repressão, aquele período mais trágico da história do Brasil e de maior repressão dos militares (que foi o governo Médici e o início do governo Geisel), foi nesse momento, entre 1973 e 1974, quando entro na universidade e descubro várias coisas. Venho de uma família em que meu pai era do antigo PTB, brizolista, se alistou na Legalidade. Havia dentro de casa – apesar da alienação que a juventude vivia por conta dos meios de comunicação com informação censurada e truncada – uma figura, meu pai, de oposição à ditadura. Desde pequeno eu escutava críticas à ditadura, que era um regime autoritário em que o povo não tinha a possibilidade de se expressar. Certamente aquilo me influenciou.

No início da década de 1970, com 15 anos, comecei a assistir a teatro. Isso é extremamente importante em minha trajetória porque decido fazer teatro. Gostava desde criança de brincar disso, de contar histórias, de criar personagens. Meu irmão mais velho entrou na UFRGS

* Depoimento concedido à jornalista Vanessa Albertinence Lopez em 17 de agosto de 2009.
** Integrante e fundador da Tribo de Atuadores *Ói Nóis Aqui Traveiz* e da Terreira da Tribo.

em 1970. Havia convênios do DCE com o Teatro de Arena de Porto Alegre. Isso foi extremamente importante porque foi uma forma dos estudantes resistirem naquele momento pela via da cultura e de algum espaço que ainda existia para discussão. Havia esse convênio que possibilitava aos alunos da UFRGS assistirem a um teatro que, dentro das possibilidades da época, trazia questões sociais para discussão. Minha primeira formação teatral foi assistir a espetáculos do Teatro de Arena e me identificar com o espaço cênico, com a proximidade dos atores com o público, e de ver o teatro como um instrumento para reflexão sobre o momento em que vivíamos. Isso foi determinante em minha escolha de fazer teatro.

Entrei no Departamento de Arte Dramática no início de 1974. Tinha vivido até aquele momento dentro do Parobé e do Julinho, onde havia muita repressão e pouca informação para os jovens. Mas na universidade circulava a informação. Foi um momento significativo em que a oposição ganhou em vários estados. Parecia que começava uma reação, mesmo com toda a propaganda do país maravilhoso no qual dizia-se que vivíamos; ou seja, a enganação que os militares conseguiram disseminar mediante o instrumento de comunicação montado por eles: pela primeira vez, por meio do *Jornal Nacional,* a informação vinha de um centro para todo o país. A propaganda maciça estava presente em muitas atividades. Na sala de aula, por exemplo, com as disciplinas de Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), dentro do segundo grau. Já na universidade, estudava-se realidade brasileira nos Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) em um país que, aparentemente, não tinha problemas. Os conteúdos eram completamente absurdos.

Quando entro na universidade, percebo as contradições de ser um lugar de conhecimento em um período fechado. Logo em seguida, me engajei no movimento estudantil, que começava a se rearticular mais fortemente a partir de 1975. Uma das questões importantes é que o Departamento de Artes Dramáticas (DAD), o Instituto de Artes, na minha visão, era um mundo completamente à parte do resto da universidade. Lá estavam os artistas, os iluminados fazendo arte, à parte do que acontecia no país.

Eu e outros colegas procuramos, neste período, trazer as discussões que estavam presentes em todo o campus universitário para dentro do DAD e do Instituto de Artes. A gente organizou, então, debates com as chapas que disputavam o DCE, que era uma coisa que não se devia fazer, pois o Instituto estava à parte da politização. Mesmo na área do teatro, procuramos trazer nomes importantes da resistência naquele momento na área teatral como Gianfrancesco Guarnieri e Othon Bastos para a discussão com os estudantes. Mas sofremos represálias e não conseguimos realizar, dentro do DAD, o debate com os dois, que estavam em Porto Alegre com a peça *Castro Alves Pede Passagem*. Tivemos que transferir o debate para o Teatro de Arena. Isso ocorreu em 1976. Isso já gerava uma zona de atrito entre uma parte dos estudantes de teatro com os professores e a direção da escola que, no discurso, se apresentavam liberais, progressistas, no sentido mais amplo da palavra. Mas todas as ações que tentamos desenvolver dentro do DAD de discussão sobre um teatro político esbarraram na proibição de se utilizar a sala.

Em 1976, houve um marco importante: a semana pelas liberdades democráticas. Nela ocorreu um painel que envolveu várias

áreas, principalmente a questão da liberdade de expressão e a da censura ao teatro. Lembro que, na época, o pessoal do DCE me convidou para dirigir uma leitura dramática de uma peça proibida do Augusto Boal.

Esse foi um período de descobertas. Do que eu queria fazer com o teatro, qual a sua importância para a sociedade, como eu via essa importância, e de toda questão política em geral. Aliada a uma preocupação de pesquisa de linguagem que me aproximava das vanguardas de investigação teatral, do teatro de vanguarda, uma preocupação de criar um teatro que pudesse chegar à maior parte da população. É um viés que podemos caracterizar como popular, ao tomar o popular como essa ideia de chegar à maior parte que está excluída dos bens culturais. Em 1977, a minha militância era tanto na área cultural, fazendo teatro, como ligado ao movimento estudantil. Lembro de muitas ameaças que sofri dentro dos teatros. Na época, o teatro municipal existente era o Teatro de Câmara, hoje o Túlio Piva, que era o teatro da prefeitura, no qual a maior parte dos grupos gaúchos apresentava os seus espetáculos.

Lembro da nossa temporada com o espetáculo *Chapetuba Futebol Clube*, do Vianinha, no teatro de Câmara. A estreia se deu em um momento de muita repressão em Belo Horizonte em um encontro de estudantes pela reconstrução da UNE. A pressão para que não houvesse manifestação dentro do teatro era muito grande. Algumas vezes, por conta da distribuição de panfletos sobre a questão da luta estudantil contra a ditadura, sofri represálias dentro do teatro. No fim das contas, não aconteceu o encontro da UNE por conta da repressão e acabou postergado para o segundo semestre na PUC de São Paulo. Toda essa luta se refletia aqui.

Criamos uma semana de vigília que acompanhou, simultaneamente, o encontro de São Paulo fazendo atividades culturais. Lembro de participar disso criando uma cena que apresentamos na primeira noite de vigília, na Faculdade de Medicina da UFRGS.

Meu trabalho estava bem associado ao movimento estudantil. 1977 acabou sendo um ano importantíssimo porque preparou o ano da retomada das lutas populares que é 1978. 1977 reúne as grandes manifestações estudantis. Em Porto Alegre, elas aconteceram durante todo o ano; manifestações muito fortes dos estudantes exigiam liberdades democráticas, e gritavam "abaixo à ditadura". De fato, a primeira manifestação começa com o Pacote de Abril e chegou até 23 de agosto, dia bem importante de lutas, quando ocorreu uma manifestação muito grande e muito reprimida pela polícia.[1]

Esse momento foi importante para o país e para a minha trajetória também. Tratou-se de um momento em que me decido por um teatro de grupo fora dos parâmetros do governo federal que já dava uma abertura em termos de verbas para o teatro, mas com uma censura severa e com o controle das relações de trabalho. A seguir, era promulgada a lei que regulamentava a profissão de ator. Já existia uma pressão e um controle muito grande. Além da censura era preciso ter o aval do Ministério do Trabalho para fazer teatro. Nesse momento decido, dentro das possibilidades que havia, criar um grupo de trabalho por afinidade ideológica que, ao mesmo tempo, conseguisse sustentar um espaço para termos uma maior independência e liberdade de criação. Foi o momento da criação do *Ói Nóis Aqui Traveiz*, no final de 1977. Esse período foi de grande politização, a partir das manifestações estudantis. Isso se disseminou, saiu do âmbito só dos estudantes e dos intelectuais para a sociedade em geral. O que culminou, em 1978, com as primeiras greves do ABC.

[1] [Nota dos Organizadores]: Ver informação na cronologia do final deste volume.

No final de 1977 foi gestado o *Ói Nóis Aqui Traveiz*, que trazia, no seu ideário, propostas libertárias e um teatro eminentemente político. Nesse momento, também, eu e outros colegas decidimos apresentar uma chapa para o Centro Acadêmico das Artes. Foi um momento de procurar politizar os estudantes de Artes e de discutir o papel do futuro artista dentro de uma sociedade repressiva, como a que se vivia naquele contexto. Acredito que tenha sido extremamente importante. Pela primeira vez os estudantes de Artes eram interrompidos em suas salas de aula para serem chamados para uma manifestação, uma greve de estudantes ou apoio a uma greve que começava a acontecer em algumas categorias no país.

Em 1979, a gente vivia em Porto Alegre duas grandes greves, a dos bancários e a da construção civil. O *Ói Nóis,* desde o início, surge como um grupo que tem a característica de fundir a arte com a política e uma preocupação com a pesquisa da linguagem. Era um grupo de jovens artistas descontentes com o que se via do teatro convencional de Porto Alegre e em todo o Brasil, e que estava engajado no processo de análise, reflexão e mobilização social que se vivia no país. Desta maneira, o *Ói Nóis* sempre acompanhou isso de todas as formas possíveis, procurando estimular seus atuadores – forma como chamamos os artistas do grupo. Atuador é uma fusão entre o artista e o ativista político.

Desde seu início, unia tanto pessoas que vinham do ativismo político dentro da universidade como os jovens artistas descontentes com o panorama teatral brasileiro e gaúcho naquele momento. O grupo, na época, causou muita polêmica e sofreu censura. Abrimos um novo espaço cênico, o Teatro *Ói Nóis Aqui Traveiz*, que ficava na Ramiro Barcelos e foi fechado depois de um mês de atividades. Empenhamos quase todo o ano de 1978 na batalha jurídica e política pela reabertura do teatro.

Em janeiro de 1978, ao sair de um ensaio do que seria o primeiro espetáculo do grupo, eu, Rafael Baião e Sílvia Veluza fomos presos pela Brigada Militar. Na bolsa do Rafael foi encontrado um panfleto sobre a questão da luta contra a ditadura. Nos levaram para a Polícia Federal, pois aquilo era visto como material subversivo. A partir do meu envolvimento com a política estudantil ao ser presidente do Centro Acadêmico, fiquei um dia sendo interrogado na Polícia Federal, incomunicável, e sofrendo toda pressão psicológica possível. Sem violência física, mas com pressão psicológica. Logo no outro dia, começou a circular na imprensa, que já tinha uma certa liberdade para comunicar fatos como esse, que atores do grupo haviam sido presos e estavam na Polícia Federal. Isso era uma pressão para que fôssemos soltos no outro dia.

No momento do fechamento do teatro, nos primeiros dias de maio, depois de um mês de atividades, começamos a denunciar que desde janeiro aconteciam fatos que nos levavam a crer que era uma perseguição política. A grande preocupação era se havia vínculos com o vereador cassado Marcos Klassmann e o ex-governador Leonel Brizola. Quando houve o fechamento do teatro, nós procuramos a banca de advogados do Matheus Schimidt, deputado federal cassado, que nos deu assessoria jurídica para que conseguíssemos, no segundo semestre, reabrir o teatro.

A participação dos atuadores do *Ói Nóis* nas manifestações de rua foram sempre importantes. Fomos dez fundadores. Procurávamos levar a discussão que acontecia no país para todas as partes em que era possível nossa atuação. Nesse momento, em 1978, levamos a discussão para a Associação dos Profissionais de Teatro. Hoje é o sindicato. Na época, vivíamos o período em que tivemos uma associação que, posteriormente, tornou-se o sindicato.

Levamos essa discussão da importância dos artistas estarem presentes nas manifestações públicas. No segundo semestre de 1978, pela primeira vez, os artistas foram organizados para as manifestações de rua. Eu e o Jussemar Weiss, outro colega fundador do *Ói Nóis,* fomos presos pela Brigada em manifestação realizada em final de agosto de 1978. Fomos levados para o DOPS, no Palácio da Polícia. Na época, fizeram fotos da gente de perfil e de frente, fomos fichados como arruaceiros, para tentar tirar a marca da repressão política. Isso apesar dos jornais denunciarem a prisão como uma manifestação que havia sido duramente reprimida.

Portanto, fui detido em final de agosto de 1978. Me pegaram, agentes da polícia civil, onde era o cinema São João, na esquina da Rua Dr. Flores, e me arrastaram para a Salgado Filho, que estava toda isolada com cordão de isolamento da Polícia Militar (PM). A população nas calçadas e o trecho todo fechado para carros. Ali, eles prendiam os manifestantes. Sou arrastado por um grupo de PMs. Outro preso também vem sendo arrastado, quando nos damos os braços. Nos aproximamos e nos prendemos um ao outro. Essa outra pessoa era o ex-vereador cassado Marcos Klassmann. Vamos duas quadras ou mais, até a frente do cinema Vitória, onde tinha um camburão da polícia. Eles tinham jogado gás em nossos olhos. Fomos colocados na viatura. Torciam nossos braços, pegavam nossos cabelos de maneira truculenta.

Fomos levados a um posto policial na rodoviária, nem sabia que existia esse posto lá. Acho que, na época, era uma sala clandestina. Houve um processo de humilhação. Chegou outro companheiro meu todo amarrado, o Jussemar, que foi, literalmente, jogado na sala. Fomos, depois, levados ao DOPS, no Palácio da Polícia. O fotógrafo Loir

Gonçalves fez as imagens. Se não me falha a memória, ele recebeu um prêmio de direitos humanos por elas. Ele fez uma sequência de três fotos.

Marcos Klassmann foi preso nesta oportunidade também. Essa foi a minha segunda detenção. Desde o início, houve mobilização dos deputados da Assembleia. Uma pressão. E, como eles não reconheciam a minha detenção como política, nos ficharam como arruaceiros e nos soltaram. No momento da detenção eles batiam tudo o que podiam. Depois, dentro do Palácio da Polícia, não podiam bater. Havia humilhações. Lembro que o Jussemar foi amarrado com uma corda porque teria resistido. Essas coisas que eles usavam. Eles bateram muito no Marcos Klassmann porque eles sabiam que era um vereador cassado. Ele se identificou: "Sou Marcos Klassmann, vereador cassado pela ditadura militar".

Esse é o início do *Ói Nóis Aqui Traveiz* que, em sua trajetória, incorporará a sua pesquisa de linguagem à questão do teatro de rua, que nasce completamente ligado às manifestações políticas. Já em 1979, tínhamos vontade de criar uma encenação para o teatro de rua, baseada num texto chileno que chamamos *O Rei Já Era Parará-tim-bum*. E começamos a apresentá-lo em espaços abertos dos campus universitários para ver a reação, como isso ia acontecer até chegarmos à praça pública. Logo em seguida, quando apresentamos na PUC, houve muita repressão por parte da direção da universidade que tentou proibir a apresentação. Como ela aconteceu, eles nos enquadraram como indisciplinados, o que levou a um processo de expulsão de dois estudantes que eram da área da cultura do DCE da PUC. Foi o momento em que sentimos que a repressão ainda era muito forte.

Levamos essa encenação para dentro do nosso teatro. Mas começamos a abrir o espaço para discutir a atividade artística na rua, o que acontece em 1981. Nossa primeira intervenção cênica, atividades

artísticas na rua, estão associadas a movimentos populares de luta política. O *Ói Nóis* participa ativamente dos movimentos sociais com seus integrantes enquanto grupo. Lembro da presença do grupo como apoiador da greve da construção civil, com a renda de nosso espetáculo destinada ao fundo de greve.

Os atuadores do grupo participam ativamente da luta pela anistia. Participamos da longa vigília com um abaixo-assinado em que procurávamos reverter a anistia que estava sendo votada no Congresso Nacional, em agosto de 1979, que era de interesse do governo para livrar os torturadores. Esse processo da luta pela anistia mobilizou muito os atuadores. A vigília em praça pública, durante todo o mês de agosto, começou na escadaria da Catedral Metropolitana e, depois, foi para a Praça da Alfândega. Dia e noite, colhendo assinaturas, uma grande mobilização, que, no final de agosto, eclode com a greve da construção civil e, logo em seguida, com a greve dos bancários.

Havia atuadores que eram bancários, como o Caio Gomes, que teve participação ativa como militante na greve dos bancários. Todas essas questões levaram o *Oi Nóis* ao teatro de rua. O grupo teve uma participação no nascente movimento ecológico de Porto Alegre bem importante. Começamos a pensar que essa discussão tinha de ir para as ruas, que as pessoas tinham que ter uma compreensão maior de que a questão ecológica era política. Atuamos na área de mobilização através dessas manifestações, levar a questão ecológica para as ruas de uma maneira diferenciada das manifestações políticas até então.

Pela primeira vez, entrou a teatralização nos movimentos em Porto Alegre. A gente abria a manifestação de rua com uma teatralização, com alegorias. Íamos contando uma história através das imagens que abriam essa manifestação, como se deu em 5 de junho de 1981, Dia do Meio Ambiente. O centro da crítica, além de outras questões, como a

poluição do Rio Guaíba, era a implantação do Polo Petroquímico. Levantávamos a questão das usinas nucleares. Era o início da construção das usinas de Angra dos Reis. Houve duas manifestações bem fortes em 1981. Em seis de agosto, no dia da bomba de Hiroshima, levantamos a questão da pesquisa que os militares estavam fazendo na época para criar a bomba atômica brasileira. Eram manifestações que chamavam a atenção para várias questões ambientais, mas que, também, traziam a questão antimilitarista. O programa nuclear deste governo militar tinha uma origem, além de corrupta, também de vontade de fortalecer o Exército brasileiro e o regime vigente com a possibilidade de ser uma potência nuclear, com poder intimidatório na América Latina como um todo. Ou seja, transformar o Brasil em uma potência atômica.

Levantávamos toda essa questão. Desde como havia sido o tratado nuclear com a Alemanha, tudo o que havia por baixo desses acordos em questão de corrupção, até a questão da possibilidade do Brasil criar sua bomba atômica. Essas manifestações foram na Rua da Praia e foram duramente reprimidas pela polícia. Aí entra o absurdo, cômico se não fosse trágico, dos brigadianos destruindo as alegorias. Havia diversas alegorias que foram destruídas pela polícia. Até aquele momento, havia sempre um refluxo. Se ia para a rua, havia repressão, destruía-se tudo o que havia sido construído durante semanas e semanas de trabalho. Havia também pessoas agredidas, presas em meio à apresentação. Sempre tínhamos que, novamente, nos mobilizar, encorajar as pessoas a irem à confrontação com a polícia.

A manifestação tinha esse caráter da encenação teatral. Mas não conseguía-mos fazê-la. Nas duas vezes foi interrompida pela polícia. Ainda em 1982, o *Ói Nóis* participa ativamente do Comitê Pela Paz nas Malvinas. Fazemos uma manifestação teatralizada na rua, que é reprimida também. Os bonecos do Galtieri, ditador da Argentina, e da rainha da

Inglaterra foram destruídos pela Brigada Militar. Há repressão, mas é a maneira de tornar públicas discussões das quais a maior parte da população se mantinha distante.

A imprensa cobria as manifestações neste momento. Em todo esse final dos anos 1970 e início dos anos 1980 é fundamental o papel da imprensa. Os movimentos populares estão se manifestando, existe a repressão policial. A partir de 1983, junto ao movimento ecológico, já não sofremos mais repressão quando vamos à rua. Isso vai abrindo espaço para o teatro de rua do *Ói Nóis*. Aí elaboramos espetáculos que, no início, ainda têm curta duração. Depois, fomos ampliando. Vamos elaborando de uma forma mais qualificada os espetáculos porque eles já não têm características de uma ou duas apresentações.

Em 1985, montamos *Teon* (morte, em tupi-guarani), que é sobre o genocídio dos povos indígenas na América. Começa, então, o que chamamos o teatro de rua do *Ói Nóis*, o circuito de apresentações. No início, na área central, na Esquina Democrática e no Brique da Redenção. A partir daí, vamos entrando em contato com associações de moradores e começamos a fazer todo um circuito nos bairros populares que existe até hoje.

Começa o projeto que chamamos de "Caminho para o Teatro Popular" que é um circuito de apresentações regulares dos nossos espetáculos de teatro de rua em todos os bairros e vilas populares da grande Porto Alegre. Sempre com essa característica que é a de um teatro que procura discutir a realidade do nosso país. Sempre tivemos essa preocupação. Nosso último espetáculo foi a saga de Canudos, entre 2000 e 2007, em cima da discussão da questão da terra, resgatamos um momento da história do país, de um líder popular importantíssimo que foi Antônio Conselheiro, para discutir a reforma agrária nos dias de hoje.

Nosso espetáculo atual que é *O Amargo Santo da Purificação* traz a trajetória da vida e morte do revolucionário Carlos Marighella. Retratamos teatralmente esse período do país, com um enfoque na ditadura de Getúlio Vargas, no Estado Novo e no período do golpe militar. Queríamos discutir esse período da ditadura, os reflexos que a ditadura tem hoje, a luta que continua, como a luta pela abertura dos arquivos da ditadura, pela questão dos desaparecidos. A última cena do espetáculo é um arquivo que se abre de onde sai um personagem que está presente durante todo o tempo, que é uma menina com um balão. Durante a peça, o balão é estourado pelos ratos da repressão. Ela sai com balões de todas as cores e voam papéis de dentro do arquivo com o nome e as informações básicas de cada um dos mortos e desaparecidos pela ditadura militar. Até hoje, continua essa questão que para nós é importantíssima.

O *Ói Nóis* continua trabalhando a questão política em nossos espetáculos. O nosso compromisso é com a memória. O espetáculo de teatro de rua chega a muitas pessoas. Há muita gente que não sabe quem foi Carlos Marighella, a questão dos desaparecidos são pequenas notas nos jornais, não se dá ênfase a isso. Vivemos em um chamado Estado democrático de direito que não resolveu uma questão crucial, a questão da verdade. Enquanto isso não acontecer, não se avançará em vários campos. Enquanto os torturadores não forem punidos, continuará havendo tortura nas delegacias de polícia. Não é crime: enquanto a tortura, na prática, não for crime. Os torturados foram todos anistiados. São discussões que acreditamos ser importantíssimas. Através do teatro levamos essa questão ao público.

Queremos também levar o instrumento de fazer teatro aos bairros populares. Temos um projeto, que é a Escola de Teatro Popular da Terreira

da Tribo, que é procurar, por meio de oficinas teatrais, abertas e gratuitas, chegar a essa população excluída do acesso à informação e à atividade artística. Tanto na nossa sede, na Terreira da Tribo, acontecem diversas oficinas, como atuamos em sete bairros de Porto Alegre. Claro que sempre levando o próprio projeto que se chama "Teatro Como Instrumento de Discussão Social". O teatro sempre é visto como um instrumento para reflexão da nossa sociedade, para o resgate da cidadania.

São oficinas abertas e gratuitas em sete bairros como Humaitá, Restinga, Vila Pinto, uma das zonas mais pobres do Bairro Bom Jesus. Eles nos recebem muito bem. A oficina na Vila Pinto já está em seu quarto ano. Levamos um circuito de apresentações a esses bairros também. Os espetáculos que são montados nas oficinas circulam nos bairros. Temos uma amostra que chamamos de "Jogos de Aprendizagem", na qual a Oficina da Restinga, por exemplo, monta um espetáculo e vai ao Humaitá, a Belém Novo, todos os bairros que temos, Partenon, Parque dos Maias e São Geraldo, onde é a sede da Terreira da Tribo (São Geraldo, 1186).

Concluí minha faculdade, apesar de não ter sido meu objetivo. Dentro dessa militância estudantil fui fazendo as cadeiras e concluí a Direção Teatral. Na época, quando saí do Centro Acadêmico, ao terminar o curso, em 1979 e 1980, ainda havia uma mobilização grande. Estava em efervescência. Depois, fui, aos poucos, perdendo o contato com a universidade.

A PARANOIA DO EMISSÁRIO

*Rafael Guimaraens**

Julho de 1977. Aeroporto de Guarulhos, São Paulo.

O funcionário público federal Luiz Abreu aguarda o embarque para Porto Alegre quando um homem o interpela com educação. Carrega um envelope pardo volumoso, mostra sua identidade e faz um pedido.

"O senhor pode me fazer um favor. Tenho que enviar esse envelope para Porto Alegre com urgência. É material de imprensa. O senhor não se incomodaria de levá-lo para mim?".

O passageiro estranha o pedido. O homem argumenta:

"Normalmente, esse tipo de material é enviado por malote, mas estamos com pressa, pois ele será publicado em um jornal que está entrando na gráfica".

Abreu julga-se satisfeito e aceita a incumbência. O homem lhe dá instruções complementares. Ao desembarcar em Porto Alegre, ele será procurado por uma mulher loira chamada Rosvita, a quem deverá entregar o envelope.

Duas horas mais tarde. Aeroporto Salgado Filho, Porto Alegre.

Rosvita Saueressig, chefe de redação do *Coojornal*, procura, entre

* Jornalista. Atuou como repórter, editor e secretário de redação do *Coojornal*, da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

os passageiros, o que corresponda à descrição feita pelo seu colega de São Paulo.

"Desculpe. Senhor Luiz Abreu, não é? Meu nome é Rosvita e o senhor deve ter um material para me entregar".

O homem está visivelmente nervoso:

"A senhora deve estar me confundindo. Com licença".

"A descrição confere. É um material de imprensa num envelope..."

Ele olha para os lados, nervoso:

"Bem, houve um problema. Sem querer derramei café e o material ficou inutilizado. Lamento".

"Senhor Abreu. Esse material me pertence. Por favor, tenha a bondade..."

Luiz Abreu irrita-se com sua insistência.

"A senhora tem noção do que havia naquele envelope?"

"Claro. É nossa matéria de capa. Só falta essa reportagem pra mandar o jornal para a gráfica".

"Uma reportagem subversiva!"

"Olha, meu colega lhe pediu para que o senhor nos trouxesse o material. O senhor concordou. Só lhe peço que entregue o material que nos pertence".

"Eu inutilizei o material. Por favor, não tente me comprometer. Me esqueça. Não conheço nenhum colega seu de São Paulo, nunca lhe vi. Me esqueça, sim?".

Claro está que vivíamos um período pré-internet. Aliás, pré-fax. Para as comunicações entre redações, os jornalistas contavam com a "modernidade" do telex – gravar a fita e transmiti-la por via telefônica.

No caso de matérias mais extensas como aquela, não valia a pena o custo da ligação. Normalmente, recorria-se aos malotes, que chegavam ao destino apenas no dia seguinte. Para agilizar as coisas, adotou-se a informalidade de pedir a algum passageiro a gentileza de levar o material em sua bagagem de mão a alguém que estaria esperando no aeroporto de destino.

Nunca houve problema até aquele dia em que, durante o voo, o funcionário público Luiz Abreu – guardei o nome porque era o mesmo de nosso fotógrafo – deu vazão à curiosidade. Abriu o envelope que continha vários maços de laudas dobradas ao meio e ficou aterrorizado com o conteúdo que carregava: uma relação de todos os cidadãos punidos desde o Golpe Militar de 31 de março de 1964.

O levantamento fora realizado por uma superequipe de jornalistas de São Paulo, liderados por Hamilton Almeida Filho, Mylton Severiano da Silva, Narciso Kalil, Elifas Andrato, entre outros. Ex-integrantes da revista *Realidade* foram responsáveis por algumas das publicações mais criativas do país, na década de 1970. Tinham um pacto entre eles: cada vez que a ditadura impunha censura prévia a alguma de suas publicações, eles a fechavam e abriam outra. Assim, foram criando e fechando jornais e revistas: *Bondinho*, *Ex*, *Mais Um* e, finalmente, *Extra – Realidade Brasileira*, uma coleção de livros-reportagem.

A capa do primeiro número mostrava a logomarca da Rede Globo com o título abaixo: "O Ópio do Povo". Na segunda edição, o tema era as relações entre Igreja e governo. O terceiro, uma coletânea de contos "malditos", editada por João Antônio. A quarta, contava a vida de um jovem egresso da Febem que matou a mulher e se suicidou. Nesta edição, anunciavam a próxima atração da revista: uma extensa reportagem sobre os cassados pelo regime militar no país.

A ditadura reagiu preventivamente: censura prévia na *Extra*.

O grupo lançou um manifesto e fechou a revista. Mas o material estava pronto e havia um jornal disposto a publicá-lo.

O *Coojornal* nasceu em 1974, a partir de conversas de jornalistas porto-alegrenses, muitas delas realizadas de madrugada, na churrascaria Itabira, no Menino Deus. As angústias que levaram profissionais de várias redações a buscar uma forma de organização alternativa eram de duas naturezas. 1) a crise do mercado de trabalho: Porto Alegre tinha, então, "apenas" sete jornais diários: *Correio do Povo*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*, da Caldas Junior; *Zero Hora* e *Hoje*, do grupo que mais tarde se chamaria RBS; *Diário de Notícias* (já definhando) e *Jornal do Comércio*. Além disso, sucursais grandes – *O Globo*, *Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Veja* – empregavam pelo menos dez jornalistas cada uma. Mas, ainda assim, o mercado não absorvia o número de formandos que saíam das faculdades a cada ano. 2) a insatisfação dos jornalistas quanto à falta de liberdade nas redações, tanto pela conjuntura política, quanto pela estrutura conservadora reinante nos jornais, com excessivo controle patronal sobre o que deveria ou não ser publicado.

Foi criada a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, a Coojornal, com a ideia de que, em algum lugar do futuro, pudéssemos editar nosso próprio jornal. Há que se fazer uma diferenciação. Usava-se "a" Coojornal para designar a cooperativa como estrutura e "o" *Coojornal* quando nos referíamos ao jornal, inicialmente, um boletim mensal de oito páginas, com circulação restrita e pauta limitada a assuntos específicos da área da Comunicação. Uma crise interna na *Folha da Manhã* precipitou as coisas. O jornal nascera em 1967 com a proposta moderna de alcançar o público jovem, um tanto incongruente, com os rígidos padrões conservadores da Companhia Jornalística Caldas Junior. Claro está que a

breve história foi recheada de conflitos entre a redação e os proprietários. A notícia sobre um episódio de violência policial foi a gota d'água, que levou à demissão do secretário de redação Ruy Carlos Ostermann. Pelo menos, 20 jornalistas se afastaram em solidariedade. Seu destino foi um casarão de dois andares na Rua Comendador Coruja.

O *Coojornal* ganhou vida. Em outubro de 1976, exatamente o mês que ingressei na cooperativa como arquivista, o jornal foi às bancas. Em pouco tempo, tornou-se uma referência de qualidade que ultrapassara o próprio slogan: "O jornal dos jornalistas". Ali, comecei a conviver com meus verdadeiros mestres de jornalismo: Osmar Trindade, Elmar Bones, José Antônio Vieira da Cunha, Ayrton Kanitz, André Pereira, Caco Schmitt, Najar Tubino, Ayrton Centeno, Jorge Polydoro, e mais Rosvita, Lenora Vargas, Elaine Lerner, Jorge Gallina, Lílian Bem David, Edgar Vasques, Fraga, Ferre, Jaqueline Joner, Luiz Abreu, enfim...

Inevitavelmente, o *Coojornal* estava automaticamente alinhado no amplo sentimento de resistência democrática que se expandia no país, especialmente após o fim do chamado "milagre econômico". Criava-se uma entidade nacional chamada "imprensa alternativa", que alguém apelidou de imprensa "nanica", uma espécie de pequenos Davi, enfrentando a disputa de versões contra os Golias representados pelos jornalões: *Pasquim*, o mais velho e mais irreverente; o *Opinião*, representante das camadas médias em contradição com a ditadura; *Movimento*, de perfil ideológico mais definido, à esquerda; os jornais de tendências estudantis e do movimento operário, mais bravos alternativos do Sul como o heróico *Denúncia*, editado pelo Carlos Alberto Kolecza; o *Lampião*, uma criativa folha Standard frente e verso; o *Tição*, do movimento negro; a revista de cultura *Paralelo*, do Juarez Fonseca, Delmar Marques e Emilio Chagas, e, bem, sempre se corre o risco de esquecer alguém.

Em vez de artigos de fundo político e ideológico presentes em outros veículos da chamada imprensa alternativa, o *Coojornal* combatia com reportagens consistentes sobre a realidade brasileira e alguns ingredientes característicos como o jornalismo histórico, trazendo à tona episódios da história recente do país e abrindo espaço para os que traziam novos elementos que contestavam a história oficial.

Além de uma pauta própria decidida em reuniões abertas entre os associados, o *Coojornal* recebia contribuições de jornalistas de todo o país, muitas vezes, matérias que os jornais diários se recusavam a publicar por razões políticas.

Repórter que tivesse matéria censurada pelos patrões sabia o que fazer.

Foi o caso da matéria das cassações.

Por sorte, a equipe do *Extra* fizera cópias xerox da reportagem. Assim, em agosto de 1977, a edição nº 18 estampava a manchete: "Alencar Furtado é o 4.236º cassado no país". A reportagem mostrava um minucioso levantamento de todos os brasileiros punidos por atos institucionais do regime militar, desde Luiz Carlos Prestes, em abril de 1964, até o senador paranaense, cassado logo após um discurso em que denunciava a prática de tortura no país.

Mas a história não termina aí.

A edição dos cassados saiu com 12 anúncios. Para a edição seguinte, o Departamento Comercial só conseguiu dois anunciantes. Obviamente, não se tratava de coincidência. O presidente da Coojornal, José Antônio Vieira da Cunha, foi tirar a história a limpo. Alguns ex-anunciantes desconversaram, mas o presidente da Unimed, Arnaldo Mallmann, revelou: fora pressionado pela Polícia Federal a retirar o anúncio, mas resistiu.

Vieira dirigiu-se ao superintendente da Polícia Federal, Luiz Mackssen de Castro, para pedir esclarecimentos. O delegado saiu-se com um eufemismo. Não pressionou ninguém, mas se sentiu no direito de expor a cada um dos anunciantes seu ponto de vista sobre o jornal que eles estavam sustentando (cabe uma explicação: nem os anunciantes, nem as vendas em banca sustentavam o *Coojornal* e, sim, uma estrutura prestadora de serviços que empregava dezenas de jornalistas e produzia publicações para cooperativas, sindicatos e instituições).

De qualquer forma, a mensagem foi captada.

Seria o primeiro *affair* direto do *Coojornal* com a repressão.

O outro seria bem pior.

A casa onde funcionava a Coojornal tinha um portão junto ao muro, a que se seguia um corredor até a entrada lateral. Entrava quem quisesse. Num dia impreciso, em meados de 1979, quem entrou foi um jovem robusto, cujo corte de cabelo não deixava dúvidas quanto à sua condição militar, embora estivesse à paisana. Não era, portanto, o tipo de pessoa que frequentava a casa. Que eu lembre, o único militar que aparecia por ali era um ex-tenente da Aeronáutica, Mario Ranciaro, obcecado pelo desaparecimento de um soldado chamado Hugo, personagem que nunca soubemos se era real ou não.

Naquela manhã, o jovem se apresentou como Carlos Mar Echeverría de Quadros, cabo servindo num quartel da fronteira. Mostrou a mim e ao chefe de redação Osmar Trindade um telegrama original em que o Serviço Nacional de Informações (SNI) pedia uma investigação rigorosa sobre uma eventual ligação entre o *Coojornal* e os Tupamaros, grupo guerrilheiro que fazia oposição à ditadura militar uruguaia. E disse que tinha mais coisas.

Fomos eu e o Trinity a bordo de meu Chevette 76 vinho, que padecia um incurável problema na suspensão dianteira, até um endereço da Rua Silva Só. O cabo estava hospedado no apartamento de um primo num edifício de apenas três andares, um pouco antes do quartel do Corpo de Bombeiros. Ele retirou e espalhou sobre a cama um farto material com carimbos do Exército. Tratava-se de dois relatórios confidenciais do Exército sobre o combate à guerrilha. Um deles relatava o cerco à guerrilha instalada no Vale da Ribeira, em São Paulo; o outro, a perseguição final ao ex-capitão Carlos Lamarca. Ambos eram assinados pelos generais que comandaram as respectivas operações. Havia fotos dos exercícios militares, mas as mais impressionantes eram do cadáver de Lamarca, como se fosse o próprio Che (faltavam apenas os soldadinhos bolivianos sorrindo ao redor).

Carimbos e assinaturas davam autenticidade ao material, mas as verdadeiras motivações do "cabo Mar" – como o chamaríamos dali em diante – nunca ficaram claras. Ele se dizia injustiçado e frequentemente humilhado por seus superiores, não se sabe em que medida. O certo é que era requisitado para ações clandestinas da repressão, como fazer pichações.

A decisão de publicar ou não os documentos exigiu várias reuniões. Do ponto de vista jornalístico, não havia dúvidas. A grande questão era conjuntural: a abertura política já permitia a publicação de materiais confidenciais, especialmente sobre a guerrilha, um tema ainda tabu na imprensa brasileira? Não seria o "cabo Mar" um agente da repressão usado para desencadear um processo que poderia levar ao fim da Coojornal?

A estratégia: publicaríamos inicialmente o telegrama que aventava uma ligação entre o jornal e os tupamaros e esperaríamos a reação.

Uma das características do *Coojornal*, por questões geográficas e culturais, era a atenção ao chamado Cone Sul. Suspeitava-se – e mais tarde ficaria comprovado – de vinculações entre os órgãos de repressão do Brasil, Uruguai e Argentina. O C*oojornal* aderiu à campanha pela libertação de Flávia Schilling, presa em Montevidéu desde 1972. Não apenas através de reportagens, mas editou um livro *Querida Família*, reunindo cartas dela escritas na prisão. As primeiras notícias sobre o gaúcho Flavio Koutzii, preso na Argentina, foram publicadas no *Coojornal* e iniciaram uma ampla campanha pela sua libertação.

No final de 1978, Lilián Celiberti e Universindo Díaz foram sequestrados em Porto Alegre por policiais gaúchos e levados ao Uruguai junto com os filhos dela, Camilo e Francesca. O sequestro dos dois uruguaios e suas implicações viraram pauta permanente do *Coojornal*.

No início de 1979, o jornal publicou uma reportagem sobre a vida dos tupamaros exilados em Paris. Os entrevistados demonstravam um certo tom de desilusão quanto à eficácia da luta armada. Mesmo assim, a paranoia militar formou um juízo: o *Coojornal* estaria recebendo dinheiro para melhorar a imagem dos tupamaros e piorar a do governo uruguaio.

O jornal publicou o telegrama e criou um movimento para esclarecer a questão junto ao Governo Federal.

Em março de 1980, finalmente a matéria foi publicada: "Os relatórios do Exército Sobre a Guerrilha". Houve o cuidado de se publicar o material na íntegra, sem qualquer comentário ou avaliação. A única interferência foi adicionar, na forma de rodapés, explicações sobre códigos, materiais ou armamentos.

A reação foi imediata.

Pouco mais de um mês depois, recebíamos intimação para depor.

Em seguida, éramos réus. O processo foi aberto por ordem direta do comandante do III Exército, Antônio Bandeira, o mais duro da "linha dura", o mais extremista da extrema-direita.

Parêntesis. Naqueles dias, ele convidara os principais empresários gaúchos para um almoço de "confraternização". O prato principal: uma palestra sobre a infiltração comunista na imprensa. Já na chegada, havia uma exposição dos jornais da imprensa alternativa, mas a verdade é que sobrou até para os grandes. Entre as "provas" apresentadas pelo general estava a novela "Dancin' Days", em que Sônia Braga fazia papel de uma ex-guerrilheira que se divertia nas *discotèques*. Outro exemplo: o jornal *Zero Hora* publicara uma matéria sobre a visita do ditador argentino Jorge Videla a Porto Alegre. A edição trazia um encarte para os vestibulandos sobre o tema fascismo, que acabou grudada na cobertura sobre Videla. Para o general Bandeira, não se tratava de coincidência. Indignado, Maurício Sirotsky deixou o local sem almoçar.

O terrorismo de direita estava em franca atividade: bancas de jornais eram queimadas em todo o país, uma bomba explodiu na sede da OAB do Rio de Janeiro, matando uma secretária. Algumas semanas depois que uma bomba explodiu no colo de dois agentes do Exército que tinham a ordem de colocá-la no Riocentro, durante um show de 1º de Maio, estávamos sendo julgados. Julho de 1981. Após um julgamento de dez horas, fomos os quatro condenados a seis meses de prisão pela publicação de material confidencial.[1] O conselho de sentença era integrado por seis coronéis e um juiz civil. Soubemos que os militares pretendiam uma pena de oito anos de prisão, mas o juiz os convenceu que não havia amparo jurídico para tanto. Os coronéis firmaram pé: "Então, alguém tem que sair preso".

[1] [Nota dos Organizadores]: Os quatro jornalistas condenados foram Elmar Bones, Osmar Trindade, Rafael Guimaraens e Rosvita Saueressig.

Segundo as leis, teríamos direito a responder o processo em liberdade, já que éramos réus primários. Mas eu e Trindade respondíamos a uma interpelação judicial impetrada pelo coronel Átila Rohrsetzer, um dos expoentes da repressão gaúcha. Em matéria publicada no jornal *O Rio Grande Semanal*, um filhote do *Coojornal*, de duração efêmera, acusamos o oficial de ser o autor intelectual do sequestro dos uruguaios. Em vez de nos processar por calúnia, ele ingressou com uma representação para que divulgássemos a fonte, o que, amparados no sagrado direito de preservação das fontes, não atendemos.

Na negociação que se instaurou no Conselho de Sentença, a interpelação do coronel Átila foi usada para nos tirar os "bons antecedentes". Assim, naquela noite uma camionete Veraneio nos conduziu ao Presídio Central. No dia seguinte, eu e Trindade acabamos no Presídio Feminino Madre Pelletier, pois o Central não possuía as celas especiais a que tínhamos direito.

Num momento pós-anistia, em que os últimos presos políticos estavam sendo soltos, a condenação de quatro jornalistas e a prisão de dois deles virou debate nacional. Diariamente, recebíamos repórteres de todo o país. Políticos nos visitavam, entre eles, Teotônio Vilela, uma espécie de paladino da anistia.

Até onde tinha chegado a democracia brasileira?

Nosso advogado Marco Túlio De Rose era criticado injustamente pela demora em ingressar com o pedido de *habeas corpus*. Aos jornalistas ansiosos que o procuravam, ele respondia com evasivas, que estava examinando bem o caso, aguardando a publicação da sentença e coisas deste tipo. A razão era outra, que ele não podia revelar. Como a Justiça estava em recesso durante aquele mês de julho, um eventual pedido seria examinado pelo juiz de plantão. Nos primeiros dias, quem

ocupava o posto era uma espécie de mentor do juiz civil que nos condenou. De Rose calculou que dificilmente ele concederia o benefício. Então, esperou a troca do plantão. Recebemos, então, o aguardado alvará de soltura.

Resultado de um plano maquiavélico ou não, o fato é que o processo liquidou com a Coojornal e o *Coojornal*. Naturalmente, existem outros fatores associados, mas nossa condenação foi decisiva para condenar esta experiência única e profícua dos jornalistas gaúchos. Ainda sofremos uma segunda condenação à revelia, com um "descuido" do escritório de Brasília, encarregado de nossa defesa junto ao Superior Tribunal Militar.

No início de 1983, Elmar foi preso na sucursal da *Gazeta Mercantil*, onde trabalhava, e passou a noite no Presídio Central, dividindo a cela com um rapaz que matara um amigo com um golpe de karatê, na passarela do Parcão. Trindade conseguiu despistar os policiais que o procuraram na própria sede da Coojornal. "Ele recém saiu", disse aos agentes e escapou na direção oposta. Rosvita trabalhava na TVE e só não foi presa no local porque se atrasou e foi avisada a tempo. Quanto a mim, no momento que policiais chegaram ao apartamento onde morava na Cidade Baixa, estava no gabinete do governador José Augusto Amaral de Souza, a quem entrevistava para um freelancer para a revista *Veja*. Ele havia cobrado judicialmente uma dívida da Caldas Junior com a Caixa Econômica Estadual. Em resposta, o todo poderoso Breno Caldas escreveu o famoso editorial, "um palmo a menos".

A categoria mobilizou-se e produziu uma edição especial do *Coojornal* sobre a nova condenação. Ficamos mais cinco dias – desta vez, os quatro – presos no Madre Pelletier até sairmos novamente através de *habeas corpus*. Ainda tínhamos a chance de recorrer ao Supremo Tribunal

Federal, mas não foi necessário. Houve um consenso de que não havia mais clima no país para prender jornalistas. O processo foi esquecido em alguma gaveta até prescrever. Mas o golpe mortal na Coojornal já fora desferido.

A maioria dos outros jornais alternativos deixou de existir no mesmo período, pelas mais diversas razões, incluindo a falta de leitores. O país havia mudado. A ditadura se manteve até 1985, cada vez com menos representatividade e forçada a conceder mais e mais espaços à sociedade. Em vez de "apesar de você amanhã há de ser outro dia", a classe média cantava "se a Débora Kerr que o Gregory Peck, não vou bancar o santinho". A mobilização política perdia espaço para a política do corpo.

Mas creio que ali, nas passeatas, nas assembleias, nas greves, nas recepções aos anistiados e nas redações minúsculas, começou a se moldar um novo Brasil.

O RENASCIMENTO DA LUTA SINDICAL: A GREVE DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE*

*Olívio Dutra***

Em 31 de março de 1964, às vésperas do golpe que ocorreu em 1º de abril, eu tinha 23 anos e era bancário há três anos. Havia entrado no Banrisul por concurso em 1961. Tinha participado de uma greve de bancários em 1962, mas tudo isso em São Luiz Gonzaga, nas Missões, a 510 quilômetros a oeste de Porto Alegre. Lá não tinha sindicato, e eu não tinha vinculação orgânica com nenhuma organização ou partido. Meu pai era carpinteiro. Minha mãe, dona de casa. Sou o segundo de cinco filhos. Morávamos na periferia da cidade onde não tinha ainda luz elétrica. Meus pais votavam no antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Havia todo um agito. A disputa era entre o PTB e o antigo Partido Social Democrático (PSD). Me criei com meu pai nos levando aos comícios do PTB.

Os mais ricos, conservadores, eram, em sua maioria, adversários do PTB. Faziam campanhas anticomunistas, mesmo sem saber o que era o comunismo. Eu tinha uma militância periférica entre os chamados Vicentinos, uma congregação de leigos que se reunia no final da segunda missa da Igreja Católica, no centro da cidade. A maioria daquele pessoal que compunha os Vicentinos era bem relacionada com a cúpula da Igreja.

---

* Depoimento concedido às jornalistas Vânia M. Barbosa e Vanessa Albertinence Lopez em 20 de agosto de 2009.

** Sindicalista. Presidente do PT/RS. Ex-prefeito de Porto Alegre (1989-1992). Ex-governador do Rio Grande do Sul (1999-2002).

Eu era o filho do carpinteiro e minha participação naquelas reuniões era bem vista por uns e vista sem entusiasmo por outros. Não faziam pregação ideológica, mas expressavam uma visão conservadora da Igreja. Depois, mais adiante, fui perceber que a maioria deles considerou o golpe militar uma coisa boa. As igrejas e o povo estavam livres do comunismo.

Lá em casa não era assim: meu pai e minha mãe diziam que o golpe havia sido contra o Getúlio Vargas, João Goulart (Jango) e Leonel Brizola. Portanto, havia sido contra nós, o povo mais pobre. Essa era a ideia que eu tinha. Naquele momento, não tinha qualquer militância que me colocasse de imediato a enfrentar o golpe. Tinha que compreender melhor o que estava acontecendo. Era um simples simpatizante do PTB.

Um tio, irmão da minha mãe, base do Partidão (PCB), nos idos de 1954, antes da morte de Getúlio, fora preso colando cartazes contra o Getúlio nos postes da Praça Matriz. Apanhado nessa situação, passou meses na cadeia. Quando foi solto, não tinha ambiente para ficar na cidade, não arrumava emprego de jeito nenhum. Isso dez anos antes do golpe. Ouvia discussões do meu tio com minha mãe: "Amélia, não te ilude com o PTB, com o Getúlio. Esses caras são das elites dominantes". Minha mãe gostava muito do tio Pedro. Ele era o seu irmão mais velho. Na cadeia levei-lhe muitas vezes uma vianda de comida preparada com sacrifício pela sua família, que começava a passar necessidades. Veio para Porto Alegre no ano seguinte.

Em 1964, depois do golpe, as coisas foram se destrinchando na minha cabeça. Chegou em São Luiz, vindo de lutas que eram travadas na região próxima e escapando de perseguições por supostas ligações com um Grupo dos Onze, Flávio José Betanin, hoje meu compadre. Era um jovem advogado que dava assessoria para o Movimento dos Agricultores Sem-Terra, o MASTER, na região de Sarandi. Ele procurou se

estabelecer na cidade, com a família, constituindo uma banca de advocacia. Nos encontramos por conta de eu ser, então, um jovem que lia, comprava livros por reembolso postal. Em uma roda aqui, outra ali, passamos a estabelecer uma relação de conversa, de leitura dos mesmos livros, que se desdobrou em amizade.

Precisávamos de uma escola de 2º grau em São Luiz para a juventude, filhos(as) das famílias mais modestas. Só tinha o grupo escolar até a 5ª série, o Senador Pinheiro. Depois, vinha o ginásio dos padres Franciscanos Menores Conventuais Americanos. Meu pai colocou-nos, eu e meu irmão, os dois filhos mais velhos, naquela escola. E pagava com o seu trabalho na carpintaria do colégio. Fui semi-interno e trabalhava na escola também. Mas, depois do ginásio, não tinha como prosseguir os estudos. Abraçamos um movimento que já tinha repercussão nacional. Surgira no norte do país, da base da Igreja Católica. Se não me engano, seu ideólogo era Tiago Gomes, uma liderança católica da década de 1960. Esse movimento era anterior ao golpe. Chamava-se Campanha Nacional das Escolas de Comunidade. A campanha mobilizou a juventude pobre. A ditadura já se antenara para ela. A cada instante surgiam boatos de uma lista de pessoas a serem chamadas para prestar esclarecimentos na unidade militar sediada na cidade.

O processo de legalização da escola avançava. O prefeito, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e as elites começaram a se preocupar conosco. Por conta disso – eu já casado com a Judite, grávida da Laura, e o Espártaco, com um ano de idade –, fui transferido para Porto Alegre, em 1970.

Portanto, nos chamados "anos de chumbo", eu não estava em Porto Alegre. Aqui cheguei em maio de 1970, sem vinculação orgânica com partidos ou grupos políticos e, também, sem experiência sindical. A

greve da qual participara em 1962 não tinha sindicato para organizá-la. O mais próximo era o de Santo Ângelo. Mesmo assim, ajudei a reunir os bancários em São Luiz. Entramos em greve e dois dias depois ela acabou. Fiquei me perguntando: "Por que nos reunimos para decidir o início da greve e o mesmo não aconteceu para decidir o seu fim?"

Cheguei em Porto Alegre, portanto, com caroços no lombo. Não viera por minha vontade. Tinha já clareza do significado e das consequências do golpe militar. Aquela experiência de 1962 ficara martelando em minha cabeça. Sindicalizei-me. A transferência abrupta em 1970 fazia-me pensar nos desdobres mais complicados de uma luta coletiva e de longo prazo.

Na época, dois bancários estavam presos pela ditadura: o Valneri Antunes, secretário do sindicato, e o outro da direção da Federação dos Bancários. Não conhecia nenhum dos dois. Em 1970, o sindicato estava saindo da segunda intervenção do regime militar. O presidente era Luiz Carlos Mazuhi Cunha, funcionário do Banco do Brasil, uma bela pessoa, hoje já falecido. O Sindicato dos Bancários estava sob ostensiva vigilância do regime e de seus órgãos de inteligência, não bastasse o controle da Delegacia Regional do Trabalho, por conta da própria CLT.

Fui trabalhar na agência mais distante da matriz do Banrisul em Porto Alegre de então: Cristo Redentor, na esquina da Avenida Assis Brasil com a Francisco Trein, na frente da Indústria Wallig e nas proximidades dos Hospitais Cristo Redentor e Conceição, na época privados, e do Sindicato dos Metalúrgicos. Do início da Assis Brasil, onde moro até hoje, em 20 minutos, eu podia ir a pé ao trabalho. Eu ia de ônibus ao sindicato no final da tarde, depois do expediente no banco, apanhava o material que encontrava sobre o balcão e o distribuía no outro dia, nas agências bancárias próximas de onde eu trabalhava. Nessas idas

ao sindicato eu notava que havia um militar do Exército, na antessala da diretoria, observando tudo.

Eu não conhecia os integrantes da diretoria. Segundo informações que recebia de pessoas que começavam a me procurar, o sindicato não denunciava a prisão dos dois bancários pelo DOPS. Começamos a realizar reuniões semiclandestinas em torno dessa e de outras questões. Eu não conhecia Porto Alegre. Hoje, isso pode até parecer hilariante. Uma companheira desse grupo morava em Alvorada e trabalhava na Santa Casa. Tínhamos que denunciar algo que acontecia na Santa Casa. Claro que não poderia ser ela a fazer isso, pois trabalhava lá. Tocou para mim. Eu tinha que me informar sobre como me movimentar ali. Eu levantava cedo e ia na parada na Assis Brasil, apanhava o ônibus que vinha de Alvorada para o Centro, conversava com a companheira e, assim, produzimos um material que denunciava o problema. Acho que era algo sobre falta de assistência de saúde, algo objetivo e concreto. Fizemos o mosquitinho chegar lá para ser lido pelo povo que de madrugada fazia fila em busca de um serviço deficiente.

Eu nunca tinha entrado na Santa Casa. Parecia um castelo. Lembro de um jardim interno e do trabalho de colocar o material em locais estratégicos para que o povo que ia ali o lesse. Depois, o grupo se reunia para avaliar como tinha sido a repercussão. Nessa ocasião, a companheira com quem me encontrava no ônibus certamente era a principal fonte de informação. Eu não participava das reuniões porque era periferia desse grupo. Em um determinado momento, eles não tinham onde se reunir. E conversaram comigo. Meus filhos já estavam maiores. O Espártaco tinha três anos, e a Laura, um ano, era de colo. Nos finais de semana ou feriados, quando se reuniam lá em casa, a Judite e eu pegávamos as crianças e íamos de ônibus para o Parque Farroupilha.

A essas alturas, o Luiz Carlos Mazuhi Cunha, presidente do sindicato, foi lá na agência, no meu trabalho, para dizer: "Olha, eu não te conheço, companheiro, mas tenho te visto no sindicato. Sei que tu pegas material para distribuir. Eu queria te alertar. Tu viste que tem um militar lá no sindicato. Não é da nossa vontade. Aquilo é da ditadura. Aquele cidadão está lá para alertar os órgãos de segurança e, a qualquer coisa, chamar a direção para esclarecimentos". E era verdade. O sindicato estava garroteado. Tinha uma direção que não era formada por interventores nem por pelegos. Eram de esquerda, com vinculações com o antigo Partidão. O Mazuhi era uma figura séria e muito consciente das coisas. Sua ligação com a base bancária era pequena porque o pessoal do Banco do Brasil era a elite da categoria. Mas também eram os mais esclarecidos e muito militantes.

Eu agradeci ao colega presidente a informação. Em outra feita, ele foi lá ainda mais nervoso. O material sobre a prisão dos dois bancários começou a circular, e o cidadão repressor e a própria Delegacia Regional do Trabalho foram para cima do sindicato. Para aquele material circular fizemos dezenas de reuniões, dentro de ônibus, na frente de bancos, em cafés ou bares, para decidir uma lauda que denunciasse a prisão dos dois bancários. Criticávamos o sindicato por não denunciar. Eu, basista. Ele chegou mais nervoso porque fizemos chegar o documento a várias agências. Não foi fácil fazer isso. Pegamos uma lista telefônica, envelopes e datilografamos. Cada um com um monte para datilografar. E os colocamos em postos do Correio de diferentes bairros e cidades da Região Metropolitana.

Eu ficava cuidando, na minha agência, o que o gerente ia fazer quando chegasse o envelope. Eu era cumpridor dos meus deveres

funcionais. O pessoal me respeitava por isso, mas me dizia: "Olha, colega, tu estás indo no sindicato, o sindicato é perigoso, a não ser que tu sejas comunista. Mas comunista é pior ainda. Te cuida e não nos envolve". Eu dizia que havia problemas em nossa categoria que tinham de ser resolvidos e que eu achava que o sindicato era para isso. Ia desdobrando eles e ganhando respeito pela persistência. Claro, por conta disso nunca fui promovido no banco, a não ser por tempo de serviço.

Quando chegou o envelope, o gerente me chamou e disse: "O que eu faço com isso aqui?", e entregou para mim o material. Tinha dois ou três bancários mais propensos a se informar, e passei para eles, guardando o restante para encontrar forma de entregar em outras ocasiões e/ou locais.

Em outra feita, o Mazuhi foi ao banco para me dizer que tinha eleições no sindicato e eles enfrentavam um problema sério para compor a direção. Era aquele terror, as pessoas com medo. Ia para o sindicato quem estava querendo arrumar um acordo com os bancos e sair da categoria. Eu tinha consciência de que isso devia mudar. Mais gente começava a ir ao sindicato, uns por conta da assistência dentária, outros para cortar o cabelo, outros para apanhar livros na biblioteca, e acabavam participando de reuniões. Até mesmo nas assembleias de prestação de contas, por exemplo, começava a chegar mais gente, mesmo que lá estivesse o suspeitoso representante da Delegacia Regional do Trabalho. Sua presença certamente era uma prestação de serviço ao regime militar, mas também decorria da própria CLT, que, desde a época de Getúlio, determinava o controle do Estado sobre os sindicatos. Por não concordarmos com isso, começamos a fazer um movimento, provocar reuniões no sindicato, preparar uma pauta para a campanha salarial.

Através das lutas localizadas, crescia a luta contra a ditadura. Alguns grupos organizados optaram pela luta armada, depois de muitas discussões na esquerda. Não participei dessas discussões. Eu me situava no campo mais amplo, democrático, popular. Mas éramos parte desse processo. O Mazuhi disse: "Meu colega, tu tens que ir para a direção do sindicato". Eu argumentei que não tinha a experiência e a vivência deles. Disse que minha compreensão era que a ditadura só viera agravar o esvaziamento e a submissão a que o peleguismo, por décadas, conduzira os sindicatos.

Ele se mostrou contrariado, porque nos textos em que denunciávamos as prisões, nós, pelo esquerdismo, dizíamos que o sindicato não tinha dado a importância devida a esse fato grave. Ele me provou por *a* mais *b* que o sindicato já tinha feito de tudo para que os dois companheiros não sofressem tortura e pudessem ser liberados. Mas o sindicato não podia chamar uma assembleia para discutir aquilo nem fazer um documento, muito menos dar entrevistas à imprensa. Era a ditadura.

Então, comecei a compreender melhor o drama. Mais conscientes íamos ficando da importância da base. Isso era 1973, 1974. Percebi que a greve de 1962 tinha acabado porque o pessoal, em Porto Alegre, havia decidido, na Adega Espanhola, entre poucos bancários e diante da sua fraqueza e da intransigência dos banqueiros, não negociar e subir a Rua da Ladeira até o Palácio Piratini para pedir apoio do governo. O PTB, logo em seguida, em sua convenção, decidiria que Egídio Michaelsen seria o candidato do governador Brizola para as próximas eleições. Brizola chamou a direção do Sindicato dos Bancários e perguntou como estava a negociação. A partir daquele momento, para o

governo, não convinha esse movimento. O Dr. Egídio era o candidato do partido e era da direção do Sindicato dos Bancos. Isso, em vez de abrir um caminho de negociação, complicava. Brizola disse: "Ou vocês sustentem essa greve por conta própria ou a encerrem agora". Só que não tinha organização de base para sustentá-la. Essa foi a questão.

Depois de 12 anos, quando ouvi a explicação por que não tinha ocorrido a reunião para encerrar aquela greve, em 1962, mais claro ficou para mim a importância da organização de base. O sindicato não pode ser um prédio, uma direção isolada, tem de ter participação de sua base, tem de ter discussão, debate, agitação, tem que formar novas lideranças. Fomos trabalhando nisso. Debates, seminários, encontros e lutas em torno da política econômica do governo, da legislação trabalhista, da organização sindical, das condições de trabalho, da solidariedade de classe, da Intersindical e contra a ditadura.

Éramos vigiados pela estrutura corporativista-fascista da própria organização sindical, das federações e confederações que tinham esquemas para evitar que as oposições viessem a ganhar os sindicatos. Portanto, não era só a repressão por parte do regime, mas, também, a cultura do controle, da burocracia e do peleguismo sindical agindo em conjunto. Jarbas Passarinho, ministro da Previdência Social, ex-ministro do Trabalho, mantinha capilar controle sobre os sindicatos, aplaudido por um séquito de pelegos.

O Paulo Eduardo Steinhaus, por muito tempo presidente da Federação dos Bancários, não era um pelego, mas era muito temeroso. Temia qualquer coisa que pudesse atrair repressão, intervenção nas entidades. Relutava no enfrentamento às arbitrariedades que o Passarinho e o regime tentavam impor na legislação de seguridade e previdência. Fizemos um documento sobre isso que teve dificuldades

para encontrar apoio nos sindicatos, mais ainda nas federações, e nenhuma receptividade nas confederações. Nós nos revezávamos na Intersindical para ver como chegaríamos no interior do Rio Grande do Sul para pegar assinaturas no documento. Como iríamos publicá-lo? Será que a imprensa se interessaria?

A censura e a autocensura funcionavam abafando tudo. Evidenciavam-se assim as relações entre as lutas econômicas, sociais e políticas e se reforçava a solidariedade entre diferentes categorias de trabalhadores.

Lembro-me de que procuramos o Pedro Simon, naquela época líder da oposição na Assembleia. Esperávamos ter um decidido respaldo da oposição. Ele leu o documento crítico às políticas do Jarbas Passarinho e disse que eram muito poucas assinaturas a subscrevê-lo, que "a vara seria curta demais". Vimos que não teríamos o apoio esperado. Se não me falha a memória, nem pronunciamento da tribuna sobre o assunto ele fez. Ele achou que era muito perigoso.

Quando fui convidado para compor a diretoria do sindicato, não entrei na executiva, mas aceitei uma quarta suplência. Continuava trabalhando no banco à tarde e fazendo o último ano do Curso de Letras, na UFRGS, pela manhã. Quase no final do mandato, os três efetivos fizeram acordo com seus bancos. Era o que o Mazuhi dizia: "O pessoal queria ir para a diretoria para ter estabilidade no emprego". Isso era uma fragilidade. Era o que o regime queria. Com a saída dos efetivos, foram chamados o primeiro, o segundo e o terceiro suplentes. Até que chegou no quarto, que era eu. Aí, fiquei responsável pela área de comunicação do sindicato. Mexemos no material de divulgação. Eu tinha adquirido a experiência de distribuir nas agências e sentir as reações da categoria. A relação com o Sindicato dos Jornalistas foi importante. O Lauro Hagemann presidia o sindicato. Depois, vieram o *Coojornal* e o jornal do

sindicato, *O Bancário*. Com a assessoria da equipe de jornalistas da cooperativa melhorou muito. A luta foi se desdobrando e outros temas, como a anistia, foram se tornando bandeira de todos.

Pela liberdade dos presos políticos, pelo fim da tortura e punição aos torturadores, pelo retorno dos exilados, eram lutas abraçadas pelas oposições sindicais, que também cresciam e ganhavam eleições.

Em 1975, conheci Lula. O Sindicato dos Bancários convidou Lula para vir aqui debater a política econômica do Delfim Netto e os percentuais que ele tinha surrupiado do reajuste imposto de cima para baixo aos trabalhadores. O Ministério da Fazenda tinha manipulado os números da economia, e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE), que é um órgão técnico, tinha descoberto essa manipulação. A luta por manter o DIEESE não foi fácil durante a ditadura. Mas nós conseguimos. O DIEESE desmontou os argumentos pseudocientíficos e econômicos do governo e, com argumentos também técnicos, mostrou-nos que tínhamos sido escancaradamente roubados. Essa luta era do interesse de todos os trabalhadores.

Lula levantou bem essa questão. Trouxemos ele aqui, organizamos uma série de reuniões e, depois disso, passamos a ter muitos contatos para organizar encontros, seminários, debates, discussões políticas de conjuntura. Aí, muitas pessoas já estavam envolvidas, tanto nas bases das igrejas Católica e de Confissão Luterana, como de outros setores, de outras igrejas, além de professores, engenheiros, arquitetos e intelectuais progressistas à esquerda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi um processo que foi crescendo. Categorias que antes estavam desmobilizadas passaram a se mobilizar. A grande greve dos trabalhadores da construção civil, à revelia da direção do sindicato da categoria e que ocupou o Centro de Porto Alegre, foi demarcatória.

Fui eleito presidente do sindicato em 1975 e, depois, reeleito em 1978, com 80% dos votos. A base do sindicato estava amplamente sindicalizada. Começamos a realizar as reuniões da categoria por bairros, aqui em Porto Alegre, nos locais em que se concentrava o maior número de agências. Essas reuniões antecediam as assembleias. Por exemplo, no Bairro São Geraldo, era na casa paroquial. Às vezes, aconteciam nos locais das associações de moradores, dos clubes, mais perto de onde o pessoal trabalhava, descentralizando o processo de participação e tecendo uma rede de relações com a categoria muito importante. Foi o que deu à greve de 1979 possibilidades de resistir por tanto tempo.

Fui preso, o Felipe Nogueira também. O Nilton Azevedo, a Ana Santa Cruz e o José Luiz Carneiro Cruz foram detidos e depois soltos, mas vigiados. O regime achava que, com isso, a categoria voltaria para casa no outro dia de cabeça baixa. Não imaginava que aquilo fazia parte de uma tomada de consciência séria diante das condições de trabalho inadequadas, repressivas, e do salário carcomido por uma política que dizia que primeiro era necessário fazer o bolo crescer para depois dividir. A luta política já estava dada contra o regime, contra a ditadura. O regime se enfraquecia, mas as elites que ele representava e cujos interesses resguardava não deixaram de se articular. O Geisel traçou o caminho da "abertura lenta e gradual". E a ANISTIA sonhada veio de tal forma imprecisa que, ainda hoje, discute-se seu real alcance.

A luta pelas "Diretas Já" tomou conta do país. O povo a levou para as ruas. A composição das elites no Congresso, no entanto, derrotou as Diretas e a trocou pelo colégio eleitoral. O PT, na sua justa rebeldia de juventude, fez bem em gazetear esse colégio.

Ergueu-se a bandeira da CONSTITUINTE. O Congresso Nacional, que havia derrotado a emenda das Diretas Já, aprisionou a proposta de Constituinte livre, soberana e exclusiva num congresso

constituinte. Mantendo como constituintes senadores que não tinham sido eleitos para tal, preservava-se uma estrutura de representação que interessava aos ideólogos da transição conservadora.

A greve de 1979 eclodiu num processo de elevação da consciência de classe e de organização de base da categoria, acompanhada de relações intersindicais intensas. Tudo numa conjuntura em que o regime militar passava a ser questionado em várias frentes. Mas os banqueiros viviam no melhor dos mundos. Não foi um movimento espontâneo e nem os bancários gaúchos estavam sozinhos. Em 1978, em São Paulo, ocorrera uma greve significativa de bancários. Em 1979, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (SEEB/POA) já desempenhava um papel muito determinado na conscientização, mobilização e organização da categoria. A direção tinha relações reais com a base, e as comissões atuantes e participativas davam ao movimento uma condução não personalista ou individualizada.

Isso tudo levou o regime militar a fazer uma avaliação equivocada, mas também se equivocaram na sua avaliação alguns setores importantes da oposição.

Lembro-me de que Brizola estava chegando ao Brasil no momento crucial da greve. A volta dele era conquista de todos nós, por conta da luta pela anistia e pelo retorno dos exilados. Sua chegada era, portanto, aplaudida com entusiasmo. Esperávamos que ele, chegando ao Rio Grande do Sul, pudesse se pronunciar a favor dos trabalhadores em greve. Penso que o pessoal das proximidades de Brizola avaliou equivocadamente a situação e o orientou para que não chegasse aqui enquanto a greve não acabasse. Incutiram-lhe a ideia de que a greve terminaria quando as principais lideranças fossem presas. Ele chegou a vir até Carazinho, mas, como mesmo com prisões e repressão a greve não acabava, voltou para São Borja.

A greve era um movimento consistente, sem direção personalista, que acontecia num quadro de espraiamento e enraizamento de consciência de amplas camadas do povo. Não era peculiaridade dos bancários, mas de um conjunto de categorias de trabalhadores. Essa greve tem esse valor histórico. Sintetiza um momento de resistência e afirmação da consciência cidadã de uma categoria que fez da luta contra a exploração do patronato financeiro uma luta por liberdades democráticas e contra a opressão e a ditadura.

Não conseguimos o reajuste que precisávamos. Conquistamos, no entanto, uma data básica única nacional. Na greve de 1978, travada em São Paulo, essa desconformidade enfraqueceu o movimento. Nas últimas assembleias, no Araújo Vianna, chegamos a reunir mais de oito mil dos 14 mil bancários sindicalizados. O prefeito João Dib, nomeado pela ditadura, não sei se por iniciativa própria ou por ordens recebidas, depois da nossa prisão, proibiu qualquer reunião no Araújo Vianna. A categoria passou a se reunir na rua, nos fundos do edifício do IPE, nas proximidades da sede da Federação dos Bancários. Mas eram espaços apertados, verdadeiros bretes onde o pessoal se aglomerava sem nenhuma proteção contra as chuvas que caíam naqueles dias. Além das cláusulas econômicas, agregou-se a da soltura das lideranças presas. Mas negociar com quem essa cláusula?

Fiquei preso 14 dias na Polícia Federal. A Judite, as mulheres bancárias, as entidades sindicais, o próprio Lula e as lideranças sindicais nacionais que vieram aqui, os parlamentares e as igrejas fizeram movimentos pelo relaxamento da repressão sobre nós. A categoria resistiu o quanto pôde. E revelou energias inimagináveis. Forjaram-se nesse processo lideranças novas, com a consciência política de que há lutas importantes além da luta econômica. Fui cassado dos meus direitos

sindicais, submetido a um inquérito interminável e proibido de me reunir no sindicato.

A diretoria cassada passou a se reunir no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário, na Rua Pinto Bandeira, 513. Todos nós fomos sacudidos por uma experiência de luta comum. Seguiram-se depois discussões sobre o significado político de tudo isso e a importância dos partidos, sua origem e compromissos. Germinava o PT. Debates sobre a nova estrutura sindical levaram à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e das demais centrais. A CLT não contemplava, e o regime proibia, mas o debate se espraiava de tal forma que não havia mais como impedi-lo. A conjuntura foi se alterando, e os 21 anos de ditadura foram varridos pelos ventos de uma democracia que não é uma obra perfeita, mas uma sofrida conquista a ser aperfeiçoada.

O arreganho repressor dos tempos da ditadura desmoralizou-se, mas os seus defensores o substituíram pelo tacape do neoliberalismo, falquejado na selva das leis do mercado. Contiveram o ímpeto das Diretas com o freio do colégio eleitoral; reduziram a força transformadora de uma Constituinte livre, soberana e exclusiva emparedando-a num Congresso Constituinte; deram início à lenta e gradual privatização do Estado, mas a base da sociedade exige um Estado sob controle público, capaz de realizar a reforma agrária, garantir saúde pública, moradia digna, educação de qualidade, universal e gratuita.

Essas lutas continuam na pauta das mobilizações populares e só poderão se concretizar no bojo de um Projeto de Brasil Nação ainda por se conquistar. Temos esperança, mas não vendemos ilusões. A eleição do presidente Lula foi muito importante. Foi uma vitória da maioria do povo. Mas o Estado brasileiro continua sob controle privilegiado dos grandes interesses econômicos e dos políticos corroídos pela

mesquinhez, o patrimonialismo e toda a espécie de oportunismos. Tem muito ainda a ser feito para que a democracia conquistada desabroche, em sua plenitude, em um processo onde o povo brasileiro seja sujeito e não objeto da política e a radicalidade democrática promova as reformas de raiz que nos libertem, definitivamente, para um desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo.

O RIO GRANDE DO SUL E O PROCESSO DE ABERTURA*

Graciene de Ávila
Marco Machry
Mariana Ferreira e Silva
*Marla Barbosa Assumpção***

A partir da metade da década de 1970, tem início o processo de distensão e abertura da ditadura militar brasileira. Depois dos chamados "anos de chumbo", percebe-se a rearticulação da oposição e a movimentação de amplos setores sociais, anteriormente freados tanto no imediato pós-golpe quanto na decretação do Ato Institucional nº 5. O período que a seguinte cronologia abarca, isto é, os anos que se estendem de 1974 a 1985, deflagra a simultaneidade de uma transição controlada e a irrupção de lutas por liberdades democráticas e pelo fim da ditadura.

Torna-se impossível avaliar esse momento sem atentar para a retomada do movimento estudantil, em 1977; as greves, como as do ABC paulista e o Novo Sindicalismo; a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita; os questionamentos gerados pela abrangência da censura; ou, ainda, as repercussões das denúncias de casos de tortura e violações dos direitos humanos. O movimento das "Diretas Já" – cunhado pelo cartunista Henfil – expressa, por fim, a organização da sociedade civil pela volta da democracia. Não obstante, o regime não deixaria passar impune a crescente movimentação e organização da oposição, tratando de continuar a reprimir e intervir, e, no jogo político formal, reestruturar as regras do mesmo para garantir sua permanência no poder.

---

* É importante destacar que as cronologias dos quatro volumes complementam-se entre si.
** Graduandos em História/UFRGS.

Na confecção desta cronologia, entretanto, nos deparamos com a dificuldade de encontrar informações específicas sobre esse contexto no Rio Grande do Sul, pois grande parte da literatura do período acaba por privilegiar os acontecimentos no eixo Rio-São Paulo. Para tanto, utilizamos a vasta produção acadêmica geral e a escassa produção específica e realizamos consultas a periódicos regionais, que puderam detalhar melhor nossa pesquisa. Notou-se, ao longo do trabalho, que certas especificidades do estado nos auxiliariam a construir os critérios dessa cronologia, tais como o considerável peso do MDB (e também de sua herança trabalhista de um PTB pré-golpe), demarcando uma relevante oposição, e a característica de ser um estado fronteiriço – possibilitando uma intensa ligação com as ditaduras do Prata e servindo de cenário tanto para as operações repressivas quanto para as lutas pela libertação de presos políticos.

O Rio Grande do Sul não estava alheio às manifestações das diversas ordens que surgiam. Paralelamente à greve dos bancários da região sudeste, aqui também se organizava a mesma greve, a UNE reestruturava-se e os secundaristas e universitários gaúchos também voltavam às ruas tal como fizeram em 1968 e a criação do Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo, foi seguido, logo no outro mês, pela criação do núcleo gaúcho deste movimento.

Esperamos, por fim, despretensiosamente, que esta pequena sistematização de informações contribua para o esclarecimento e construção de conhecimento e reflexão sobre anos tão duros e recentes da história gaúcha e brasileira.

CRONOLOGIA

Os fatos referentes às questões do Rio Grande do Sul encontram-se em itálico.

1974

Janeiro

15 Eleição indireta para presidência. É eleito com 400 votos o general Ernesto Geisel, da ARENA, vencendo o candidato do MDB, Ulysses Guimarães.

23 Instala-se a censura prévia no rádio e na televisão.

Março

15 Posse de Ernesto Geisel, iniciando o período de "distensão".

Maio

17 Assinada a ata de construção da Hidrelétrica de Itaipu entre Brasil e Paraguai.

Agosto

10 Suicídio de Frei Tito, em Lyon.

Outubro

3 *Eleição indireta para governador. Elege-se Sinval Guazzelli, da ARENA. O MDB não apresenta candidato, como forma de protesto.*

Novembro

15 Eleições diretas para a Câmara e Senado. O MDB aparece como grande vitorioso ao atingir um elevado número de votos: conquista 16 cadeiras no Senado e 160 na Câmara contra seis e 204 da ARENA. Percebe-se, nesse pleito, que a oposição estava mais forte nas áreas mais desenvolvidas do país.

15 *A candidatura ao Senado de Paulo Brossard consegue angariar votos do eleitorado da oposição que originalmente não votava no MDB, obtendo, assim, 53% dos votos. Nestor Jost (ARENA) fica com 35%. Para a Assembleia Legislativa, os números são novamente favoráveis ao MDB; este fica com 33 cadeiras contra 23 da ARENA.*

1975

Março

15 *Posse do governador gaúcho Sinval Guazzelli.*

Abril

8 *Posse de Guilherme Sociais Villela na prefeitura de Porto Alegre*

10 A Câmara Federal rejeita, por 192 votos a 136, convocação do ministro da Justiça para depor sobre torturas e desaparecimentos.

Maio

15 Criação do Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo.

Junho

20 *Criação do núcleo gaúcho do Movimento Feminino pela Anistia, em Porto Alegre.*

27 Assinado o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, em Bonn, para a construção de oito centrais nucleares.

Outubro

24 É executado no DOI-CODI de São Paulo o jornalista Vladimir Herzog. A ditadura apresenta, como suposta prova de suicídio, fotos de Herzog enforcado no próprio cinto e em uma altura em que poderia ficar de joelhos.

31 Ato ecumênico em frente à Catedral da Sé em memória de Vladimir Herzog; mais de 10 mil pessoas comparecem.

1976

Janeiro

17 O metalúrgico Manoel Fiel Filho é encontrado morto nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. Em nota oficial, sua morte é explicada como suicídio.

Março

29 *São cassados os mandatos dos deputados Amauri Muller e Nadyr Rosseti (MDB/RS).*

Julho

1 Decretada a Lei Falcão (nº 6.639), na qual se estipula que, para as próximas eleições municipais, a apresentação dos candidatos estaria limitada ao nome, número, breve currículo e fotografia. Tolhe-se, assim, a possibilidade de divulgação e debates de ideias e plataformas políticas.

Agosto

19 Bombas explodem na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em São Paulo.

20 São atiradas duas bombas molotov contra o prédio da 1ª autoria da 3ª circunscrição Judiciária Militar, em Porto Alegre.

22 Morre em acidente de carro o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Setembro

22 As forças da repressão sequestram e espancam o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito.

Novembro

15 Eleições municipais. ARENA conquista vitória apertada.

15 Marcos Klassmann e Glênio Peres, ambos do MDB, são eleitos vereadores por Porto Alegre.

1977

Fevereiro

2 Em Porto Alegre, o vereador Glênio Peres (MDB) tem seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

15 Em Porto Alegre, o vereador Marcos Klassmann (MDB) tem seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Abril

1 O Congresso Nacional é fechado pela terceira vez desde 1964. Amparado no AI-5, o general Geisel governa por decreto.

13 Assinada por Geisel a Emenda Constitucional nº 7, que previa a criação de um Conselho de Magistratura e transferia a competência de julgamento de policias militares, antes feita por tribunais civis, a tribunais militares.

14 Emenda Constitucional nº 8, que, juntamente com a Emenda Constitucional nº 7, compõem o "Pacote de Abril".

Maio

A censura amplia-se, submetendo também as publicações estrangeiras.

Junho

7 Lançamento do manifesto da ABI contra a censura, assinado por mais de 2.500 jornalistas.

Agosto

23 Dia Nacional de Lutas.

23 Porto Alegre: manifestação estudantil reunindo centenas de estudantes, entre universitários e secundaristas, percorrendo desde a Praça Raul Pilla até o Centro. A passeata foi fortemente reprimida com a utilização de cassetetes e bombas.

Setembro

22 Estudantes promovem uma assembleia secreta para a reorganização clandestina da UNE, na Universidade Católica de São Paulo. Naquela noite, a polícia militar invade a universidade, detendo centenas de pessoas, valendo-se de grande violência e causando grandes estragos.

1978

Março

3 Lançado o Movimento do Custo de Vida, em São Paulo.

Maio

12 Greve dos metalúrgicos da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, a primeira desde a decretação do AI-5. A paralisação duraria até 31 de maio, conquistando reajuste salarial.

15 Trabalhadores da Ford entram em greve.

Junho

8 Fim da censura prévia à imprensa.

Agosto

23 Homologação da chapa Euler Bentes Monteiro e Paulo Brossard (MDB) para as próximas eleições presidenciais.

27 Movimento Contra o Custo de Vida recolhe assinaturas para o abaixo-assinado, solicitando o congelamento dos preços dos gêneros alimentícios.

Setembro

1 Eleito, de forma indireta para o governo do Rio Grande do Sul, José Augusto Amaral de Souza e, para o Senado, Tarso Dutra (senador biônico).

Outubro

13 A Emenda Constitucional nº 11 declara extintos os poderes discricionários estabelecidos pelo AI-5 e demais legislação repressiva e cria as "medidas de emergência" e o "estado de emergência".

15 Eleita pelo Colégio Eleitoral a chapa Figueiredo-Aureliano Chaves (355 votos).

Novembro

2 I Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo, com a presença de mais de mil pessoas. Demanda de anistia ampla, geral e irrestrita.

12 *Os uruguaios Universindo Díaz, Lilián Celiberti e os filhos desta, Camilo e Francesca, são sequestrados em Porto Alegre.*

15 *Eleições para o Senado, deputados estadual e federal. Para a ALERGS, o MDB obteve 31 cadeiras e a ARENA, 25. Para o Senado, Pedro Simon foi o grande vitorioso - fez 55,96% dos votos, mais de 600 mil votos de diferença sobre os três candidatos da ARENA ao Senado: Mário Bernardino Ramos, José Mariano da Rocha Filho r Fernando Gay da Fonseca.*

15 Greve dos metalúrgicos do ABC paulista sob a liderança de Luis Inácio Lula da Silva.

19 É extinta a Comissão Geral de Investigação e são revogados os banimentos políticos.

Dezembro

2 *Lançamento, na Assembleia Legislativa-RS, da Campanha Nacional em favor de Flávia Schilling, presa no Uruguai.*

7 Suspensa a censura prévia a comerciais de rádio e televisão.

31 Extinção do AI-5.

1979

Apoio do Sinpro à greve da rede pública de ensino. Os militantes passaram, também, a organizar a categoria pela base, nas escolas, com a eleição de Comissões Representativas e nos centros e associações de professores nas universidades. Na época, quebrou-se a tradição de negociação salarial sem conflito, quando a Assembleia Geral de 250 sócios rejeitou a proposta patronal. Naquele ano a categoria conquistou uma antecipação salarial antes da data base: 20% para os professores de 1º e 2º graus e 15% para os professores do Ensino Superior.

A canção "O Bêbado e A Equilibrista", de autoria de João Bosco e Aldir Blanc, e com a interpretação vigorosa e apaixonada da cantora gaúcha Elis Regina, tornou-se um símbolo da luta pela anistia. Pela volta dos exilados e pela abertura política do regime militar.

Janeiro

1 Publicação do Ato Revogatório do AI-5.

Março

12 *Lançamento, na Assembleia Legislativa-RS, da Campanha pela Libertação de Flavio Koutzii.*

13 Greve de metalúrgicos do ABC.

15 Posse de João Batista Figueiredo.

15 *Posse do governador José Augusto Amaral de Souza.*

15 Apreensão do jornal *Em Tempo*, no qual estava publicada uma lista com o nome de 442 supostos torturadores.

23 Governo intervém nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC.

Abril

3 Assembleia geral dos professores estaduais.

5 Início da greve do magistério público, que reivindica aumento salarial de 70%, piso de três salários mínimos e nomeação de todos os aprovados em concurso.

Maio

1 Morte do policial torturador Sérgio Fleury, em Ilhabela, São Paulo.

15 Fim da intervenção do governo nos sindicatos do ABC e reintegração das antigas diretorias.

30 XXXI Congresso da UNE, em Salvador.

Junho

13 *Os irmãos Losada, Antônio e José, são os últimos presos políticos gaúchos a serem libertados.*

27 Entrega da versão final do projeto de Anistia, apresentada pelo senador Teotônio Vilela, ao general Figueiredo.

27 Dia Nacional da Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

27 *Em Porto Alegre, ato é realizado no Largo da Prefeitura, homenageando os cidadãos mortos e desaparecidos pela ditadura.*

Julho

13 *Chega a Porto Alegre a viúva do sargento Manoel Raimundo Soares, Elisabeth Chalupp Soares, para exumação e translado dos restos mortais do marido.*

22 Início da Greve de Fome Nacional dos Presos Políticos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Agosto

9 Vigília pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita em Frente à Catedral Metropolitana de Porto Alegre

10 A Brigada Militar, a pedido de Dom Vicente Scherer, retira os cartazes expostos na frente da Catedral e expulsa os estudantes e trabalhadores presentes.

11 Passeata da Panela Vazia, em Porto Alegre, solicitando o congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade.

13 Início da greve da construção civil em Porto Alegre, com a paralisação das obras da Vila Restinga.

14 Dia Nacional de Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

22 Aprovado pelo Congresso o projeto de Anistia com 206 votos a favor e 201 contra.

22 É feita a denúncia, no Congresso Nacional, da localização do corpo de Luiz Eurico Tejera Lisbôa, no cemitério de Perus, em São Paulo.

28 Decretada a Lei de Anistia (nº 6.683).

Setembro

4 Greve dos bancários que se inicia na Capital e se estende ao interior. A categoria reivindicava aumento salarial e a manutenção da carga horária.

6 Prisão do líder sindical dos bancários, Olívio Dutra.

6 Retorna do exílio Leonel de Moura Brizola.

11 300 mil metalúrgicos entram em greve no Rio de Janeiro.

15 Voltam do exílio o ex-governador Miguel Arraes e o ex – deputado Márcio Moreira Alves.

16 Volta do exílio o "irmão do Henfil", o sociólogo Betinho.

Outubro

12 São reempossados, em Porto Alegre, os vereadores Glênio Peres e Marcos Klassmann, depois de grande batalha judicial, pois, apesar de contemplados na lei de anistia, os dois emedebistas foram inicialmente impedidos de tomar posse de seus cargos.

17 Proposta enviada por Figueiredo de extinção da ARENA e do MDB e criação de novos partidos no prazo de 18 meses.

20 Recepcionado por 10 mil pessoas, desembarca, no Rio de Janeiro, Luís Carlos Prestes, voltando do exílio.

Novembro

29 Aprovação da lei de reforma partidária, abolindo o bipartidarismo.

Dezembro

20 Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos extingue o MDB e a ARENA e estipula critérios de organização e condições de manutenção para os novos partidos.

1980

Janeiro

15 Fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

27 Explosão de uma bomba na quadra da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro antes do ato de apoio ao PMDB.

31 Fundação do Partido Democrático Social (PDS).

Fevereiro

10 Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em São Paulo.

Março

11 Os jornalistas do Coojornal, Osmar Trindade, Rafael Guimaraens, Elmar Bones e Rosvita Saueressig são processados com base na Lei de Segurança Nacional.

Abril

1 Greve no ABC paulista sob liderança de Lula.

1 Durante show da cantora argentina Mercedes Sosa, no Gigantinho, explode uma bomba de gás lacrimogêneo.

14 *Libertação e volta de Flávia Schilling.*

17 Intervenção do governo nos sindicatos. Lula e outros dez dirigentes sindicais são presos.

Maio

11 Fim da greve do ABC, nenhuma reivindicação dos trabalhadores foi atendida. Lideranças foram presas e processadas.

15 Eleições municipais para novembro são suspensas pelo Tribunal Superior Eleitoral em função do não cumprimento do prazo de apresentação do registro de novos partidos.

20 Lula e mais dez dirigentes são soltos.

21 Greve dos alunos do Julinho.

Junho

25 É criada a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa-RS, presidida pelo Deputado Antenor Ferrari.

Julho

17 Explosão de bomba no Instituto de Educação, em Belo Horizonte, quando da presença de Leonel Brizola.

Agosto

27 Bomba explode na sede da OAB, no Rio de Janeiro.

Setembro

16 Fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista), por Leonel Brizola.

Novembro

13 Aprovação do projeto que restaura as eleições diretas para os governos estaduais e extinção do senador biônico.

Dezembro

17 União é declarada culpada pela morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI -CODI paulista.

1981

Abril

30 Atentado ao Riocentro. Durante um show de músicos em homenagem ao Dia do Trabalhador no Rio de Janeiro, um carro Puma explode no estacionamento do Pavilhão Riocentro. Na ação, morre o sargento Guilherme Pereira do Rosário e é ferido o capitão Wilson Luis Chaves Machado, responsáveis pelo frustrado atentado.

Julho

3 Show da dupla uruguaia Los Olimareños na Assembleia Legislativa-RS.

Agosto

6 O ministro-chefe do Gabinete Civil da presidência da República, Golbery do Couto e Silva, pede demissão.

Setembro

2 Absolvição de Lula e dos demais sindicalistas.

Novembro

25 Anúncio do pacote de reformas eleitorais para 1982, estipulando a proibição de coligações, o "voto vinculado", no qual o eleitor é limitado a escolher somente candidatos do mesmo partido, e a condição de possibilidade de renúncia do candidato mediante renúncia do partido.

1982

Abril

5 O filme *Pra Frente, Brasil* é censurado por apresentar denúncias da prática de tortura no país.

Maio

25 Extinto o DOPS/RS.

Setembro

2 Os restos mortais de Luiz Eurico Tejera Lisbôa são trasladados para Porto Alegre e enterrados após receber homenagem na Assembleia Legislativa-RS.

Novembro

15 Eleições para governadores, senadores, prefeitos e deputados estaduais e federais, exceto nas áreas de segurança. Eleições contabilizam 45 milhões de eleitores. Oposição conquista maioria na Câmara dos Deputados, mas o Senado continua controlado pelo PDS.

15 Nas eleições diretas para governador no Rio Grande do Sul, Jair Soares (PDS), candidato da situação, vence as eleições com 34,10% dos votos. Em segundo lugar, fica Pedro Simon, 22.643 votos atrás. A proibição de coligações desarticula a oposição, fragmentando-a e enfraquecendo-a. Concorreram também Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT). A situação venceu apenas nos estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco. Para o Senado, desta vez, Paulo Brossard (PMDB) perde a eleição para Carlos Chiarelli (PDS).

1983

As atividades desenvolvidas pelo político uruguaio exilado Wilson Ferreira Aldunate em Porto Alegre são alvo de espionagem, segundo denúncia do presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Krischke.

Março

1 É premiado no festival de Berlim o filme *Pra Frente, Brasil.*

2 Deputado Dante de Oliveira (PMDB) apresenta no Congresso Nacional emenda que estabelece eleições diretas para a Presidência da República.

4 DEOPS de São Paulo é extinto.

15 Posse de Jair Soares (PDS) como governador do Rio Grande do Sul.

Abril

8 Posse de João Antônio Dib na prefeitura de Porto Alegre.

Maio

Desencadeia-se uma Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional na Assembleia Legislativa-RS, promovida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Agosto

28 Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

1984

Janeiro

4 Fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

Abril

10 Contando com a participação de 500 mil pessoas, realiza-se o "Comício das Diretas Já", no Rio de Janeiro.

13 Comício pelas diretas em Porto Alegre.

16 Manifestação em São Paulo pela aprovação da emenda Dante de Oliveira.

24 Governo proíbe transmissão pela televisão e rádio da votação da emenda Dante de Oliveira.

25 É rejeitada no Congresso Nacional a Emenda Dante de Oliveira.

Julho

18 José Sarney (ex-PDS) entra como vice na chapa de Tancredo Neves (PMDB).

Agosto

22 Volta de Flavio Koutzii ao Brasil.

Setembro

7 Greve da UFRGS – instalação do Comitê Gaúcho pela Universidade Pública.

Outubro

29 Brigada Militar agride alunos do Julinho.

1985

Janeiro

15 Tancredo Neves é eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, com 480 votos; José Sarney, é o vice.

24 Criação do Partido de Frente Liberal (PFL).

30 1º Congresso Nacional do MST.

Março

15 Toma posse José Sarney, em função da doença de Tancredo Neves. Primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura militar; no entanto, bastante ativo e atrelado às práticas do regime que finda.

Abril

21 Falecimento de Tancredo Neves.

Maio

8 Aprovada, pelo Congresso Nacional, emenda constitucional que estabelece eleições diretas para a Presidência da República e prefeituras, estende o voto aos analfabetos e legaliza os partidos comunistas.

8 PCB tem seu programa, estatuto e manifesto publicados no Diário Oficial da União, o que significava reconquistar a legalidade perdida em 1947.

Junho

28 Sarney assina convocação da Constituinte, prevista para funcionar a partir de 1º de fevereiro de 1987.

Julho

2 Refundação do PSB.

Novembro

21 Lançamento do livro *Brasil: Nunca Mais*.

FONTES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Bauru/SP: Edusc, 2005.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais.* Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, 1ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone.* Porto Alegre: Proletra, 1999.

HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968: contestação e utopia.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

HOLZMANN, Lorena et al (orgs.). *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS.* Porto Alegre: L&PM, 2008.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao voo rasante da Operação Condor em Porto Alegre. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 41, p. 359-389, jan./jun. 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia legislativa. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as circunstãncias que motivaram a morte do ex-sargento do Exército Nacional, Manoel Raimundo Soares, bem como o tratamento dispensado aos presos políticos.* Porto Alegre, 1966.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia legislativa. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Seqüestro ("remoção coativa") dos uruguaios Lilian Celiberti Casariego, de seus filhos menores Camilo e Francesca e de Universindo Rodrigues Diaz.* Porto Alegre, 1979.

RODEGHERO, Carla S. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985).* Passo Fundo/RS: Méritos, 2007. v. 4. p. 83-112.

JORNAIS

Correio do Povo
Última Hora
Zero Hora

SITES

<http://www.al.rs.gov.br>
<http://www.cpdoc.fgv.br>
<http://www.fgv.br/>
<http://www.folha.uol.com.br/>
<http://www.fpabramo.org.br>
<http://www.institutojoaogoulart.org.br/jango3atos/>
<http://www.revistadehistoria.com.br>
<http://wwwsenado.gov.br/sf/>
<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>
<http://www.ufmg.br>
<http://www.ufrj.br>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	*Alianza Anticomunista Argentina*
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ADIAer	Adidos da Aeronáutica
ADIDAL	Adidos da Marinha
ADiex	Adidos do Exército
ADP	Ação Democrática Popular
AEP	Associação de Educadores e Pesquisadores
AI	Ato Institucional
AI-1	Ato Institucional N° 1
AI-5	Ato Institucional N° 5
ALERGS	Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARI	Associação Rio-Grandense de Imprensa
ARS	Aliança Republicana Socialista
CADA	*Comisión Administradora de Abastos de Carne*
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEEE	Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CELAM	Conferência Episcopal Latino-americana

CEMPD	Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CFMD	Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos
CGIOR	Centro Geral de Instrução para Oficiais da Reserva
CGT	Comando Geral de Trabalhadores
CIA	Agência Central de Inteligência
CIDE	*Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico*
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEx	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNT	*Convención Nacional de Trabajadores*
COLINA	Comando de Libertação Nacional
COPESNI	Comando Operacional do Serviço Nacional de Informações
CRT	Companhia RioGrandense de Telecomunicações
CUTR	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DINA	*Dirección de Inteligencia Nacional*
DNII	*Dirección Nacional de Información y Inteligencia*

DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DVS	Destaque para Votação em Separado
EC	Emenda Constitucional
ELN	*Ejército de Libertación Nacional*
ENE	Encontro Nacional de Estudantes
ERP	*Ejército Revolucionario del Pueblo*
ESG	Escola Superior de Guerra
ESMA	*Escuela de Mecánica de la Armada*
EsNI	Escola Nacional de Informações
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FAU	*Federación Anarquista Uruguaya*
FBT	Fração Bolchevique Trotskista
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEUU	*Federación de Estudiantes Universitários del Uruguay*
FIDEL	*Frente Izquierdista de Liberación*
FUSNA	*Fusileros Navales*
GAU	*Grupos de Acción Unificadora*
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IEPES	Instituto de Estudos Políticos e Sociais
IML	Instituto Médico Legal
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial-Militar
ITT	*Internacional Telephone and Telegraph*
JAC	Juventude Agrária Católica
JCR	*Junta Coordenadora Revolucionaria*
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JID	Junta Interamericana de Defesa
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JUP	*Juventud Uruguaya de Pie*
LCF	Lei Complementar Federal
LSN	Lei de Segurança Nacional
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MIR	*Movimiento de Izquierda Revolucionario*
MJDH	Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MLN-T	*Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*

MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MPB	Música Popular Brasileira
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março
MRO	*Movimiento Revolucionario Oriental*
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
MUC	Movimento Universidade Crítica
M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OCOA	*Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas*
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OPP	Organização Pré-Partidária
OPR-33	*Organización Popular Revolucionária* – 33 *Orientales*
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
POC	Partido Operário Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCU	*Partido Comunista Uruguayo*

PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Política Operária
PP	Partido Popular
PPS	Partido Popular Socialista
PRP	Partido de Representação Popular
PRT	*Partido Revolucionario de los Trabajadores*
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PVP	*Partido por la Victoria del Pueblo*
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicação
ROE	*Resistencia Obrera Estudantil*
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEEB	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
SID	*Servicio de Inteligencia de Defensa*
SIJAU	*Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía en el Uruguay*

SN	Segurança Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOPS	Seção de Ordem Política e Social
STM	Superior Tribunal Militar
TDE	Terror de Estado
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGES	União Gaúcha de Estudantes Secundaristas
UMESPA	União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Porto Alegre

ANEXO I

ESTATUTOS DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

Capítulo I

Da denominação, fins, sede e duração

Artigo 1º – O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), fundado a 20 de junho de 1975, nesta cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, é uma entidade civil isenta de fins lucrativos, congregando mulheres – profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras, que se regerá pelos presentes Estatutos e pelas leis do país.

Artigo 2º – São seus fins:
a) Defender e dar apoio e solidariedade a todos os atingidos nos seus direitos de homem e cidadania, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos – subscrita pelo nosso país, e lutar pela anistia ampla, visando à pacificação da família brasileira.
b) Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuações, no desenvolvimento de sua consciência social e cívica, alertando-a e orientado-a para a compreensão das suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos.

Artigo 3º – A sede do Movimento Feminino Pela Anistia, no Rio Grande do Sul, será em Porto Alegre, sendo facultado abrir núcleos ou filiais em outros municípios.

Artigo 4º – A sua duração é por tempo indeterminado.

Capítulo II

Das sócias

Artigo 5º – Podem ser sócias do MFPA as profissionais, mães de família, universitárias e trabalhadoras, sem distinção de nacionalidade ou credo religioso, dependendo sua admissão da aprovação na forma destes Estatutos.

Artigo 6º – Todas as sócias têm a mesma categoria.

Artigo 7º – É dever da sócia:
a) Interessar-se no programa do Movimento Feminino Pela Anistia, nele atuando para sua realização;
b) Contribuir para os fundos sociais com a mensalidade ou anuidade por ela mesma, sócia, estipulada, o que não exclui a sua contribuição em serviços ou doações que venha a obter.

Artigo 8º – As associadas não respondem, nem mesmo subdiariamente, pelas obrigações contraídas em nome da sociedade.

Capítulo III

Da administração

Artigo 9º – O MFPA tem os seguintes órgãos administrativos:
a) Assembleia Geral;
b) Conselho Geral;
c) Diretoria Executiva.

Artigo 10 – A Assembleia Geral se constitui pelas sócias filiadas, e se reúne ordinariamente uma vez por ano em dia previamente determinado do mês de dezembro e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, após convocada pelo Conselho Geral, pela Diretoria ou por um terço das associadas.

Artigo 11 – Compete às Assembleias Gerais Extraordinárias:
a) Autorizar a alienação, venda ou troca dos bens patrimoniais, inclusive destinação da receita do MFPA;

b) Discutir e autorizar alterações e modificações no todo ou em parte destes Estatutos;
c) Discutir e autorizar a extinção ou transformações do MFPA e encontrar a destinação do patrimônio, no caso de extinção.
Parágrafo primeiro: As Assembleias Gerais Extraordinárias das quais trata este artigo deverão ser convocadas para os fins específicos previstos em seus itens.
Parágrafo segundo: Somente poderão ter validade as deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias quando aprovadas por dois terços das associadas.

Artigo 13 – Ao Conselho Geral compete:
a) Eleger a Diretoria Executiva;
b) Aprovar a ampliação de núcleos distritais na capital e municípios no interior do estado do Rio Grande do Sul, e com as mesmas definições deste artigo 12.

Artigo 14 – O Conselho Geral se constitui de 7 (sete) membros e 2 (dois) suplentes, eleitos em Assembleia Geral.

Artigo 15 – O mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Geral será de 2 (dois) anos, podendo ser os membros reeleitos.

Artigo 16 – A Diretoria será composta de:
Presidente;
Vice-Presidente;
Secretária Geral;
Tesoureira.

Artigo 17 – À Diretoria Geral caberá administrar o MFPA, nos termos deste Estatuto e de seu Regimento Interno.

Artigo 18 – Será elaborado o Regimento do MFPA para fixar as atribuições previstas no artigo 12, 13 e 14.
Parágrafo único: Toda sócia tem direito de votar e ser votada.

Artigo 19 – Os casos omissos destes Estatutos serão resolvidos pela Diretoria Executiva "ad referendum" do Conselho Geral.

Artigo 20 – Com a aprovação destes Estatutos, estará estruturado o Movimento Feminino Pela Anistia, no Rio Grande do Sul, que dentro da ordem e das leis do país lutará para que seu ideal seja atingido – pacificar a nação e unir os brasileiros.

Porto Alegre, 28 de junho de 1978.

Zulmira Guimarães Cauduro
Lícia Margarida Macedo de Aguiar Peres
Francisca Brizola Rotta
Lígia de Azeredo Costa

Fonte: Acervo Lícia Peres. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura).

ANEXO II

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI No 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.

Concede anistia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).
§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.
§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.
§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformadas, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo: (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

I - se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro do Estado; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)
II - se servidor civis da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)
III - se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)
IV - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governo ou Prefeito. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)
Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Políticas Militares ou dos Corpos de Bombeiro, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos comandantes.(Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.
§ 1º - Os requerimentos serão processados e instituídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba a apreciá-los.
§ 2º - O despacho decisório será proferido nos centos e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.
§ 3º - No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o Militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.
§ 4º - O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbabilidade do servidor.
§ 5º - Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente lei. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requerem o retorno ou a reversão à atividades ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo cedida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da diferença respectiva como vantagem individual. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministro Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.
§ 1º - Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.
§ 2º - O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerente e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.
§ 3º - Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.
§ 4º - Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º A conhecida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º Os anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou

impossibilitados de se apresentarem.
Parágrafo único. O disposto nesse artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Os servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11. Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão voltar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm>.

Este livro foi diagramado em
novembro de 2009,
com tipos Caslon, nos textos e
Century Schoolbook nos
títulos e legendas.